

Nº 04

1992

RESGATE

REVISTA DE CULTURA



A R T I G O S ◆ E N S A I O S
◆ C O M U N I C A Ç Õ E S
D E B A T E ◆ F I C Ç Ã O S
◆ R E S E N H A S



PAPIRUS

EDITORIAL

Este quarto número da *Resgate* renova nosso propósito de oferecer a seus leitores um produto que busca situar-se, tão harmoniosamente quanto possível, entre o rigor da investigação acadêmica e a leveza da informação cultural.

Neste contexto, procuramos contemplar uma variada gama de assuntos e áreas temáticas, cobrindo do científico ao literário e artístico. Tamás Zsmrecsányi e Flávio A.M. de Saes, por exemplo, comparecem com um estudo revelador sobre a política de memória do setor energético, ultimamente acompanhada de investimentos que têm permitido sua organização em termos de preservação e produção de conhecimentos. Um texto instigante de Stella Senra introduz-nos no universo ficcional de Clarice Lispector e Marguerite Duras e, mais adiante, penetramos com o sociólogo Waldenyr Caldas, no mundo particularíssimo do futebol. E mais: duas comunicações — uma de Rosa Maria Vieira, outra de Julita Scarano — põe-nos em contato com um empresário e historiador bem-sucedido e com o vestuário de escravos e forros. A seção Ficção apresenta um artigo do escritor Daniel Fresnot inspirado em fato histórico, entretanto, de grande e instigante atualidade.

A pungente questão da violência e dos direitos humanos no país — cuja ressonância internacional tem servido para pôr o Brasil e os brasileiros no banco dos réus — foi o tema escolhido para a seção “Debate” deste número. *Resgate* busca, desse modo, colocar-se como um fórum aberto à discussão dos grandes problemas da sociedade contemporânea.

Uma novidade foi introduzida na presente edição: a seção de resenhas sobre lançamentos nacionais e estrangeiros — tópico que pensamos ampliar nos próximos números; e outra inovação fará parte da próxima edição de *Resgate*: uma sinopse de teses relevantes recentemente defendidas e ainda não publicadas.

Resgate tem subsistido e levado o seu projeto avante, graças ao decisivo auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP.

ENERGIA ELÉTRICA E CAPITAL ESTRANGEIRO: O CASO DA SÃO PAULO LIGHT, 1899-1904*

Tamás Szmrecsányi** e Flávio A.M. de Saes***

As melhores fontes de informação sobre as origens da produção e distribuição de energia elétrica em larga escala no Brasil encontram-se no Canadá, mais precisamente em Toronto, nos arquivos da Brascan Ltd., companhia à qual pertencia a empresa *Holding Brazilian Traction, Light and Power Co. Ltd.*, fundada em 1912 a partir da integração das concessionárias *The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd.*, *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd.* e *The São Paulo Electric Co. Ltd.* Até hoje, nenhum pesquisador brasileiro teve acesso a esses arquivos, cuja riqueza foi recentemente comprovada por dois livros de colegas canadenses que puderam valer-se deles. Esses dois livros¹, assim como nossos próprios trabalhos sobre o tema², servem de base à presente comunicação, na qual analisamos as origens e a formação inicial da primeira das referidas empresas concessionárias.

Da mesma forma que as migrações internacionais de pessoas, os movimentos internacionais de capitais são determinados fundamentalmente pelos fatores de atração e de repulsão das economias entre as quais

eles se realizam. No caso das economias em questão — a brasileira (ou melhor, a de São Paulo) e a canadense — esses fatores podiam ser claramente identificados no final do século XIX. Eles se vinculavam, de um lado, à abundância de capitais e à falta de oportunidades de empregá-los lucrativamente no Canadá, e, do outro, ao rápido surgimento dessas oportunidades no Brasil, e mais precisamente no estado de São Paulo, sem uma suficiente contrapartida de recursos financeiros locais ou de outras origens. Naquela época, e até o advento da Primeira Guerra Mundial, os grandes capitais dos Estados Unidos ainda não haviam “descoberto” a América do Sul, enquanto que os da Europa se mantinham, em geral, bastante tímidos em relação às oportunidades de investimento em nosso continente.

Foi graças a essa conjuntura peculiar que os capitais canadenses (originários do Canadá, ou de passagem por ele) puderam aproveitar plenamente as vantagens de sua dupla inserção no âmbito tecnológico e comercial dos Estados Unidos e no domínio das instituições e dos investimentos do Império Britânico. A própria abundância desses capi-

* Tradução de trabalho apresentado no *Deuxième colloque international sur l'histoire l'électricité* (Paris, 3-6 de julho de 1990).

** Professor e pesquisador do Instituto de Geociências da UNICAMP.

*** Professor e pesquisador da Faculdade de Economia e Administração da USP.

1. Duncan McDowall — *The Light: Brazilian traction, Light and power company limited, 1899-1945*, University of Toronto Press, 1988; C. Armstrong & H.V. Nelles — *Southern exposure: canadian promoters in Latin America and the Caribbean, 1896-1930*, University of Toronto Press, 1988.

2. Flávio A.M. de Saes — *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*, São Paulo, 1986, Ed. Hucitec; Tamás Szmrecsányi, “Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899-1939”, *Revista de Economia Política*, 6(1), jan./abr. 1986, pp. 132-135; Tamás Szmrecsányi, “A era dos trustes e cartéis”, *História e Energia* nº 1, maio de 1986, pp. 6-20; e Flávio A.M. de Saes, “Café, indústria e eletricidade em São Paulo”, *Idem*, pp. 21-31.

tais era primordialmente devida a essa dupla inserção, uma vez que o Canadá ainda era naquela época um importador líquido de recursos financeiros. Esse fato lhes conferia de saída um caráter transnacional, por meio do qual as referidas empresas "canadenses" se internacionalizaram desde o início de suas operações. As sedes administrativas das mesmas, assim como vários de seus principais acionistas podiam estar domiciliados no Canadá, mas a maioria deles certamente não tinham seus domicílios naquele país. A maior parte dos recursos financeiros de seus investimentos sempre proveio de Londres e de Nova Iorque, e não de Toronto ou de Montreal.

A preferência dos empresários canadenses pela América Latina em geral, e pelo Brasil em particular, acabou se configurando por exclusão. Como os mercados locais do Canadá e dos Estados Unidos já estavam tomados e como os da Europa permaneciam em sua maior parte inacessíveis, praticamente inexistiam outras oportunidades de investimentos dotados da mesma rentabilidade. Isso revelar-se-ia particularmente verdadeiro no caso da São Paulo Light, uma empresa fundada em 1899 e já lucrativa em 1902, a qual iria transformar-se na base de um império econômico e financeiro cujas fronteiras estender-se-iam bem além da Paulicéia e do Canadá. Já às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o grupo de empresários que a controlava tinha negócios também em outras regiões do Brasil, assim como no México e na Espanha.

Devemos, porém, recuar no tempo para poder recuperar as suas origens. De acordo com uma primeira versão oficial, até hoje aceita pela maioria no Brasil, trata-se de uma história que começou pela outorga, em junho de 1897, a Francisco Antonio Gualco e a Antônio Augusto de Souza, de uma concessão exclusiva para a exploração dos serviços de bondes elétricos na cidade de São Paulo. Segundo a mesma versão, essa concessão

foi complementada um ano e meio depois pela permissão de implantar linhas de transmissão de energia em todas as ruas da Capital e de seus subúrbios, e para o fornecimento de iluminação elétrica e de força motriz. A entrada em cena da Light só ter-se-ia dado nesse momento, depois que Gualco "constatando a falta de suficientes capitais locais para o empreendimento... conseguiu interessar nele alguns capitalistas canadenses...".

Esse relato não foi confirmado pela versão igualmente oficial do professor McDowall, historiador canadense contratado pela Brascan. Segundo ele, a história da concessão feita à Light teve início, não em São Paulo ou Toronto, mas em Montreal, onde trabalhava e vivia, desde o início da década de 1890, o empreiteiro e locador de mão-de-obra Francisco Antonio Gualco (1840-1899), o qual, nessa qualidade, tinha participado da construção da *Canadian Pacific Railway*, a primeira ferrovia transoceânica do Canadá. Originário da Itália e antigo oficial de marinha do seu país, Gualco era alguém que hoje em dia poderíamos chamar de aventureiro. Sempre disposto a enriquecer-se à custa de terceiros, ele havia começado a interessar-se pelos negócios do Brasil pouco após a Abolição da Escravatura em 1888, e da Proclamação da República no ano seguinte. Um dos seus projetos era o de promover a emigração de trabalhadores franco-canadenses ao nosso país, para serem arregimentados como mão-de-obra nas fazendas de café de São Paulo, a fim de complementarem e, eventualmente, até substituírem a força de trabalho dos imigrantes provenientes da Itália⁴.

Em 1895, Gualco conseguiu que o próprio governador do estado de São Paulo, Bernardino de Campos (1841-1915), se interessasse por seu projeto. O governador pediu a seu filho, Américo de Campos, que acompanhasse e apoiasse as iniciativas de Gualco. Estas, porém, não parecem ter obtido muito bons resultados, já que, em 1897, o gover-

nador do Canadá viu-se obrigado a desembolsar a soma de US\$ 3.778 para o retorno dos imigrantes de origem canadense que tinham sido atraídos e enganados pelo esquema de Gualco. Mas, apesar dessas desventuras (de outrem), o relacionamento estabelecido por Gualco com os membros da elite dirigente paulista não tardou a frutificar em outras direções, bem mais lucrativas do que aquela que ele havia inicialmente tentado explorar.

Graças à ajuda de um outro filho de Bernardino de Campos, o advogado Carlos de Campos (que mais tarde iria trabalhar na Light nessa condição, vindo depois igualmente tornar-se governador de São Paulo na década de 1920), e do engenheiro Alípio de Borba (posteriormente chefe dos serviços de bondes da mesma empresa), ele pôde conhecer em 1896 a queda d'água denominada Cachoeira do Inferno, situada em Santana do Parnaíba, nos arredores da capital paulista, onde, alguns anos mais tarde, a Light iria implantar sua primeira usina hidrelétrica. A associação de Gualco com Antônio Augusto de Souza foi uma conseqüência direta desse evento. Segundo Duncan McDowall³, teria sido muito difícil para ele encontrar um parceiro melhor. Sogro de Carlos de Campos, o também advogado Antônio Augusto de Souza era um personagem experimentado nos negócios relacionados aos transportes públicos urbanos, tendo participado da fundação da Cia. Viação Paulista, uma das empresas de bondes e tração animal que a Light iria posteriormente eliminar através de sua concorrência.

Munido das concessões que havia obtido, com a ajuda de Souza, das autoridades municipais de São Paulo — que, na época, já era uma cidade de 200 mil habi-

tantes em plena expansão industrial —, Gualco empreendeu uma viagem à Europa e aos Estados Unidos, a fim de atrair capitalistas e empresários dos países de seu itinerário, sem nada conseguir entretanto. De acordo com o professor McDowall, a solução para seu problema somente surgiria no Canadá em 1898, quando Gualco, tendo voltado a Montreal, retomou contato com pessoas que havia conhecido durante a construção da *Canadian Pacific*. Uma dessas pessoas era James Ross, que havia se tornado um dos proprietários da empresa concessionária dos serviços de bondes elétricos daquela cidade⁴.

Além dos negócios que controlava em Montreal, Ross mantinha ainda uma associação com William Mackenzie, também antigo empreiteiro da construção de ferrovias e presidente da *Canadian Northern Railway*, cuja sede se localizava em Toronto, cidade da qual Mackenzie também era concessionário dos serviços de bondes. Segundo McDowall, Ross teria sido a pessoa que primeiro despertou Mackenzie para o negócio de São Paulo, cabendo a este último a iniciativa de convidar o engenheiro eletricista norte-americano Frederick S. Pearson para opinar sobre os seus aspectos técnicos. De acordo com a mesma versão, os três conjuntamente teriam tomado a decisão de enviar um especialista a São Paulo, com o objetivo de estudar *in loco*, não apenas aqueles aspectos, mas principalmente as potencialidades do mercado daquela cidade para os serviços de bondes elétricos. E teria sido a partir do relatório desse especialista, o engenheiro norte-americano Robert C. Brown, que finalmente resultou a decisão de se criar a Light, por meio da qual os três associados, junto com outros, iriam adquirir as concessões de Gualco e de Souza⁵.

3. Edgard Egydio de Souza — "Esboço sobre a história da São Paulo Light" (fevereiro de 1949), *História da Light: primeiros 50 anos*, São Paulo, 1982, Eletropaulo, pp. 17-164.

4. McDowall — *Op. cit.*, pp. 31-32.

5. *Idem*, p. 33.

6. *Idem*, pp. 35, 50 e 53-54.

7. *Idem*, pp. 38-39.

Essa última operação ocorreu efetivamente no mês de setembro de 1899, através do pagamento aos dois concessionários originais de 248 contos de réis, soma equivalente a 7.750 libras esterlinas ao câmbio da época. Gualco ainda recebeu além disso, a título de comissão, alguns milhares de ações da nova empresa, poucas semanas antes de sua morte em São Paulo⁸.

Conforme essa versão, William Mackenzie teria sido desde o início o principal responsável pela fundação da São Paulo Light, uma companhia que ele controlou até o término de sua vida. Essa interpretação, porém, não coincide com a de Armstrong & Nelles⁹, segundo os quais tal iniciativa teria sido devida principalmente ao empenho e aos esforços pessoais de Frederick Pearson. De acordo com aqueles autores, este teria sido o primeiro a saber da oferta de Gualco, ao passar por Montreal em 1897, imediatamente vindo a se interessar por ela devido ao fato de que já conhecia o Brasil, país em que estivera dez anos antes, ainda nos tempos do Império, e que já naquela ocasião o havia impressionado bastante¹⁰.

Segundo essa mesma versão, teria sido igualmente ele que, em 1898, tomou a decisão de enviar a São Paulo, não apenas o já mencionado engenheiro R.C. Brown, mas também um outro compatriota seu, o engenheiro hidráulico H.L. Cooper, o qual deveria aferir o potencial energético da cachoeira de que falamos há pouco¹¹. Essa versão ajuda a explicar porque Brown submeteu inicialmente o seu relatório apenas a Pearson, em janeiro de 1899, e porque este, depois da fundação da Light em Toronto, trouxe os dois engenheiros de volta ao Brasil, em junho daquele mesmo ano¹².

De qualquer modo, o que permanece certo é que Fred Pearson pessoalmente não dispunha dos capitais necessários para iniciar o empreendimento e para levá-lo a bom termo. Por causa disso, segundo Armstrong

& Nelles¹³, ele teria tentado primeiramente obter o apoio financeiro de capitalistas do seu próprio país. Não tendo sido bem sucedido nessa tentativa, ele teria pretendido interessar no negócio alguns especuladores franceses que conhecia em Cuba por intermédio de seu compatriota (e futuro associado) Percival Farquhar. Mas, antes de partir para a Europa com esse intuito, ele havia pedido um parecer a respeito do seu amigo e homônimo de Halifax, o advogado canadense Benjamin F. Pearson, o qual lhe teria sugerido que entrasse em contato com William Mackenzie em Toronto. Isso foi feito por Frederick Pearson, e Mackenzie, que já o conhecia, acabou se interessando pelo negócio, passando a propô-lo a seus amigos da comunidade financeira de Toronto.

Essa comunidade de homens de negócios era liderada por George Cox, presidente do *Bank of Commerce*, um dos principais bancos do Canadá, bem como de diversas companhias de seguros¹⁴. No final do século XIX, William Mackenzie já era um dos membros mais proeminentes desse grupo, tendo feito sua fortuna por meio da construção e operação de ferrovias e através da organização e manutenção de serviços de eletricidade e de transportes públicos urbanos. Não obstante suas exíguas dimensões e sua relativa insignificância no mundo capitalista daquela época, o mercado financeiro de Toronto — da mesma forma que a economia canadense que o abrigava — era dotado de grande dinamismo. Sua bolsa de valores, situada num imóvel pertencente ao *Bank of Commerce*, era tão ativa quanto fechada: todas as suas transações se mantinham sob o estrito controle dessa mesma comunidade financeira¹⁵.

Nesse mercado de capitais, que estava longe de ser "livre", as novas emissões de títulos e demais papéis financeiros eram usualmente adquiridos de início por "sindicatos" (ou consórcios) fechados, sob a forma de debêntures vinculadas ou não a ações. A

venda destas últimas ao público em geral só costumava ser feita quando as empresas em questão já se encontrassem em plena atividade, o que permitia aos primeiros subscritores — os chamados *insiders* — obterem uma rápida recuperação dos capitais que haviam adiantado, ao mesmo tempo que as obrigações correspondentes continuavam a garantir suas carteiras e a pagar-lhes os juros correspondentes. Não parece necessário enfatizar que essas transações eram usualmente muito lucrativas, assegurando a seus titulares uma margem considerável do que Hilferding iria designar como “lucros do fundador”.

A formação da São Paulo Light foi efetuada dentro desses padrões. De acordo com as estimativas de Frederick Pearson, a companhia iria precisar inicialmente de US\$5 milhões (aos valores da época). Ele sabia por antecipação que o investimento total seria bem superior a essa soma, mas, aparentemente, ele quis evitar pedir mais recursos de início, a fim de não assustar os financistas canadenses. Ao seu lado, os membros do sindicato constituído por William Mackenzie tinham plena consciência do caráter “altamente especulativo” da proposta de Pearson, o que não os impediu, entretanto, de emprestar-lhe o seu apoio¹⁶.

Isso, porém, não significava que eles o fariam apenas com seu próprio dinheiro. Com o objetivo de obter os fundos necessários, eles criaram uma companhia emissora de títulos, cotados em média a 90% do valor nominal das ações correspondentes. Devido às pequenas dimensões do mercado canadense de valores, no qual todos se conheciam,

o capital respectivo poderia vir a ser integralizado progressivamente, por meio de pagamentos mensais ou bimensais, conforme as necessidades da empresa envolvida, a qual sempre poderia contar com eventuais créditos bancários para o atendimento de contingências inesperadas e mais urgentes. Se tudo caminhasse de acordo com os planos preestabelecidos, as receitas correntes da mesma não tardariam a ser suficientes, não apenas para remunerar o serviço das obrigações contratadas, mas também para possibilitar a venda a terceiros das ações que lhes eram vinculadas.

Em abril de 1899, Zebulon Lash, advogado e procurador de William Mackenzie, obteve do governo da Província de Ontário uma autorização para emitir 50 mil debêntures ao preço unitário de US\$100 (canadenses), as quais iriam pagar a seus detentores juros anuais de 5% durante um período de 30 anos. Os subscritores dessas obrigações deveriam pagar inicialmente apenas o equivalente a US\$ 3 milhões, a 90% do seu valor original, em dez prestações iguais e sucessivas a cada 60 ou 90 dias, segundo as necessidades de financiamento da empresa. A fim de compensarem seus riscos, esses subscritores iniciais poderiam dispor ainda de uma quantidade pelo menos equivalente de ações da mesma.

Nessas condições, evidentemente, a subscrição inicial do capital da Light pôde ser realizada sem maiores dificuldades. Todos os tomadores de obrigações receberam bonificações em ações num valor pelo menos equivalente ao da subscrição de debêntures que fizeram. Em alguns casos particulares

8. *Idem*, pp. 45-46.

9. Armstrong & Nelles, *op. cit.*, p. 43.

10. Esse fato é confirmado por McDowall, *op. cit.*, p. 61.

11. Armstrong & Nelles, *op. cit.*, p. 44.

12. McDowall, *op. cit.*, p. 38.

13. Armstrong & Nelles, *op. cit.*, p. 46.

14. *Idem*, pp. 7-8.

15. *Idem*, pp. 21-22.

16. *Idem*, pp. 46-47.

como os de George Cox, William Mackenzie e Frederick Pearson — esse nível foi amplamente superado, chegando a 130%¹⁷.

Até o professor McDowall chegou a reconhecer que, em abril de 1899, a São Paulo Light ainda constituía um empreendimento puramente especulativo, cujos recursos eram mais contábeis do que reais, e cujos estatutos não passavam de uma simples fachada jurídica. Para comprovar isso, basta mencionar o fato de a primeira direção da companhia ter sido composta, não de capitalistas ou empresários, mas de estenógrafos, funcionários administrativos subalternos, jovens advogados e contadores dos escritórios de Zebulon Lash e de William Mackenzie¹⁸.

Essa direção *pro tempore* seria substituída no mês seguinte por outra, mais definitiva, presidida por William Mackenzie em pessoa, ao mesmo tempo que a empresa lhe “comprava” por US\$150 mil, à vista, o lote restante (não-subscrito) das ações da Light, bem como a “propriedade” das concessões de São Paulo (as quais naquela época estavam ainda legalmente na posse de Gualco e de Souza). Frederick Pearson, por sua vez, foi na mesma ocasião “contratado” como consultor técnico da empresa nos anos de 1899 e 1900, sem quaisquer despesas (por já ter recebido o pagamento de seus serviços sob a forma de ações).

Segundo Armstrong & Nelles¹⁹, uma das mais importantes decisões do grupo financeiro formado por Mackenzie para apoiar os projetos de Pearson em São Paulo foi o de fazê-lo por intermédio de uma empresa incorporada e sediada no Canadá. Essa decisão não decorria somente do fato de que todos os seus fundadores (com a exceção de Pearson) tinham a nacionalidade canadense; sua verdadeira razão de ser encontrava-se sobretudo no acesso privilegiado que essa condição poderia vir a conferir-lhe ao mercado financeiro de Londres, sem a necessidade de

participar diretamente do mesmo desde o início.

Isso ocorria porque o Canadá, embora fosse um dos territórios integrantes do Império Britânico, já tinha naquela época as suas próprias leis no domínio financeiro, leis essas que eram bem menos rígidas que as que presidiam o funcionamento do mercado de capitais no Reino Unido. Pelo menos Frederick Pearson e William Mackenzie tinham plena consciência das vantagens inerentes a essa ligação: o primeiro porque sabia que os custos finais de seus projetos não tardariam a ultrapassar as possibilidades limitadas dos exíguos mercados financeiros do Canadá²⁰, e o segundo porque já havia se habituado a levantar no mercado londrino os fundos necessários à expansão de seus próprios empreendimentos²¹.

Após essa rápida recapitulação das origens da São Paulo Light, estamos em condições de acompanhar a maneira pela qual se deu a sua entrada oficial na capital do estado de São Paulo. Da mesma forma que os antecedentes da formação dessa empresa remontavam a épocas bastante longínquas, a história do desenvolvimento dos serviços de eletricidade e de transportes públicos da referida cidade havia começado bem antes de 1899.

Desde a década de 1870, a cidade de São Paulo encontrava-se em pleno crescimento, refletindo a expansão da cultura cafeeira no seu *hinterland*. Embora o comércio exportador desse produto estivesse localizado no vizinho porto de Santos, a capital paulista foi o primeiro centro urbano em que se concentrou a maior parte dos efeitos modernizadores, econômicos e sociais, do desenvolvimento da produção e das exportações da rubiácea, bem como da de todas as atividades auxiliares e subsidiárias a ela (rede ferroviária, comércio importador, instituições financeiras etc). Essa concentração era devido a razões geográficas e adminis-

trativas, mas ela foi também acelerada pela preferência dos mais ricos fazendeiros de café de nela fixarem suas residências permanentes, fazendo progredir, com seus recursos e com os rendimentos de seus negócios, a vitalidade e prosperidade das atividades econômico-urbanas da capital.

A crescente densidade econômica e demográfica da cidade de São Paulo foi engendrando o surgimento de novas oportunidades comerciais e financeiras vinculadas à implantação e à exploração de vários serviços urbanos de utilidade pública, como os de iluminação das ruas e dos domicílios, de transportes coletivos, de abastecimento de água etc. Esses serviços públicos começaram a surgir na capital paulista já na década de 1870. Os de iluminação pública, por exemplo, haviam sido inaugurados em 1872 e eram da responsabilidade de uma empresa britânica, a *San Paulo Gas Co.* Naquela mesma época, a cidade já contava com uma empresa privada especializada em transportes coletivos urbanos: tratava-se da Cia. de Carris de Ferro de São Paulo, concessionária que tinha a seu cargo o serviço de bondes a tração animal.

Nas décadas subseqüentes, novas empresas foram se acrescentando a ela, como a Cia. de Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro e a Cia. de Carris de Ferro de Santana. Também durante a década de 1880 foi criada a Cia. Cantareira, para abastecer de água a capital²². Todas essas empresas, com exceção da *San Paulo Gas Co.*, tiveram inicialmente pequenas dimensões e eram integralmente controladas por capitais locais. O desenvolvimento delas, entretanto, acompanhou de perto o crescimento da cidade, e várias tinham entre seus principais acionis-



tas e até entre seus diretores grandes fazendeiros de café, banqueiros e diretores de empresas ferroviárias (das quais apenas uma em São Paulo era estrangeira, sendo as demais pertencentes a grupos financeiros locais).

A década de 1890 presenciou a ocorrência de um intenso processo de concentração econômica, devido ao qual, em 1897, só restava em São Paulo uma única empresa de transportes públicos urbanos, a Cia. Viação Paulista, que tinha absorvido, não apenas três outras companhias locais, mas também quatro da cidade de Santos. E, cinco anos

17. *Idem*, pp. 48-49.

18. McDowall, *op. cit.*, p. 40.

19. Armstrong & Nelles, *op. cit.*, pp. 47-48.

20. *Idem*, pp. 51 e 301, nota 18.

21. McDowall, *op. cit.*, p. 53.

22. As informações apresentadas neste parágrafo e nos seguintes foram extraídas do livro de Flávio Saes mencionado na nota 2.

antes, houve a fundação da Cia. Água e Luz de São Paulo, que absorveu a Cia. Cantareira, e que apresentava entre seus serviços o fornecimento de energia elétrica para uso domiciliar, comercial e público. Essa companhia havia incorporado a Empresa Paulista de Eletricidade, fundada em 1888, e chegou a fornecer energia até o início do século XX, a partir de uma usina termoelétrica que abarcava quatro geradores a vapor. Naqueles anos ocorreu ainda a fundação da Cia. Telefônica do Estado de São Paulo, cujo controle acionário passou, no final do século XIX, para o Banco União de São Paulo.

Tal era, resumidamente, a situação dos serviços públicos urbanos em São Paulo no momento da chegada da Light. Esta em poucos anos iria conseguir absorver todas as empresas que acabam de ser mencionadas, recebendo por isso o apelido de “polvo canadense”. Mas, as suas conquistas mais importantes ocorreram entre 1899 e 1901, quando a Light obteve da administração municipal de São Paulo um virtual monopólio dos serviços de bondes, de iluminação pública, de produção e distribuição de energia. Essa posição dominante era resultante não apenas da concorrência econômica mas também de manipulações políticas, e este último fator parece ter sido até mais importante do que o primeiro.

A própria concessão dos serviços de bondes elétricos a Gualco e Souza em 1897 já tivera esse duplo caráter. Por outro lado, não há dúvidas de que a presença nos negócios da Light, desde os seus momentos iniciais, de líderes políticos como Carlos de Campos — filho do governador Bernardino de Campos, e ele próprio futuro primeiro mandatário do Estado — contribuiu muito para facilitar as coisas para a companhia canadense.

No plano puramente econômico, a superioridade da Light face a seus concorrentes no Brasil era primordialmente de caráter finan-

ceiro. Quando ela inaugurou a sua primeira usina, em setembro de 1901, a hidroeletricidade já não era desconhecida quer no estado de São Paulo quer no resto do país. Seu papel no desenvolvimento da economia paulista deve, portanto, ser avaliado menos em termos tecnológicos do que do ponto de vista do peso de seus capitais.

Deixando momentaneamente de lado a questão do exato montante destes, e do grau de sua efetiva integralização naquela época, deve-se reconhecer que eles eram bastante consideráveis, bem superiores aos fundos então normalmente mobilizáveis através das fontes convencionais de recursos do país. O capital inicial registrado pela São Paulo Light no Brasil montava a US\$ 6 milhões, equivalentes, ao câmbio da época, a aproximadamente 40 mil contos de réis. Essa importância era comparável ao capital na época da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, que era então a maior empresa privada nacional, o qual montava a 60 mil contos de réis em 1899, depois de quase 30 anos de funcionamento.

A escassez, no Brasil daqueles tempos, de grupos econômicos e financeiros locais capazes de mobilizar volumes comparáveis de recursos financeiros parece ter sido o principal fator econômico responsável pela posição monopolista conseguida pela Light desde o início de suas atividades no país. Essa posição, por sua vez, constituía a principal razão de ser do nível de seus lucros, que lhe permitiram pagar dividendos a seus acionistas já a partir de 1902 — dois anos após a inauguração de seus serviços de bondes, e apenas um depois da inauguração de sua primeira usina elétrica. Naquele mesmo ano, o capital oficial da companhia foi elevado de US\$ 6 para US\$ 7 milhões, o preço de suas ações saltou de US\$ 50 em fevereiro para US\$ 108 apenas dois meses mais tarde.

Foi naquele momento que os seus fundadores puderam realizar seus primeiros

grandes lucros ao revenderem parte das ações que possuíam. O número de acionistas da Light aumentou de 200 em 1902 para quase 700 em 1905. Mesmo a crise financeira internacional de 1903 não chegou a abalar essa tendência, e os preços em bolsa das ações da companhia atingiram o nível de US\$ 140 ao final daquele último ano. Seus lucros se mantinham tão elevados que Frederick Pearson se via continuamente obrigado a pedir aos escritórios de Toronto que mantivessem a máxima discrição a respeito²³.

Essa discrição era necessária não apenas por motivos fiscais, mas também para evitar possíveis reivindicações de tarifas mais baixas por parte das autoridades de São Paulo, sobretudo no âmbito dos transportes coletivos. Bilhetes de bonde mais baratos para os operários da nascente indústria paulista poderiam vir a comprometer o nível das receitas da empresa, reduzindo em consequência a lucratividade dos seus serviços. Mas, havia também uma outra razão, talvez ainda mais importante, para todo esse sigilo. Ao contrário da maioria de seus associados, Pearson queria que pelo menos uma parte dos lucros operacionais fosse reinvestida na própria companhia, a fim de aumentar seus ativos reais no Brasil, cujas autoridades nunca deveriam vir a saber que o capital inicial da Light tivera em suas origens uma natureza puramente contábil.

Parece importante acrescentar aqui que os lucros da Light foram, desde o início, não apenas operacionais, mas também (e talvez principalmente) financeiros e especulativos.

Embora fosse efetivamente uma empresa "produtiva", devotada à organização, manutenção e exploração de serviços urbanos de utilidade pública, essa companhia desde cedo se constituiu um instrumento para a realização de grandes negócios "não-produtivos", para benefício de seus principais acionistas, cujos lucros se originavam menos do funcionamento cotidiano da empresa do que das transações financeiras com suas ações e debêntures.

De qualquer forma, os argumentos de Pearson acabaram convencendo seus sócios canadenses, os quais se decidiram, no início do século XX, a expandir seus negócios no Brasil. A fundação da Rio Light em 1904 foi o primeiro e um dos principais resultados dessa decisão. Mas, é importante notar que ela não foi devido somente à atração exercida pela lucratividade dos negócios em nosso país, ou pelas numerosas novas oportunidades que nele estavam surgindo desde o final do século XIX. Uma importância pelo menos equivalente deve ser atribuída aos fatores de repulsão representados pelas mudanças de orientação política das autoridades municipais canadenses em relação às empresas concessionárias de serviços públicos urbanos²⁴. A regulamentação governamental e a municipalização desses serviços estavam justamente começando naquela época no Canadá, enquanto que nada de semelhante chegava a tolher então os horizontes empresariais no Brasil. Em vista disso, o desenvolvimento da São Paulo Light lhes pareceu, mais do que uma experiência a prosseguir e aprofundar, um modelo a ser reproduzido e ampliado.

23. Armstrong & Nelles, *op. cit.*, pp. 60-61.

24. McDowall, *op. cit.*, pp. 48-49.

OS DOIS SILÊNCIOS: NOTAS SOBRE JORNALISMO E LITERATURA EM CLARICE LISPECTOR E MARGUERITE DURAS.

Stella Senra

Professora da Faculdade de Comunicação e Filosofia PUC/São Paulo.

Clarice Lispector e Marguerite Duras são escritoras que, ao longo de suas carreiras, inúmeras vezes se confrontaram com a linguagem jornalística. Clarice escreveu durante muito tempo para a imprensa, assim como teve a própria imprensa no foco de sua atenção: na sua coluna do *Jornal do Brasil*, muitas vezes a escritora se perguntou o que a atividade jornalística acarretara para a escritora, ou ainda, que disposição de contato ela estaria propiciando ao leitor. Duras não só tem escrito para a imprensa como sobre a imprensa; mas, principalmente, vem se servindo de certos temas jornalísticos para realizar um tipo de intervenção muito própria que busca "vivificar" as intersecções entre a literatura, o jornalismo e a política.

As duas crônicas aqui evocadas partem de fatos ou de práticas próprias do campo jornalístico, para introduzir algumas destas questões caras às duas escritoras. O texto de Clarice, intitulado "Escândalo inútil" e publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, narra os atropelos da escritora para entrevistar uma dona de prostíbulo e o insucesso dessa empreitada. O de Duras, chamado "O cortador de água", trata da notícia do suicídio de uma família pobre e retardada no interior da França, depois que a Prefeitura manda cortar a água da estação abandonada que lhes serve de moradia¹.

A crônica de Clarice se atém apenas à entrevista e ao comportamento das duas interlocutoras, enquanto a de Duras, mais ambiciosa, busca confrontar escrita literária

e escrita jornalística. Guardada essa diferença de enfoque, cuja significação perceber-se-á mais adiante, as duas crônicas tratam de processos semelhantes quanto ao seu desenvolvimento e desfecho: são situações de impossibilidade ou de ruptura da comunicação pelos atropelos, bloqueios da fala ou pela sua interrupção. Ambos os textos giram em torno de um mesmo tema: o silêncio como limite das situações focalizadas. E como as duas situações circunscrevem os campos do jornalismo e da literatura, a questão das fronteiras entre essas linguagens acaba aflorando justamente face a esse limite extremo — o silêncio — diante do qual essas duas práticas vão ganhar seus contornos e adquirir realce próprio.

Mais do que interpretado, o silêncio é vivido de maneira diferente pelas duas escritoras. No texto de Duras o silêncio é percebido como interdição da fala, como resultado de um recalque. Mas esse silêncio, cujo contraponto é a impossibilidade da escrita jornalística, constitui por sua vez — e paradoxalmente — a condição mesma da escrita literária. Duras leu no jornal a história de uma família que vivia de favor numa velha estação de trem abandonada, e do funcionário que chega para cortar a água em pleno verão. Esse gesto representará, evidentemente, a impossibilidade de sobrevivência do grupo naquele lugar. Mas, como diz a notícia, a mulher não reage e o homem cumpre a sua tarefa. A mulher pega os dois filhos, vai até o restaurante da estrada, troca algumas palavras corriqueiras com o pro-

prietário, volta. Com o marido e os filhos, deita-se nos trilhos e se deixa matar pelo trem.

Duras busca se situar unicamente em relação aos elementos que a narrativa coloca à sua disposição. O eixo de sua crônica se encontra no silêncio instaurado no centro do episódio: Duras distingue de fato duas qualidades no silêncio da mulher. A primeira é ressaltada quando ela não reage à presença do funcionário, quando não reclama, quando se cala diante do gesto do cortador de água, o que parece tranquilizá-lo na sua missão. Essa primeira qualidade do silêncio diz respeito ao valor do que cala essa mulher quando aceita a ação drástica do funcionário municipal.

De acordo com esse primeiro aspecto, poderíamos nos perguntar: qual é a função desse silêncio? E, provavelmente não trairíamos o pensamento de Duras se lembrássemos as idéias de um outro escritor, Elias Canetti, também a respeito do silêncio². Para Canetti, a primeira função do silêncio é guardar um segredo. Não se responde a uma pergunta para guardar um segredo, segredo esse que confere seu valor ao silêncio. Na história analisada por Duras, calar-se não corresponde exatamente a essa primeira função. Mas se o silêncio dessa mulher não é defesa face a uma pergunta, ele pressupõe, por sua vez, como sugere Canetti, *um conhecimento exato daquilo que não se diz, e um conhecimento de toda a situação que gera esse silêncio*. Para a mulher não se trata tanto da ação de defesa sublinhada por Canetti a respeito da recusa a responder a uma pergunta, mas do *reconhecimento de um destino histórico, da aceitação do caráter inelutável desse destino*. O que há de comum entre a visão de Duras e a de Canetti é que, na situação dessa mulher, como no segredo, “silencia-se o que de melhor se conhece”; pois o que é calado por ela representa um

“saber”, que se refere ao estado de abandono em que se encontra a família, a toda a sua experiência de miséria e humilhação.

Assim, na opinião de Duras, se a mulher não fala com o funcionário, não é tanto no sentido de Canetti, para preservar o valor do que foi silenciado, mas porque ela “sabe” que não pode contar com ninguém para salvá-la, nem a sua família — e que só lhe resta morrer. Ela se cala porque conhece a extensão de sua desgraça e a inutilidade da sua fala, a inutilidade social desse gesto. É



como instância historicamente condenada ao silêncio que ela se cala. Para Duras, o silêncio da mulher vem desse saber “grave e profundo” que ela tem da sua solidão social, do imenso deserto que a separa, com sua

1. M. Duras — *A vida material*, Ed. Globo, Rio de Janeiro, 1989 e C. Lispector — *A descoberta do mundo*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984.

2. E. Canetti — *Massa e poder*, Ed. Universidade de Brasília/Melhoramentos, Brasília, 1983.

família, do resto da sociedade. Seu silêncio é a descoberta, ou o reconhecimento final de que não há mais palavras que atravessem esse deserto constituído pela própria rarefação da linguagem — essa espécie de terra de ninguém, tão devastada que nem ela, nem o cortador, podem mais atravessar.

Mas, segundo Duras, o silêncio da mulher vai além desse calar-se diante do agente municipal. Ele se estende pela sua caminhada até o bar, compreende o diálogo com o dono e chega até o momento que precede a morte da família sob o trem. O silêncio compreende também as suas palavras. Chegamos aqui à segunda qualidade do silêncio — qualidade que permite à escritora distinguir entre os campos da literatura e do jornalismo.

Para detectar esse segundo aspecto do silêncio, Duras parte de um primeiro deslocamento na história, através do qual o acontecimento não se encontra no mesmo lugar em que os jornalistas o colocam: a morte da família na linha do trem. Esse é um fato que os repórteres podem registrar. Para Duras o acontecimento se encontra num outro ponto da história, menos tangível, quando a mulher troca palavras que ninguém guardou com o dono do bar, *no momento em que já tomou sua decisão suicida*.

Duras entende por “acontecimento” justamente aquele instante, o gesto aparentemente sem razão — quando a mulher deixa a casa com os filhos com um objetivo que ignoramos, para fazer ou dizer algo que tinha de fazer antes de morrer. É nesse momento — que os repórteres não registraram porque as palavras ditas não encontraram ouvidos que as retivessem — que a literatura se restabelece com seu silêncio profundo.

Se essa qualidade do silêncio aponta para o limite do jornalismo, condenado ao registro do que é dito e ouvido, ela representa para o escritor acontecimento propria-

mente dito, cuja força e pujança seriam a condição mesma da literatura. A potência do acontecimento lhe seria conferida por essa violência insondável de seu sentido — é do caráter insondável dessa violência que surge a literatura.

Qual seria o sentido ou o “valor” das palavras da mulher no café? Ela não protestou, não se indignou, mas disse “outra coisa” diante da ameaça sobre sua família. Por menos significativo que seja, é isso que foi dito, essa “outra coisa” que revela, na visão de Duras, o caráter sagrado da linguagem. Por serem as palavras da mulher a expressão dessa violência insondável do acontecimento, sua frase se reveste do teor das frases sagradas. Por isso, mesmo que suas palavras sejam corriqueiras, e que ninguém tenha atentado para elas, esse instante constitui para Duras o momento em que a linguagem atinge o seu poderio supremo — não pelo sentido da frase, mas pela sua carga máxima. É como se as palavras equivalessem aqui ao silêncio dessa gente durante toda a sua vida; como se num dado momento toda a humilhação, toda a dor acumuladas ao longo de uma vida, *tudo o sentido de um destino* se condensassem nas palavras triviais dispensadas num diálogo corriqueiro.

Para a escritora a grande tragédia da linguagem é que esse poder das palavras, essa sua carga se perde todos os dias; não só nas ocasiões especiais, mas no cotidiano, em cada palavra que se dispense e que não foi ouvida. Cabe à literatura ouvir e acolher esse silêncio, daí a dimensão também “sagrada” da função do escritor.

Mas se o escritor é capaz de restabelecer nesse ponto o silêncio profundo da literatura, o silêncio dessa história se reveste ainda, na visão de Duras, de um caráter particular. Quem se cala nesse episódio, quem se recusa a falar face à ameaça do funcionário não é apenas um excluído social, um pária, mas uma *mulher*. (E, poderíamos acres-

centar, quem ouve esse silêncio é, novamente, uma mulher). Esse binômio, que ressalta o caráter “feminino” da totalidade da experiência relatada, remete à visão durasiana da literatura: o silêncio não compete aos homens, mas é uma condição própria do feminino e propicia uma visão específica da literatura. Segundo Duras, as mulheres acumularam ao longo da história um silêncio que constituiria o *sentido mesmo da literatura*; quando se fala delas, quando elas a fazem, a literatura são as mulheres.

Como se pode observar, a experiência descrita por Duras é vivida a partir da leitura de um texto, e se desdobra na escrita de um outro. Tudo o que acontece se passa no nível do texto. O escritor aparece como aquele que tem uma relação privilegiada com a linguagem face ao jornalista, condenado ao mero registro dos fatos: enquanto o jornalista tem de se haver apenas com a primeira qualidade do silêncio (ninguém registrou as palavras da mulher no bar), e está, portanto, condenado a corroborar e perpetuar esse silêncio, “histórico”, o escritor seria dotado de uma capacidade de “ouvir” aquilo que as palavras ocultam, e de resgatar, através da literatura, o seu poder. Tocamos aqui uma visão política do escritor, como aquele que “ouve” o que a história recalçou, e da literatura como a possibilidade de atualizar o silêncio que ela faz pairar sobre o mundo: nesse sentido o escritor seria, para Duras, *aquele que sabe*.

* * *

Apesar de não visar propriamente a linguagem jornalística ou a linguagem literária e de se propor apenas a contar a história de uma entrevista, a crônica de Clarice Lispector opera um contraponto com a de Duras. Além de configurar o mesmo gesto da escritora francesa — a escuta de uma fala feminina, e de contemplar, ainda que de forma latente, o mesmo percurso privilegiado pela escritora francesa, ela termina por ancorar também

no silêncio, que advém após o fracasso da entrevista.

Partindo de uma situação que a princípio poderia ser considerada mais “jornalística”, Clarice entrevista uma dona de prostíbulo. No entanto, desde o seu início, a experiência de Clarice já é diferente daquela considerada por Duras. A escritora francesa escreve a partir de um relato de jornal (sua escrita é suscitada por uma outra escrita), restringindo portanto sua participação ao plano da escrita. Lispector cria uma situação na qual está *diretamente* envolvida: uma conversa com a dona do prostíbulo, da qual a escrita deveria ser, pelo menos em princípio, o resultado.

A entrevista que Lispector deseja fazer também apresenta aspectos peculiares. Em primeiro lugar, o seu móvel: Clarice não procura dona Y — assim ela designa sua interlocutora — como escritora e nem reivindica um saber inerente a essa sua condição, no entanto real. Ao contrário, num gesto aparentemente mais próximo ao do jornalista, ela procura dona Y *porque não sabe*: porque “é curiosa”.

Mas, diferentemente também do jornalista, a pergunta de Clarice apresenta novamente um caráter particular: trata-se de “uma pergunta muda e intensa”, “de adolescente perplexa”: “como é o mundo?” e “por que esse mundo?”. Clarice procura dona Y movida por um desejo de saber absoluto, por uma pergunta intransferível. É o caráter dessa pergunta que torna a entrevista não-ocasional, como a do jornalista, mas necessária.

O teor da pergunta de Clarice pode se tornar mais claro se invocarmos mais uma vez o pensamento de Canetti: ela parece ser da mesma ordem daquilo que o escritor chama de “perguntas monstruosas”. Uma pergunta monstruosa é, por exemplo, aquela que diz respeito ao futuro. “Esta é a per-

SS



gunta suprema, a mais intensa de todas, e os deuses, aos quais ela é dirigida, não são obrigados a respondê-la". Essa pergunta dirigida ao que há de mais forte é uma pergunta desesperada, explica o escritor. Mas os deuses nunca se comprometem, nunca se pode penetrar neles; suas exteriorizações são ambíguas, suas respostas não podem ser decompostas. Todas as perguntas feitas aos deuses são feitas como *primeiras perguntas*, que somente têm uma resposta.

A pergunta muda, intensa e insistente de Clarice, a "pergunta de adolescente" é uma dessas primeiras perguntas, uma *pergunta monstruosa*, porque busca uma explicação final. Só que ela não se refere ao futuro mas ao presente, ao *estado do presente*, e, portanto, não se endereça aos deuses, mas à gente do mundo.

Essa pergunta sobre o presente, que se dirige à gente do mundo traz de volta a figura do jornalista. É que o desejo absoluto de saber, que determina o caráter inelutável da entrevista de Clarice, em vez de se contrapor ao procedimento dele, acaba lhe devolvendo questões que, por se colocarem em sua simples dimensão humana, também permeiam o seu trabalho.

Além de seu sentido moral, o escândalo ao qual se refere o título da história poderia estar de início justamente nesse caráter "monstruoso" da pergunta de Clarice, no ato em si de "ter" uma pergunta essencial, necessária, primeira. Mas, além desses dois aspectos, o escândalo repousa também no fato de que a escritora vá fazer essa pergunta "absoluta" a alguém tão desvalorizado socialmente, a alguém que, justamente, não reivindica a posse de nenhum saber.

Apesar de Clarice e Duras tomarem caminhos diferentes em suas crônicas, ambas as experiências apresentam alguns aspectos comuns: em primeiro lugar, a hipótese de que esses seres socialmente desvalorizados sejam depositários de um saber valioso, saber esse que diz respeito ao próprio caráter da natureza humana; em seguida, o fato de que esses seres sejam justamente duas mulheres, e, por último, que ambas se calem,

ou melhor, que pelo menos aparentemente digam “outra coisa” no lugar do que saberiam.

Mas um primeiro aspecto separa as duas escritoras quanto ao caráter desse saber. Clarice não compartilha com Duras o privilégio atribuído ao “feminino” da posse de um saber advindo dessa espécie de silêncio histórico, do qual os homens não fariam parte. Ao contrário, se ela busca falar com a dona do prostíbulo não é por causa de sua pretensa exclusão, mas em função de seu desempenho, do papel que ela exerce na sociedade.

O saber de dona Y vem, para Clarice, do fato de que ela lida com o amor dos homens. Ela deve conhecer o “valor” desse amor pois é ela que estabelece a sua conversação em dinheiro. Em vez de constituir um saber pela vida do recalque e da negação, como no caso analisado por Duras, a função de dona Y lhe teria conferido um saber positivo através do qual ela se tornou depositária do sentido do amor, segredo escondido no coração dos homens.

Dai o apelo de Clarice não a um texto, como faria o escritor, mas a uma entrevista, como faz o jornalista. Ela não “sabe”, e vai interrogar aquele que em função de sua experiência mesma deve saber. Em vez de uma concentração na sua própria linguagem, como faz Duras, essa iniciativa leva Clarice a uma aventura, obrigando-a a abandonar sua linguagem e a penetrar no universo e na linguagem de sua interlocutora.

Também diferentemente de Duras, que se move num universo de linguagem “privilegiado” — o da literatura — que evocaria o seu “sentido oculto”, Clarice não estabelece nenhuma espécie de hierarquia de linguagens, dentre as quais umas seriam “tradutoras” ou “reveladoras” das outras. Como interlocutora, ela se situa no mesmo plano de dona Y e a tarefa a ambas imposta, em igualdade de condições, é de encontrarem uma linguagem comum, ou seja, *de se encon-*

trarem na linguagem. Tarefa custosa, e cuja dificuldade ela não sonogará ao seu leitor, quando narra sua hesitação, seus pesadelos antes do dia da entrevista.

Para a entrevistada também o encontro não é fácil. Ela tenta escapar, negaceia, fica “doente”. Clarice não dissimula em nenhum momento de seu texto o peso da censura social sobre o comportamento das duas mulheres: é preciso encontrar um ponto de encontro “neutro” — a farmácia; é preciso se vestir de modo “respeitável”; é preciso escolher não só os lugares, a hora do dia, mas as palavras que permitam o diálogo.

Perguntar, perguntar para obter uma resposta para descobrir um segredo é uma tarefa que exige riscos. Clarice se arrisca: vai à rua, busca entrar no mundo de dona Y, e, num ato arrojado para um escritor, *desveste-se de sua linguagem.* A recíproca também é verdadeira: dona Y se arrisca, aceita esse encontro para ela igualmente inusitado e perigoso.

Depois de tantas mediações a entrevista se dá, e se revela “inútil”, “coisa sem graça”. Em vez de revelações, respostas convencionais, dona Y parece querer dissimular, esconder o jogo. E quando atende às perguntas seu universo se revela igual ao de tantas mulheres da classe média: os mesmos projetos de vida (até a filha que estuda balé), a mesma família pequeno-burguesa, as mesmas aspirações de segurança econômica. Face ao universo trivial de dona Y a pergunta obstinada e intensa de Clarice sossobra e ela acaba não só “perdendo a fome”, mas também o seu “interesse pelo mundo”. Dá um jeito de encerrar a conversa e se despede, sem respostas para as suas perguntas.

Do escritor esperar-se-ia que ele intervisse justamente nesse momento de pane da comunicação, quando o jornalista tem seu caminho barrado, recorrendo ao dote normalmente a ele atribuído, e vedado desde

sempre ao jornalista — a capacidade de criar. É o que faz, aliás, Marguerite Duras. É também o que sugere o amigo de Clarice, a quem ela conta em seguida o fracasso de sua empreitada.

Mas, aqui também, mais uma vez Clarice tem outro caminho, através do qual se destaca o terceiro ponto que a separa da escritora francesa. Pois se as duas mulheres disseram “outra coisa”, Duras pensa saber como *escritora* o que estaria por trás dessa outra coisa, permitindo-se tratar “disso” justamente *porque não foi perguntar*. Clarice não sabe por antecipação o que estaria no lugar da outra coisa e, *justamente por isso é que vai perguntar*. Duras fala como escritora, e reivindica como tal a posse de uma eloquência particular. Clarice não reivindica estatutos nem parece reconhecer entidades — seja a do escritor, seja a do jornalista. Duras anuncia um saber — saber ouvir o silêncio, saber dizer o que os outros não podem ou não conseguem dizer. Clarice anuncia, ao contrário, uma “curiosidade”. Ela não “sabe”, e sua ignorância assume a forma do desconhecimento absoluto da adolescente que ignora “as coisas da vida”: porque não “sabe”, ela tem perguntas a fazer, e procura respostas para elas. Duras se julga capaz, como escritora, de “ouvir” aquilo de que a “outra coisa” estaria no lugar. Clarice não julga saber o que dona Y saberia; e, mais ainda, partilha com a sua interlocutora a impossibilidade de dizer o que porventura haveria para ser dito. Daí o fecho da crônica: “Nós todos quase sempre falhamos”.

Mas a noção de fracasso — que poderíamos contrapor ao silêncio da mulher de Duras — intervém nesse momento, com um sentido que em Clarice é também peculiar: o fracasso é aqui considerado como algo partilhado não apenas pelas duas mulheres, mas ainda por toda a humanidade. Quando o diálogo não frutifica, Clarice não atribui o silêncio que se segue ao negaceio de dona Y, nem à sua própria hesitação, e nem tam-

pouco a um sentido “oculto” do mundo que não teria sido desentranhado. Ao contrário de Duras, que restabelece nesse momento a literatura, Clarice se recusa a “fazer” literatura. Se a conversa resulta banal, se as afirmações são triviais, ela partilha essa responsabilidade com dona Y. Daí a crônica se perguntar: o mundo é sem graça? Eu sou sem graça? Dona Y é sem graça?

Mas, apesar do reconhecimento desse fracasso — inclusive no próprio título da crônica, “O escândalo inútil” — o sentido desse fracasso não parece ser negativo, e pode ser realçado por intermédio da experiência de linguagem que perpassa toda a obra da escritora. A linguagem é para Clarice o “esforço humano” em direção à realidade, e a objetividade é o limite para o qual a linguagem necessariamente tende. A busca da objetividade empreendida na linguagem, que representa o desejo de conhecer, não é atributo nem do jornalista nem do escritor, mas quinhão de todos os homens. Mesmo quando falha, essa busca constitui em si mesma fator de enriquecimento humano.

Em *A paixão segundo G.H.*, ela já escrevera:

A realidade é a matéria prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la — e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas volto com o indizível.

Duras em sua crônica avançava uma noção parecida com a do indizível, o insondável, como a face oculta do sentido, de onde emergiria a literatura. Seria o caso de nos perguntarmos se o indizível e o insondável se correspondem, se as duas noções são da mesma ordem.

A pergunta de fato cabe, desde que ambas as categorias apontam para um certo exercício do silêncio. Segundo Duras, a his-

tória da mulher e do cortador de água aponta para um “insondável” do sentido como resultado de uma violência operada pela própria história. O insondável seria, na visão de Duras, o resultado de um recalque, de algo que foi “calado”, e assumiria, desse modo um caráter negativo. O que foi subtraído aos seres humanos passa a ser acessível no plano da linguagem apenas aos que tiverem “ouvidos” capazes de “ouvir” o seu silêncio.

Lispector, ao contrário, não aponta para um insondável como instância recalçada para além das palavras, cujo acesso só seria dado ao escritor. Aquilo que a escritora denomina “o esforço da linguagem” não constituiria

um privilégio do escritor — nem face ao jornalista nem ao resto da humanidade — mas seria o nosso modo humano de ir de encontro à realidade. Nesse sentido o indizível seria não apenas atributo mas conquista advinda aos humanos como seres que vivem na linguagem. Para Clarice, a linguagem é a aventura humana, e o fracasso não assume um valor negativo mas, ao contrário, se reveste de toda a positividade enquanto instância produtiva que funda a posse do indizível.

“Eu tenho à medida que designo — e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar” (*A paixão segundo G.H.*).

PAIXÃO E CRISE NO FUTEBOL BRASILEIRO

Waldenyr Caldas

Professor Livre Docente da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Alguns países do chamado “terceiro mundo” têm apresentado nas competições esportivas resultados surpreendentes. No atletismo, por exemplo, e mais especialmente nas corridas de média e longa distâncias, atletas marroquinos, nigerianos e quenianos, entre outros, têm certa tradição de vencedores. Os resultados olímpicos e as competições internacionais atestam esse fato. Essa situação, porém, se repete em diversas outras modalidades esportivas, tanto individuais quanto coletivas, nos dando a impressão de que a riqueza econômica do país nada tem a ver com o seu sucesso nas competições esportivas.

Na realidade, a prática nos mostra que não é bem assim. Em que pese a crise por que passa toda a teoria marxista neste final de século e especialmente sua filosofia política, é inegável que a estrutura econômica de um país ainda determina o sucesso ou o fracasso de alguns setores da sociedade. Seja no que diz respeito a questões de infraestrutura, ou ainda de superestrutura como é o caso do esporte.

Nesse aspecto, os exemplos acima mencionados são apenas exceções que confirmam a regra, ou seja: é na produção da riqueza e na sua distribuição mais equânime quanto possível, que reside a consolidação das estruturas econômica e democrática de uma nação. É também nessas condições que se fortalece sua superestrutura produzindo os resultados que se deseja.

Não é mera coincidência, muito menos uma obra do acaso, o fato de os países

ricos e desenvolvidos serem os grandes vencedores das competições esportivas em todo o mundo. A própria história das Olimpíadas ratifica nossa afirmação. Enquanto esses países conquistam a grande maioria das medalhas de ouro, prata e bronze, aos países do terceiro mundo reservam-se algumas poucas medalhas de bronze e, em alguns casos, por esforço e obstinação pessoal do atleta, pouquíssimas medalhas de ouro e prata.

A explicação para o sucesso dos países desenvolvidos, embora seja simples e óbvia, deve ser repensada. Por trás dessa superioridade “primeiromundista”, por trás dos músculos e da *performance* dos atletas desses países, existe uma formidável infraestrutura cujo raio de ação possui a flexibilidade necessária para abarcar as conquistas esportivas.

Sabe-se no entanto que, ao contrário das nações do terceiro mundo, os países desenvolvidos cientificizaram as competições esportivas chegando a requintes admiráveis. Hoje, toda a alimentação, treinamentos, equipamentos e até o lazer do atleta, passaram a ser administrados por uma diretriz científica produzida em laboratórios por estudiosos e pesquisadores especializados no esporte. Há um exemplo muito elucidativo no esporte profissional. Trata-se do pugilista norte-americano, Evander Holyfield, atual campeão mundial da categoria dos pesos pesados, em todas as versões, e que, segundo os especialistas desse esporte, seria o único pugilista em condições reais de enfrentar Mike Tyson e sair do ringue com uma vitória. Foi

assim que alguns investidores do boxe americano criaram o chamado "Projeto Ômega", que consistiu num investimento de US\$ 20 milhões, no qual trabalha uma equipe de 21 profissionais de alto nível como, psicólogos, nutricionistas, fisicultores, endocrinologistas, sociólogos, entre outros. Significativo é saber ainda que parte do dinheiro investido no "Projeto Ômega" foi devidamente deduzido de impostos que seus investidores deveriam pagar ao governo americano. Por outro lado, a vida do atleta Holyfield tem sido inteiramente administrada por esses profissionais. Gostaríamos de analisar as implicações ideológicas da perda de autonomia e de liberdade do atleta numa situação como essa, mas esse é um tema que por si só exigiria um ensaio à parte. De qualquer modo, convém lembrar o exemplar estudo do sociólogo Kosta Axelos, intitulado "A invasão da intimidade", e de Gerhard Vinnai, "El futbol como ideología", no qual a presença do Estado sobrepõe-se à individualidade do cidadão, justamente à procura do sucesso no esporte, como forma de consolidar o *establishment*.

Embora nos países do terceiro mundo essa seja uma prática quase rotineira (o Brasil é um bom exemplo), a procura desse sucesso é feita de outra forma que não a cientificização esportiva do atleta. Em face das profundas dificuldades econômicas em que sempre estão mergulhados esses países, seria acintoso demais o Estado investir mais na preparação científica do atleta e menos na educação de base. Essa opulência de uma minoria, contrastando com a miséria econômica coletiva, seria, sem dúvida, explorada politicamente pela oposição do Estado.

A alternativa é lançar mão daquilo que o lingüista e teórico francês Georges Mounin chama de "função apelativa" da linguagem, ou seja, usar sempre o discurso com o objetivo de causar impactos emocio-

nais ao receptor da mensagem. Nesse caso, é claro, toda a estrutura da narrativa está centrada numa concepção populista de governo e, em segundo plano, numa política esportiva de resultados imediatos. Esse tem sido, com algumas poucas exceções, o comportamento de governos de países do terceiro mundo onde, até pouco tempo, prevaleciam regimes autoritários liderados quase sempre por ditadores militares. É o caso da América Latina e especialmente do Brasil, o qual de agora em diante tomaremos como exemplo.

Nos últimos 40 anos, da Copa do Mundo de 1950 para cá, o futebol adquiriu no Brasil uma popularidade muitas vezes maior que os demais esportes, em que pese seu sistemático uso político por parte do Estado, ou talvez por isso mesmo. O suficiente, pelo menos, para eleger vereadores, deputados e senadores. Não é exagero afirmar que futebol e partidos políticos constituem-se duas grandes forças políticas do país.

Contrastando com os demais setores, especialmente da cultura e da educação, o futebol brasileiro, em âmbito federal, até que apresenta uma boa estrutura organizacional. Em alguns casos, comparável mesmo a países de primeiro mundo. Nada disso, no entanto, passa do papel. Não ultrapassa as fronteiras burocráticas do CND (Conselho Nacional de Desportos), afeto à Secretaria dos Esportes. A complexa máquina administrativa do Estado, em que pese o esforço isolado de alguns políticos, mantém-se emperada e incompetente para resolver até problemas vitais do país, como o aumento progressivo do desemprego, da inflação econômica, da mortalidade infantil e da fome. As pesquisas e os estudos sociológicos revelam que a qualidade de vida no país vem declinando na mesma proporção do aumento da dívida externa e do déficit público¹.

1. Sobre esse assunto especialmente deve-se consultar a Sinopse do IBGE de 1990, O Anuário Estatístico do Brasil de 1990, a Revista "Veja" nº 45, de 14-11-90 e as publicações do DIEESE.

A sociedade, como de resto o futebol e as demais manifestações culturais do país, se ressentem da inoperância política e administrativa do Estado. Hoje, o futebol brasileiro está mergulhado na maior crise econômica da sua história (desde 1894 quando Charles Miller introduziu esse esporte no país) e sem perspectivas a curto e médio prazos de sequer amenizar a situação.

Tudo isso, porém, é apenas reflexo da grande crise econômica por que passa o país nesses últimos 25 anos, onde cada vez mais acumula-se o descrédito popular sobre os políticos, o descrédito econômico internacional e até uma certa desesperança e ceticismo das novas gerações na reconstrução democrática do país, após o flagelo de 21 anos de regime militar.

Nesse sentido é que já não se pode mais justificar a miséria social do Brasil, através do raciocínio linear da "Teoria da Dependência", segundo a qual nosso subdesenvolvimento é uma situação imposta de fora para dentro pela força econômica dos países imperialistas. Isso não é e nunca foi exatamente assim. A teoria da dependência, a bem da verdade, servia de trincheira onde os maus governantes escondiam sua incompetência política e administrativa e os bem intencionados estudiosos da sociedade criticavam com veemência a presença do imperialismo no Brasil.

Portanto, se hoje o futebol brasileiro está capenga, padecendo de anemia econômica profunda, enfim, com sua saúde financeira bastante comprometida, isso se deve fundamentalmente aos desmandos políticos e econômicos que exauriram a vida do país durante o período dos governos militares. Ironicamente, no entanto, foram precisamente os presidentes militares quem mais se beneficiaram com as conquistas internacionais do futebol brasileiro.

No período de glória desse esporte no Brasil (anos 70) o autoritarismo militar rei-

nava soberano sob a liderança do presidente-general Emilio Garrastazu Médici, o mais tirano e obscuro dos presidentes do nosso país. O futebol brasileiro lhe rendeu o maior dividendo político de toda a sua gestão, conquistando em 1970, o tricampeonato mundial no México e se apossando definitivamente da taça "Jules Rimet".

Nesse momento, o populismo do presidente Médici explorou politicamente a conquista do campeonato. Todos os atletas tricampeões do mundo foram recebidos e homenageados no Palácio do Planalto, em Brasília, pelo presidente, numa cerimônia pomposa e transmitida ao vivo pelas televisões para todo o Brasil. Naquela época o país vivia um momento de falsa euforia econômica. Foi o período que passou para a história econômica do país, conhecido por "milagre brasileiro". A economia "inchava" (não crescia), criando a falsa idéia de que o PIB (Produto Interno Bruto) aumentava e de que nossas exportações eram muito superiores às importações. Não era verdade. O falso momento de euforia era produto de uma inteligente manobra econômica, do então ministro do Planejamento. O país contraía seguidas dívidas no exterior, aumentando progressivamente o montante da sua dívida externa. Esse dinheiro era aplicado em obras faraônicas de grande impacto popular, gerando novos empregos, aumentando os índices das Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo, facilitando o crédito às empresas e o sistema de crédito ao povo, dando a falsa impressão de prosperidade econômica. No decorrer do tempo, no entanto, constatou-se que a estrutura econômica brasileira era tão frágil quanto um castelo de areia construído à beira-mar. A qualquer momento poderia ruir. E foi precisamente o que ocorreu.

O governo seguinte, do presidente-general Ernesto Geisel, começaria a sentir os efeitos do aumento da dívida externa. Nem por isso deixou de aumentá-la ainda mais.

Para pagar parte do principal da dívida e seus respectivos juros, era necessário tomar dinheiro emprestado, aumentando a velocidade e o raio de ação da espiral inflacionária que mais tarde, em 1989, tornar-se-ia incontrolável.

Ao longo de toda essa trajetória, o que se tem observado é o sistemático e gradativo empobrecimento da sociedade brasileira. A literatura científica a esse respeito é vasta e não deixa dúvidas.

O futebol brasileiro, é claro, sentiria e acusaria de imediato os reflexos da recessão econômica. Sendo o esporte mais popular do país e uma espécie de termômetro da economia popular, o futebol entra em lenta e progressiva crise. O torcedor que lotava os estádios aos domingos começava a repensar sua economia e já não ia mais tão freqüentemente aos espetáculos futebolísticos. Essa prática, parte integrante da sua rotina de vida e ponto central do seu universo lúdico, precisaria ser parcialmente sacrificada como forma e tentativa de amenizar seus problemas econômicos. Ledo engano. O pior viria mais tarde e o torcedor, só em casos excepcionais, como decisões de campeonatos e jogos muito importantes da seleção brasileira, compraria seu ingresso ao estádio. A cada temporada de campeonato, os estádios ficariam mais vazios. De acordo com dados oficiais divulgados pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol), a presença do torcedor de 1982 a 1986 nos estádios brasileiros diminuiu em 31%, representando a maior evasão de público de toda a história do futebol brasileiro até então².

Já em 1991, no entanto, esses dados são inexpressivos se pensarmos, por exemplo, nas estimativas da imprensa esportiva especializada em futebol, que ampliou essa percentagem para 40 a 45%. Esses dados estatísticos, no entanto, não teriam importância se a saúde financeira dos clubes brasi-

leiros se mantivesse inalterada. Mas não é isso o que sucede. Não é por acaso que a imprensa esportiva brasileira se reporta à difícil situação econômica em que se encontra o futebol brasileiro e seus principais clubes. Algumas vezes, tratando diretamente do assunto, através de entrevistas com presidentes de clubes, outras vezes de forma indireta, para citar títulos protestados, atrasos de aluguel, de salários do atleta, envolvimento em causas trabalhistas, entre outras coisas.

Para melhor ilustrar a crise financeira do futebol brasileiro, convém reproduzir um recente texto do jornal "O Estado de São Paulo", de 8-1-91. Em rápidas notícias, o jornal dá conta da situação do futebol no estado do Piauí, caracterizando muito bem o momento das duas principais equipes desse Estado. Diz o texto: "sufocados por grave crise financeira, Tiradentes e Flamengo não poderão aceitar o convite formulado pela CBF para representarem o Piauí na Segunda Divisão do Campeonato Brasileiro. Os dois clubes não dispõem sequer de jogadores para formar os times que enfrentariam Moto Clube e Ceará na primeira rodada. O Flamengo não tem dinheiro nem para pagar salários atrasados de jogadores e funcionários. A situação do Tiradentes, campeão estadual de 1990, não é muito diferente: o clube tem apenas um atleta contratado e ainda não pôde renovar com o meia Zé Augusto, ídolo da torcida. A última esperança dos dirigentes é uma possível ajuda por parte da CBF". Em outra matéria de igual teor, o "Jornal do Brasil" acrescenta ainda, que o Flamengo do Piauí não realiza mais treinos coletivos por falta de dinheiro para comprar material esportivo. Apresso-me em registrar que não estamos diante de uma exceção.

Os grandes clubes dos maiores centros futebolísticos do país como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul vivem, proporcionalmente à sua gran-

2. Revista CBF, ano VII, número 9, 1986, Rio de Janeiro.

deza e importância no futebol brasileiro, situação semelhante. Dificilmente os presidentes desses grandes times investem dinheiro na compra de novos jogadores. Ao contrário, quase sempre querem vender seus melhores atletas ao exterior, para equilibrar ou diminuir o déficit financeiro do clube. Retomarei mais adiante esse assunto. Para tentar

importante que isso, está o problema da sua sobrevivência econômica, uma vez que seu salário vem declinando mês a mês, em contraste com suas despesas que, em função da inflação, aumentam também mensalmente. A precária estrutura econômica do país, o desemprego, o círculo vicioso inflacionário e a conseqüente recessão econômica têm, nos últimos anos, levado o trabalhador brasileiro a um contínuo processo de proletarização.



A equipe do Clube Atlético, da elite, que disputou o campeonato paulista de 1904. (Agência Estado) Cortesia Arquivo Rocha Neto.

minorar a crise e superar a letargia que se abateu sobre o futebol brasileiro, os dirigentes de clubes têm usado de um expediente que, embora criativo, tem se mostrado ineficiente. Para motivar o torcedor a voltar aos estádios e impossibilitados de realizar contratações de novos jogadores, os dirigentes resolveram fazer a troca de alguns atletas de um time para outro. O resultado, é claro, não apresentou e nem poderia apresentar os efeitos desejados. A evasão do público dos estádios não é apenas uma questão de falta de motivação do torcedor brasileiro. Mais

Nessas condições, as atividades lúdicas são as primeiras a serem postas de lado em função da tentativa de manter o padrão de vida e seu nível sócio-econômico. Assim, ainda que reconheçamos a criatividade dos dirigentes dos clubes brasileiros e da CBF, essa situação dificilmente será alterada. Enquanto persistir no país uma política econômica equivocada, o futebol brasileiro permanecerá como está: capenga, empobrecendo dia-a-dia e cada vez mais distante da magnitude que o consagrou. Nesse sentido, convém ainda se pensar no futebol não apenas como uma atividade lúdica pura e simples, como se fosse desvinculado do contexto político e econômico do país. Evidentemente que não é assim. Os esportes em geral e o futebol nesse caso apenas refletem com seus resultados ruins a atual conjuntura da sociedade brasileira. Dificilmente um país economicamente próspero e bem administrado apresenta índices adversos nos esportes de forma sistemática. Esse não é o caso brasileiro, obviamente. É fácil entender que o futebol brasileiro não vai bem nas suas competições internas e externas porque o país não está bem. É fácil também se notar que nosso futebol empobreceu, porque nosso país vem empobrecendo a largos passos, a despeito das inúmeras tentativas através de planos econômicos para reverter esse quadro. Por enquanto, todos eles redundaram no desencanto e na frustração coletiva, bem ao estilo do que vem sucedendo com a seleção brasileira de futebol a cada quatro anos, quando é eliminada dos campeonatos mundiais que disputa.

Visto de fora, no entanto, o futebol brasileiro ainda mantém o prestígio semelhante àquele de alguns anos atrás quando conquistou o tricampeonato mundial. Os especialistas estrangeiros (treinadores, fisicultores e atletas) e a grande imprensa internacional ainda mantêm o mesmo respeito pela seleção brasileira. Em todas as disputas de que participa, ela é sempre apontada como uma das grandes favoritas como ocorreu recentemente no último campeonato mundial da Itália. Esse fato teve a oportunidade de constatar pessoalmente, assistindo aos programas de televisão sobre o campeonato mundial, ouvindo as diversas opiniões dos cronistas esportivos, de torcedores europeus (especialmente italianos), os comentários radiofônicos e as matérias de jornais europeus, principalmente italianos, franceses e ingleses.

Esse prestígio internacional ainda intacto do futebol brasileiro tem uma explicação bastante procedente, uma vez que ele é baseado numa realidade incontestável. Refiro-me ao fato de que a seleção brasileira de futebol propriamente dita, ou seja, a melhor formação da nossa esquadra, a mais forte, não está no Brasil, nem seus jogadores pertencem a clubes brasileiros. Basta observar, por exemplo, que o time titular no campeonato mundial da Itália era formado por nove atletas atuando em times europeus e apenas dois jogando por esquadras brasileiras. São eles: Taffarel e Mauro Galvão, que após o mundial da Itália foram também comprados por times europeus. Além disso, convém assinalar que, com algumas poucas exceções (são os casos de Renato e Sócrates), os jogadores brasileiros comprados por times europeus quase sempre justificam, com suas atuações de alto nível, o investimento feito na compra de seu passe. Em outros termos, o prestígio adquirido por esses jogadores em gramados europeus reverte-se em benefício da seleção brasileira, por quem atuarão mais tarde em competições internacionais.

Assim, se por um lado o futebol brasileiro vive internamente uma crise profunda

em função da crise do próprio país, por outro lado, externamente, consegue manter, com justiça, seu grande prestígio internacional. Esse fenômeno, com efeito, revela uma situação peculiar: nesse caso é notório que a crise do futebol brasileiro restringe-se ao aspecto econômico-financeiro e à incompetência administrativa. Este último, no entanto, de forma mais localizada. Apenas algumas instituições no nosso futebol são bem administradas. O primeiro aspecto, claro, transcende a esfera do futebol e dos esportes em geral para abater-se sobre toda a sociedade brasileira, como vimos anteriormente.

Nesses termos pode-se dizer, sem sombra de dúvida, que o futebol brasileiro mantém uma admirável capacidade de renovação. De acordo com a Federação Internacional de História e Estatística do Futebol, o Brasil é o país que mais exporta jovens atletas para jogar futebol em outros países. Essa renovação, sem dúvida, contribui de forma decisiva para a manutenção do futebol brasileiro entre os melhores do mundo.

Aqui, no entanto, cabem algumas considerações, perguntas e alguns esclarecimentos. Como se explica, por exemplo, que um país mergulhado numa crise econômica tão longa, quase crônica, com um futebol mal administrado em sua grande maioria (há as exceções), apesar do alto nível, possa renovar-se com tanta facilidade e rapidez? A explicação é relativamente simples (embora não tenha uma só resposta), mas requer um conhecimento razoável sobre a cultura lúdica brasileira.

O futebol foi introduzido no Brasil no fim do século XIX, para se tornar mais tarde, ao lado do carnaval e da música (especialmente o samba), um dos três mais importantes produtos lúdicos da cultura popular brasileira³. É uma atividade esportiva de tal modo arraigada aos costumes e tradições do povo brasileiro que se torna difícil imagi-

3. Em meu livro, *Memória do futebol brasileiro*, Editora Ibrasa, São Paulo, 1990, eu trato detalhadamente desse tema.

nar esse povo sem o prazer do grito de gol. Gilberto Freyre, eminente sociólogo da cultura brasileira, certa vez escreveu sobre a paixão do brasileiro pelo futebol. Diz ele: "o desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura. A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes no estilo brasileiro de jogar futebol"⁴. Assim, para entender a ininterrupta renovação do futebol brasileiro é preciso, antes de mais nada, olhar esse esporte não apenas como um divertimento a mais, mas sim como um produto cultural inteiramente absorvido e integrado à cultura popular brasileira. É isso o que vamos ver agora.

Tanto na periferia dos grandes centros urbanos, quanto no interior do país, a bola de futebol está sempre presente nas atividades lúdicas das crianças e dos adolescentes. Com uma vasta área territorial, o Brasil não padece de falta de espaço como ocorre em alguns países da Europa. Os campos de várzea e as praias são os locais preferidos dos brasileiros para improvisarem, a qualquer momento, a tradicional "pelada". Trata-se de um jogo de futebol improvisado, no qual os jogadores não precisam usar camisa, não existe árbitro, nem traves (elas são demarcadas com pedras ou pedaços de madeira) e nem tem hora certa para a partida terminar. É comum os jovens jogarem uma manhã ou tarde inteiras, sempre fazendo revezamentos. Entram no time alguns que esperam à beira do "campo" e saem outros para descansar e voltar depois. Essa é uma prática lúdica que já faz parte do cotidiano do jovem brasileiro, principalmente daqueles pertencentes aos estratos mais modestos da sociedade.

Ao lado da tradicional "pelada" existem ainda alguns clubes que mantêm sua escola de futebol, com o objetivo de preparar o

pequeno atleta para profissionalizar-se mais tarde. Em que pese os problemas econômicos desses clubes, as escolinhas, como são conhecidas, dispõem de toda uma infra-estrutura para que esse pequeno atleta possa vir a se tornar um profissional mais tarde e justificar o investimento, uma vez que o clube passa a mantê-lo. Dessas escolinhas saíram para o profissionalismo jogadores como Zico, Romário, Taffarel, Geovani, Falcão, Bebeto, entre outros.

O grande celeiro desses atletas, no entanto, são os campos de várzea da periferia e as praias. É nesses lugares que os treinadores (nesse caso, chamados também de "olheiros") recrutam boa parte dos garotos que freqüentarão a escola dos clubes. Esses profissionais vão assistir às "peladas" e convidam os jovens que se destacam durante a partida. Foi assim que o "olheiro" Waldemar de Brito descobriu Pelé para o Santos Futebol Clube e para o futebol brasileiro. Essa é uma prática que tem dado certo para a renovação constante desse esporte em nosso país, revelando grandes jogadores e gerando bons lucros com sua posterior venda ao exterior. Para se ter uma idéia da exportação de atletas brasileiros formados nas escolinhas ou descobertos na praia ou na várzea, basta observar que, dos nomes anteriormente citados, apenas Bebeto ainda permanece jogando no Brasil, embora já esteja há algum tempo sendo pretendido por diversos clubes europeus.

Importante acrescentar ainda que o nível intelectual do jogador brasileiro é muito baixo por um motivo também muito simples, mas que envolve a incompetência administrativa do Estado: o Brasil, como se sabe, apresenta uma carência muito grande de vagas na sua educação de base. Existem mais crianças na idade de freqüentar a escola do que vagas para absorvê-las. Esse é um problema crônico na estrutura educacional brasileira, cujo ônus maior recai sobre a população mais pobre do país. As classes sociais mais

abastadas superam essa carência pagando escolas particulares para seus filhos. As classes mais modestas não têm alternativa. Esperam por uma vaga para seu filho, que nem sempre aparece. Enquanto isso, os campos de futebol na várzea vão recebendo crianças que, quase como forma de sublimar sua frustração por não poder frequentar a escola no momento certo, dedicam-se às populares "peladas" na esperança inconsciente de que sua ascensão social se dê não mais através das letras, da escolarização oficial, mas sim pela arte de jogar futebol. De jogar o futebol gingado brasileiro.

Se tudo correr mais ou menos dentro das expectativas, alguns anos mais tarde a criança ou o jovem adolescente estará iniciando sua carreira de futebolista profissional. Se for um atleta dotado de certo talento terá, num futuro bem próximo, a grande oportunidade de ser contratado por uma equipe européia, americana, japonesa ou do Oriente Médio realizando, dessa forma, sua independência financeira. Nesse momento, porém, completa-se o ciclo renovação/exportação, fenômeno que vem crescendo e acompanhando o futebol brasileiro nos últimos 25 anos. Mesmo antes ele já existia, mas de forma mais discreta e quase imperceptível. Como se sabe, os primeiros jogadores a atuarem em esquadras do exterior foram contratados por clubes uruguaios e italianos, ainda na década de 20.

O último aspecto sobre a crise por que passa o futebol brasileiro diz respeito à evasão dos seus melhores atletas vendidos ao exterior. Os dirigentes de clubes asseguram que, se esses jogadores permanecessem no Brasil jogando por suas respectivas esquadras, a presença do público nos estádios e a renda dos jogos seriam bem maiores. É possível que sim, mas isso é uma dupla utopia. Primeiramente porque é vendendo seus grandes jogadores, que os clubes bra-



Charge do Campeonato Sulamericano de 1919. Cortesia Arq. Rocha Neto.

sileiros continuam sobrevivendo, ainda que acumulando déficits. Em segundo lugar, é plenamente justificável que um atleta profissional queira trabalhar no exterior, num centro onde, seguramente, poderá realizar-se financeiramente. No Brasil, hoje, não há clube de futebol capaz de pagar nem mesmo a metade do que um atleta profissional pode ganhar em times europeus, especialmente italianos, espanhóis e franceses. Os clubes brasileiros não têm a mínima chance de evitar a evasão desses jogadores. Ao contrário, em função do alto preço que pagam os clubes europeus (tendo como referência a sistemática desvalorização da moeda brasileira), os dirigentes estão sempre interessados em vender seus jogadores, embora não ratifiquem publicamente essa intenção, justamente para não desvalorizar o preço do passe do atleta. Coisa elementar da lei mais banal que rege as relações comerciais no capitalismo: a lei da oferta e da procura.

Ao mesmo tempo, emerge aqui um problema que deve ser pensado com cautela: ora, se os grandes jogadores brasileiros permanecessem em suas respectivas esquadras, todos eles estariam nos grandes clubes do Brasil. Os jogos entre eles, provavelmente,

levariam mais público aos estádios. Mas isso nem de longe sequer amenizaria a crise por que passa o futebol brasileiro. Essa situação apenas privilegia ainda mais a grande esquadra cujo poder econômico, pelo menos em nosso país, tem sido usado sistematicamente como instrumento de persuasão política quando surgem impasses nos campeonatos estaduais e brasileiros. Como se sabe, não foram poucas as vezes em que grandes times brasileiros, incapazes de conseguir sua classificação pelo desempenho técnico, o fizeram (e continuam fazendo) através da justiça desportiva. Nessa instância, em que pese o pomposo nome de STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), as grandes esquadras são sempre (ou quase sempre) imbatíveis quando se defrontam com esquadras de menor porte econômico e político. Os exemplos são tantos e tão constantes, que se torna desnecessário qualquer um deles.

Nesse sentido é que a permanência do grande jogador nos times brasileiros não resolveria a crise do nosso futebol. Essa seria uma solução pouco eficiente para tentar resolver o problema pela superestrutura. Não é assim. É um erro acreditar nisso. E as pequenas esquadras, aquelas que não podem manter um grande jogador em seu elenco, o que fariam para melhorar suas rendas nos estádios? Nada. Elas não podem fazer nada, porque o problema central está, como vimos,

na precária estrutura econômica do Estado brasileiro que insiste numa política econômica improdutiva e tautológica, levando a sociedade a um constante processo de empobrecimento e, em muitos casos, ao constrangimento de não poder satisfazer suas necessidades básicas.

Sendo assim, é claro, o torcedor começa mesmo a se afastar dos estádios. Sua paixão pelo futebol deve ser contida, ou melhor, reprimida, em face do seu empobrecimento cada vez maior. Seus compromissos financeiros não permitem mais que ele mantenha a mesma assiduidade aos estádios. Mesmo assim, sua paixão pelo futebol já é há tanto tempo de tal grandeza, que ele não pode mais prescindir do grito de gol. Já faz parte do seu cotidiano, dos seus costumes, enfim, da sua própria cultura.

Ele agora, apesar de tudo, tem dois motivos para torcer: continuar gritando o nome do seu time (o "grito de guerra" da torcida), mas torcer também para que os políticos recuperem de fato a economia do país. Só assim seria possível sua volta aos estádios e seu reencontro com o futebol, sua paixão, o esporte que melhor reflete a crise e a decadência econômica por que passa o Estado e a sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva — *A ordem do progresso*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.
- ANDREFF, Wladimir — *Économie du sport*. Presses Universitaires de France, 1986, Paris.
- CALDAS, Waldenyr — *O pontapé inicial*. Editora Ibrasa, São Paulo, 1990.
- INVERNIZZI, Gabrieli — *Il Brasile é vicino*. Arnoldo Mondadori Editore, Milano, 1987.
- MARZOLA, Pier Luigi — *L'industria del calcio*. NIS — La Nuova Italia Scientifica, Roma, 1990.
- MICELI, Sérgio (org.) — *Estado e cultura no Brasil*. Difel, São Paulo, 1984.
- WITTER, J.S. — "A várzea não morreu", in: J.S. Witter e José Carlos Sebe Meihy. *Futebol e cultura*. Convênio IMESP/DAESP, São Paulo, 1982, pp. 101-104.
- CANEVACCI, Massimo e outros. *Lo sport tra natura e cultura*. Guida Editori, Napoli, 1984.

ROBERTO SIMONSEN E A RACIONALIDADE CIENTÍFICA

Rosa Maria Vieira

Professora de Sociologia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Foi também Pesquisadora do Arquivo Edgard Leuenroth, do IFCH da Unicamp.

Por duas décadas (1928/1948), Roberto Simonsen projetou-se como a mais expressiva liderança burguesa no Brasil, formulando um projeto de industrialização que, transgredindo ideologicamente o liberalismo, propunha a aceleração de desenvolvimento nacional a partir de um planejamento global da economia e uma indispensável intervenção do Estado, de modo a superar o atraso e a miséria.

Sua trajetória como ideólogo da modernização industrial teve início com sua participação, ao final dos anos 20, da fundação do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP). Na realidade, como um agente social estreitamente ligado à cena histórica, Simonsen apenas voltou-se à reflexão e ação nesse processo, elaborando extensa obra teórica e atuando no parlamento e em organismos empresariais, a partir do momento em que a indústria transformou-se no suporte básico

da reprodução capitalista no Brasil, no período pós-30.

O que se observa é que nas décadas iniciais do século, envolvido quase exclusivamente pelos empreendimentos privados¹, manteve-se à margem do movimento inicial em favor da industrialização brasileira e do confronto ideológico entre industrialistas e defensores da vocação agrária do país.

Neste período, situado grosso modo entre 1918 e 1927, Simonsen produziu, no entanto, uma série de trabalhos — artigos em jornais, discursos, relatórios de empresa e uma tese apresentada no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, em Paris (1919) — no qual se destacam, com excepcional evidência, reflexões sobre a problemática da racionalização científica e sua experiência pioneira de implantação das novas

1. Engenheiro por formação, depois de um breve período na *Southern Brazil Railway* e na Comissão de Melhoramentos do Município de Santos, Roberto Simonsen tornou-se empresário em 1912, fundando a Companhia Construtora de Santos que, na década seguinte, edificaria quartéis para o exército em nove estados brasileiros. Diversificando suas atividades, inaugurou, ainda nessa época, as Companhias Frigoríficas de Santos e Frigorífica e Pastoral de Barretos. Em meados dos anos 20, já como industrial, organizou a Cia. Nacional de Borracha (1926/1927), a Cia. Nacional de Artefatos de Cobre (1926/1928), além da Cia. Cerâmica São Caetano e a Fábrica de Tecidos Santa Helena. Seguindo também a trajetória híbrida de muitos industriais da Primeira República, para quem investimentos no setor cafeeiro não representavam uma situação contraditória em nível de excludência, Roberto Simonsen associou-se à Casa Comissária Murray Simonsen Cia. Ltda. que, durante o governo de Washington Luís, atuou como agente da *Lazard Brothers*, casa bancária inglesa, financiadora do Instituto Paulista de Defesa do Café. Para dados biográficos de Roberto Simonsen consultar: E. Carone "Roberto C. Simonsen e sua obra", in: *RAE*, RJ, out/dez., 1971; Heitor Ferreira Lima. *Três industrialistas brasileiros — Mauá, Rui Barbosa, Simonsen*, SP, Alfa-Omega, 1976; Helena Fanganiello *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*, SP, FEA, Boletim nº 60, 1970.

formas de gestão empresarial na Companhia Construtora de Santos onde, ao fim da I Guerra Mundial, promoveu a reorganização dos processos de trabalho e administração com base em princípios tayloristas².

Neste artigo vamos analisar esses primeiros trabalhos de Simonsen, dando particular atenção aos relatórios apresentados à direção da Construtora nos anos de 1918 e 1919. Nesses materiais encontram-se elementos que possibilitam, a um só tempo, a aproximação com as condições e características da penetração inicial das práticas tayloristas no Brasil e a elucidação do sentido e função da temática da racionalidade científica, que é uma questão central no pensamento de Simonsen até meados de 30.

Como se verá, dessas análises emerge o empresário preocupado com a racionalização, antecipando o incremento da produtividade do trabalho e do controle eficiente dos conflitos de classe. De igual modo, manifesta-se o homem público voltado à reflexão dos problemas nacionais, pensando a realidade do país agro-exportador do começo do século, com base na experiência empresarial, desejando modernizar a nação, como o fizera com sua Construtora, a partir da divulgação e implementação dos princípios racionais de cientificidade. Aspiração ao progresso que Simonsen conciliatoriamente combina com a aceitação das tradicionais formas de inserção do Brasil nos quadros internacionais da divisão do trabalho.

A preocupação com a organização científica do processo de trabalho desenvolveu-se inicialmente nos EUA, em fins do século XIX, dando origem ao taylorismo e, posteriormente, ao fordismo. Historicamente, esses movimentos de racionalização do trabalho surgiram num quadro de reprodução e expansão monopolista do capital e de conflitos

com um proletariado sindicalizado e combativo.

Pensado como uma "estratégia de dominação sobre o trabalho"³, o taylorismo, com suas práticas racionalizadoras, colocou-se como uma resposta do capital a contingências adversas nos grandes centros industriais norte-americanos. Ou seja, entraves à intensificação da exploração da força de trabalho representados, por um lado, pela pressão dos "trabalhadores qualificados, aqueles que tinham treinamento artesanal ou de ofício, juntamente com os imigrantes que tinham experiência de sindicatos e atividades políticas, [empenhados] numa luta política que foi suficientemente generalizada para constituir um obstáculo à valorização e acumulação de capital". Por outro, a chegada da Europa de "uma massa de imigrantes camponeses que não podiam ser incorporados, nas condições em que se encontravam, ao processo de produção"⁴. Os métodos de trabalho precisavam ser alterados de modo a propiciar a entrada do operário não-qualificado na produção, e a desqualificação e substituição do trabalhador de ofício, sindicalizado e organizado.

O taylorismo, buscando a intensificação do ritmo de trabalho, a partir da supressão da porosidade na jornada de produção, e a ampliação da produtividade, com o controle e eliminação das operações desnecessárias, ampliava e aprofundava os efeitos da divisão capitalista do trabalho. Desmontando e reordenando os elementos do processo produtivo, procurava a padronização, reduzindo "as várias maneiras de executar um trabalho a uma única forma, racionalmente determinada e facilmente controlável. Essa uniformização dos procedimentos [comportava] a destruição do processo de trabalho organizado com base no saber-fazer operário e sua reorganização através dos princípios e normas da organização científica"⁵. Gerava-se, com isso, um novo tipo de trabalhador,

não-qualificado, adequado às exigências disciplinares da fábrica, sem o que não se podia pensar num ritmo intensificado de produção.

Portador de um ideário que propagava a viabilidade da eliminação da luta de classes, o taylorismo absorvia, para tanto, a perspectiva positivista de ciência de suposta neutralidade buscando, a um só tempo, a legitimação científica e a utilização pragmática do conhecimento com vistas ao controle do trabalhador. Para a implementação dessas proposições, criava um corpo de especialistas em gerência racional, mediadores "científicos" entre o capital e o trabalho, com a função de estabelecer tempos e métodos de produção, salários, seleção e treinamento de operários, e planejamento do processo produtivo, segundo os cânones da racionalização científica⁶.

O taylorismo, seja como princípio seja como método e técnica de gerenciamento, não se restringiu aos EUA, difundindo-se e adaptando-se, ampla e diferentemente, nos países que, a partir da I Guerra Mundial, viram-se às voltas com a necessidade de reorganizar a produção, em moldes capitalistas mais avançados, e tentar o controle da luta de classes.

No Brasil, a prática taylorista somente pôde ganhar corpo, efetivamente, a partir da década de 30, com o desenvolvimento da reprodução do capital em bases industriais,

que colocou como exigência a transformação da "população nacional" em "trabalhadores" que se submetessem à disciplina fabril e ao ritmo do padrão industrial, com a finalidade de subsumir o operário à fábrica, com vistas à intensificação e ao controle do processo de trabalho. Com esse sentido, por exemplo, deve ser entendida a criação, em 1931, do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), estruturado nos moldes da *Taylor Society* americana, por um conjunto de empresários paulistas, com o objetivo de divulgar a racionalização já em andamento nos países de industrialização avançada.

Antes porém dessa fase, no começo do século, a incipiente industrialização brasileira já havia estabelecido uma precária base para a introdução das primeiras experiências tayloristas que sofreram, evidentemente, as injunções do débil desenvolvimento fabril do país. Procurando "criar condições mais estáveis para que a acumulação de capital se operasse de forma permanente" e "difundir uma concepção de mundo orientada a partir das exigências da produção", o taylorismo, nas suas primeiras manifestações no Brasil, voltou-se, primordialmente, "para o controle da formação e reprodução de uma força de trabalho inicial que se submetesse aos novos requisitos de disciplina e formação técnica fabris". Em outros termos, "se direcionou para difusão de seus princípios com o sentido de interferir na socialização da força de trabalho assalariada e na formação ideológica da tecnocracia industrial"⁷.

2. Quanto à questão da reorganização do processo de trabalho, com base no taylorismo, e à introdução dos princípios da racionalização científica no Brasil, consultar M.A. Martins Antonacci. A vitória da razão — O IDORT — 1931/1945, USP, FFLCH, 1985, mimeo.; Nilton Vargas. "Gênese e difusão do taylorismo no Brasil", in: *Ciências sociais hoje*, SP, 1985; ANPOCS, Cortez Ed., 1985; Margareth Raga. *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar — Brasil: 1830-1930*, SP, Paz e Terra, 1986.

3. Benjamin Coriat. *El taller y el cronómetro, ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*, 2ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1985, p. 30.

4. Christian Palloix. "O processo de trabalho: do fordismo ao neo-fordismo", in: TRONTI, Mário (org.), *Processo de trabalho e estratégias de classe*, RJ, Zahar, 1982, p. 85.

5. M.A. Antonacci. *Op. cit.*, p. 4.

6. Nilton Vargas. *Op. cit.*, pp. 158-159.

7. *Idem, ibidem*, pp. 162-163. Cabe apontar que, nesse artigo, Vargas dedicou-se à análise da especificidade assumida pelo taylorismo no Brasil (a "via taylorista nacional") indicando que, na fase inicial, observou-se a difusão dos "princípios tayloristas", de caráter doutrinário, em detrimento das "técnicas tayloristas"

Difundido, inicialmente, a partir de seus elementos doutrinários mais gerais, tais como o “projeto científico de trabalho” ou a “gerência científica”, o taylorismo pouco penetrou no país como técnica de trabalho racionalizado, a partir de estudos de tempo, movimento, programação de tarefas etc. O que, em regra, se observou, nas primeiras décadas do século, foi a penetração de seus princípios, marcados, por um lado, pela preocupação ideológica de dar às suas proposições um caráter de neutralidade, a partir da legitimação da ciência e, de outro, pela perspectiva utilitarista do conhecimento direcionado à prática disciplinadora da força do trabalho⁸.

Das iniciativas pioneiras de implantação da nova forma de gestão da empresa capitalista destacou-se a experiência conduzida por Roberto Simonsen, logo após o término da I Guerra Mundial, na Construtora de Santos, onde a administração e as relações de trabalho foram redimensionadas segundo os parâmetros da racionalidade científica. Esse processo pode ser resgatado, em larga medida, a partir da análise dos relatórios encaminhados à diretoria da Companhia (1918/1919), do material elaborado a título de prestação de contas de serviços realizados para o Exército, durante a construção dos quartéis na década de 20, e dos discursos e artigos publicados por Simonsen no período.

O mundo da empresa e a racionalidade científica: eficiência na produção e na conciliação de classes

Os primeiros indicadores da concepção norteadora das iniciativas de Simonsen aparecem quando, no relatório de 1918, ele se define como homem voltado do “culto” à nação, compelido, portanto a “abraçar todas as iniciativas progressistas em que haja lugar para o engenheiro”. Aqui não está se referindo, como ele próprio afirma, à “acadêmica

concepção do engenheiro” nos moldes da escola francesa, tornada obsoleta com a I Guerra Mundial. Refere-se à concepção americana de engenharia moderna. Ou seja, “como sendo a arte do engenheiro que graças ao ‘engenho’, ao método e processos científicos apropriados, consegue a melhoria do rendimento das forças em jogo, prescrevendo a cada uma o seu emprego, a tempo, a hora, no lugar, direção e sentido oportunos — ou ainda, praticamente condensado, a arte de tirar do dólar a maior soma de proveitos”⁹.

Essas concepções, embrionariamente indicadas, ganharão completude quando, nos relatórios e intervenções seguintes, Simonsen tratar da reorganização interna da Construtora nos moldes da gerência científica, tendo como parâmetro as indústrias norte-americanas referidas.

Justificando a iniciativa pelo “crescimento no volume de negócios” e pela exigência de redução dos custos e perfeição na execução dos serviços, afirma: “Encarei nossa empresa como genuinamente industrial. Os serviços contratados como produtos a fabricar. É em substituição ao antigo processo de administrar chamado pelos americanos ‘o militar’ — em que [...] patrões, contramestres e feitores se sucedem numa preocupação mais de mando do que da perfeita feitura dos serviços — procuramos evoluir no sentido da administração de ‘função’. Nesse sistema os fatores: tempo, custo, execução e justa paga do trabalho, determinados por métodos científicos, avultam como principais elementos na procura de uma alta eficiência, fim principal a que deve almejar, avidamente, o trabalho moderno em todas as suas manifestações”¹⁰.

A indicação não dá margem à dúvida: a questão central é a perspectiva de eficiência e o incremento da produtividade a partir da instauração de uma racionalidade operacional, nos moldes tayloristas, que, com base

na ciência, controlasse os trabalhadores estabelecendo tempos e métodos de produção, eliminando operações desnecessárias, de modo a suprimir a "porosidade" na jornada de trabalho. Constatação reiterada, em larga medida, pela afirmação subsequente, de Simonsen, de que "o maior problema" dos "engenheiros e administradores da época atual é incontestavelmente a utilização econômica do trabalho"¹¹.



Roberto Simonsen

Suas considerações a seguir, ao contrário do que talvez se possa esperar, não se encaminham para formulações que desenvolvam ou tematizem as formas técnicas possíveis de exploração racional da força de trabalho, com vistas à eficiência produtiva, tais como tempos de produção, métodos de trabalho etc. Sua exposição se arruma e se desenvolve indicando outro núcleo de motivos — a luta de classes, que ganhando a "gravíssima feição de guerra de classes", no mundo industrial, torna explícita a ineficiência das soluções calcadas em "moldes

antigos", puramente coercitivos.

Já em outro momento, em relatório do ano de 1918, Simonsen aludira a essa questão ao lembrar sua proposta, ao Centro dos Construtores e Industriais de Santos, de instalação de uma Câmara de Trabalho, com a finalidade de "estudar os meios práticos do estabelecimento de conciliação dos verdadeiros interesses das classes dos construtores e industriais com os dos proletários [...]"¹². Agora, porém, a equa-

ção do problema da luta de classes deveria passar, como veremos, por um outro caminho mais eficiente, cuja trilha, margeada pela racionalidade científica, seria indicada por um corpo de especialistas.

O que se constata é que, pouco mais de um ano após a grande greve de 1917, que atingiu intensamente a cidade de Santos, levando à paralisação da Construtora ao final de julho¹³, Simonsen destaca como prioridade a questão da *eficiência na contenção do movimento operário*. E o faz como

voltadas ao controle dos tempos e movimentos do trabalhador. Assinala, também, que "enquanto Taylor e Ford propunham, explicitamente, como peça fundamental de suas propostas, o aumento dos salários em razão do aumento da produtividade ou da intensificação do trabalho, no Brasil, os empresários e seus técnicos sempre ocultaram essa faceta do taylorismo" (p. 163).

8. *Idem, ibidem*, pp. 158-160.

9. Roberto Simonsen, "O trabalho moderno", SP, Seção de Obras de *O Estado*, 1919, p. 38 (grifos nossos). Fazem parte dessa publicação dois discursos — "Pelo trabalho organizado" e "Orientação agrícola brasileira" — e trechos dos relatórios apresentados à diretoria da Cia. Construtora de Santos, reunidos sob a denominação genérica de "Problemas da administração".

O título com que se editou a coletânea — *O trabalho moderno* — foi sugestão de Monteiro Lobato que transcreveu, com tal denominação, na *Revista do Brasil*, o discurso "Orientação agrícola brasileira", com o qual Simonsen saudou o Ministro da Agricultura, Pádua Salles, no ano de 1918, na cidade de Santos.

10. *Idem, ibidem*, p. 48 (grifos nossos).

11. *Idem, ibidem*, p. 49.

12. *Idem, ibidem*, p. 46.

13. A cidade de Santos apresentava-se, ao final do século, como a segunda área de greves do estado de São Paulo, tendo nela ocorrido a primeira grande paralisação geral, no período, num movimento do qual

empresário de um setor (a construção civil) que possuía trabalhadores organizados, em larga mobilização e que, desde 1909, haviam obtido importantes conquistas na luta sindical: reconhecimento das entidades classistas, direito à propaganda sindical durante a jornada de trabalho, garantia de contratação de operários sindicalizados e de existência de delegado sindical em cada canteiro de obra¹⁴.

Como se observa, não por acaso, uma das primeiras experiências de introdução das práticas tayloristas no país ocorre precisamente numa *construtora em Santos*: uma cidade com tradição de intensa mobilização proletária onde, desde fins do século XIX, os conflitos trabalhistas, especialmente na construção civil e nos transportes, assumiam o “caráter de ação social violenta”¹⁵, e uma categoria ativamente organizada em sindicatos, que contava com uma parcela significativa de trabalhadores qualificados.

Frente à premência de controle do movimento operário, como estabelecê-lo com *eficiência*?

Encaminhando resposta de multifacetados aspectos, Simonsen sinaliza, inicialmente, para a necessária superação das formas tradicionais de disciplinarização e poder no âmbito da fábrica, onde “a antiga disciplina, a militar — que só se impunha pelo rigorismo de feitores carrancudos”, tinha que ser “substituída pela disciplina inteligente e consciente — oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza do seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços”¹⁶.

A implementação da nova proposta de organização do trabalho caberia a um corpo técnico especializado, “grupo de moços de sólido preparo”, “distribuído [...] na chefia dos departamentos que, [constituindo] o esquema da organização [...] imaginada para as [...] empresas”, procuraria “reformular e melhorar as condições da [...] faina jorna-

leira [dos operários] — visando assentá-la em bases verdadeiramente científicas”¹⁷.

Em suma, em lugar do despótico rigor dos capatazes das antiquadas e ineficientes formas de gestão, a autoridade neutra de técnicos dotados de um saber científico, capazes de estabelecer métodos racionais de produção e remuneração, de modo a implementar uma nova ordem, na qual capital e trabalho se apresentassem em harmônica conciliação. Ou seja, neutralidade técnica e cooperação de classes como elementos constitutivos de uma proposição ideológica sustentadora do processo de reordenamento da exploração do trabalho, e cujo núcleo central era a racionalidade científica.

Avançando no detalhamento de suas propostas, Simonsen acena com “a justa remuneração do trabalho” como um eficiente recurso para o controle dos conflitos trabalhistas. Ou, segundo seus termos, o acerto de uma solução pela “via econômica” para o “descontentamento operário”, em lugar do equívoco da “via política”, responsável pelo “entramamento da produção”.

Sustentando implicitamente essa formulação está um pressuposto básico: a concepção de que o antagonismo de classes, que coloca em confronto o capital e o trabalho, não é inerente às relações capitalistas de produção, mas uma distorção resultante da ação equivocada, “não-científica”, do patronato.

Foram os atrasados sistemas de paga e má orientação dos patrões que mais concorreram para que os trabalhadores se organizassem em feição de classe. As classes patronais nos velhos países industriais, salvo raras exceções, trataram sempre os operários como se estes constituíssem uma massa única, não individualizando competências, e que se buscava no mercado com menos atenção que a matéria-prima, levando-os assim, naturalmente a se unirem em partido para obterem melhoria de remuneração e tratamento¹⁸.

Não estando, portanto, a luta de classes, segundo os elementos norteadores do discurso de Simonsen, intrinsecamente associada ao capitalismo, ela poderia ser corrigida a partir de “investigações científicas das condições reais de trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção”¹⁹. Em suma, uma sugestão de ação patronal, cientificamente orientada, em busca de soluções harmonizadoras que exorcizassem o confronto político e a luta classista. Ou, como se vê, uma concepção que, desvinculando o conflito de classes da essência da ordem capitalista, e atribuindo-o a situações circunstanciais — “os atrasados sistemas de paga” e “a má orientação dos patrões” —, permitisse que o sistema fosse resguardado enquanto tal, pondo em evidência possibilidades de intervenção reformadora e controle social.

É necessária, entretanto, uma maior aproximação com o sentido de eficiência da “justa remuneração do trabalho”, indicado por Simonsen. A chave está na citação, em uma passagem do Relatório de Henry Gantt, um dos teóricos da administração científica e discípulo de Taylor (*Work, Wages and Profits*):

Em regra o industrial paga um só e mesmo salário para uma só e mesma classe de operários [...]. Corresponde, naturalmente, esse salário ao valor de um trabalhador

inferior à média. O único meio que tem o obreiro de se fazer pagar melhor é promover o aumento de salário de toda a classe. Daí o principal motivo da formação das Associações de Resistência²⁰.

A partir desses elementos, Simonsen elabora sua argumentação, fundamentando-a com os preceitos tayloristas de tratamento individualizado da questão salarial, em contraposição à negociação de classe dos trabalhadores, antepostos organizadamente frente ao capital²¹. Ou, de outro modo, a indicação das possibilidades de se neutralizar a ação reivindicatória do operariado a partir de um relacionamento individualizado com trabalhadores desvinculados das entidades sindicais.

A “justa paga do verdadeiro rendimento do trabalho” seria “estabelecida de modo a premiar com equidade o esforço pessoal, as desigualdades fatais da produtividade de um homem para outro”. O resultado: a individualização do operário “interessando-o diretamente na produção, incorporando-o à sociedade, por meios econômicos, já que dela foi afastado por erros econômicos”. Um tratamento eficiente da questão salarial, uma vez que,

as associações operárias formadas com o espírito preconcebido de luta, bem como as dos patrões, jamais poderão resolver de

participaram “trabalhadores das docas, [...], do matadouro, do cemitério, da ferrovia, da construção civil e operários canteiros, estendendo-se a ponto de mobilizar comerciantes, bancários, ferroviários e funcionários da alfândega, além de operários da construção na área portuária”. Cf. Aziz Simão. *Sindicato e Estado*, SP, Ática, 1981, pp. 98 e 147.

14. M.A. Antonacci. *Op. cit.*, p. 17 e K.A. Munakata. *Legislação trabalhista no Brasil*, SP, Brasiliense, 1981, p. 21.

15. Aziz Simão. *Op. cit.*, p. 98.

16. Roberto Simonsen. *Op. cit.*, p. 19.

17. *Idem, ibidem*, pp. 19-20.

18. *Idem, ibidem*, pp. 49-50.

19. *Idem, ibidem*, p. 49.

20. *Idem, ibidem*, p. 50.

21. A questão do “justo salário” e do tratamento individualizado da questão salarial pode ser entendida como parte do dispositivo taylorista de luta contra ofícios e sindicatos operários nos EUA, no início deste século. Tanto Taylor como Gantt propunham pagamento por preços e tarefas, além da avaliação individual do rendimento operário com o propósito de obter, a um só tempo, a intensificação do trabalho, da produtividade e a desmobilização sindical. A respeito dessa problemática consultar Benjamin Coriat. *Op. cit.*

forma estável as chamadas questões entre o Trabalho e o Capital, ainda que recorram a tribunais arbitrais, porque são elas estabelecidas sob atmosfera de desavenças, que induzem as duas classes a um estado de desarmonia. Cada qual procura vencer a outra, empregando, sempre que lhe é dado, mal disfarçados processos de força²².

Simonsen conclui sua argumentação afirmando, ainda, que "somente a forma científica de administrar e retribuir o trabalho, em que se beneficiem lealmente as duas classes, é que deixará de promover as ações e reações inevitáveis nos velhos sistemas, colocando ambas as partes em íntima cooperação em prol dos seus legítimos interesses"²³.

Pode-se, portanto, inferir que, para Simonsen, a "justa remuneração do trabalho" tem sua eficiência justificada em dois planos — de um lado, pelas possibilidades de neutralização das reivindicações organizadas do operariado, de dissolução dos laços de solidariedade dos trabalhadores, a partir da "individualização" no tratamento da questão salarial e, de outro, pelo caráter de "neutralidade" dos princípios científicos que sustentam a proposta, capazes, por isso, de atender "lealmente as duas classes".

Este último aspecto — a legitimidade do modo de "administrar e retribuir o trabalho" em virtude do caráter científico de sua formulação — permite uma identificação inicial da concepção da ciência incorporada por Simonsen. Sua matriz positivista se evidencia claramente, seja pela preocupação pragmática com o conhecimento científico como forma eficiente de controle da força de trabalho, seja pela idéia de "neutralidade", construção ideológica capaz de sustentar uma proposição de consenso, acima dos interesses particulares de classe. Em outras palavras, o perfil da perspectiva de ciência esposada pelo taylorismo — a de um saber neutro e apolítico — e que, no ideário simon-

siano, naquele momento, correspondia às necessidades imediatas de garantir a acumulação e reprodução de capital em bases seguras, no Brasil das primeiras décadas do século.

Parece claro, a esta altura, não apenas a estrita filiação de Simonsen às concepções tayloristas de gestão científica da empresa e do trabalho, mas o sentido dessa vinculação. Valem, no entanto, como explicitação reafirmadora dessa adesão, as palavras finais do Relatório à diretoria da Construtora, a propósito das experiências de industriais americanos quanto ao "estabelecimento de sistemas de salários fundados em pesquisas científicas":

Tais são as combinações de prêmios ou 'bônus', tendo como base os sistemas do jornal ou o da tarefa, onde se determina cientificamente o tempo padrão eficiente ou a tarefa padrão eficiente, premiando-se inteligentemente os que ultrapassarem esses padrões e sempre proporcionalmente ao excedido. Obedecem a esses preceitos os processos de Taylor, de Gantt, de Town-Halsen, de Emerson, e de outros profissionais da eficiência. [...] É nessa ordem de idéias, obedecendo aos preceitos da administração científica, que pretendemos reformar meticulosa e paulatinamente o sistema de pagamento dos operários de nossa Companhia²⁴.

O mundo fora da empresa: a racionalização do Brasil agrário

Ao final da segunda década do século, Roberto Simonsen começa a se projetar como homem público. Em 1919, a convite do Governo brasileiro, integra a Missão Comercial à Inglaterra participando também, logo a seguir, do Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, em Paris. Representando setores exportadores, tinha como missão atrair investimentos estrangeiros para plantio de algodão, exploração de minérios, madeira,

pecuária e transportes no país, e, ao mesmo tempo, conquistar os mercados britânico e francês para alguns dos produtos nacionais²⁵.

Dessas atividades resultou um conjunto de trabalhos no qual a tematização de questões econômicas mais abrangentes, acima do âmbito restrito da empresa, deixa entrever suas concepções a propósito dos problemas nacionais²⁶.

Com um discurso muito marcado pelas limitações do frágil desenvolvimento industrial e pela hegemonia da grande lavoura de exportação, na primeira República, Simonsen transfere a temática da racionalização científica do restrito espaço empresarial para o plano social abrangente, indicando-a como equação resolutive de grande parte das mazelas do país atrasado. Questão que, simultaneamente combinada com a aceitação do papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho — e, conseqüentemente, com o não-questionamento da priorização da agricultura na produção nacional e dos mecanismos de intermediação comercial e financeira externa — dá o perfil de suas proposições econômicas em nível global, neste período.

Longe, portanto, da figura do líder industrialista das décadas de 30 e 40, Simonsen nesta fase rende-se à realidade da incipiência industrial, subsumindo suas proposições modernizadoras à aceitação da dinâmica hegemônica do pólo central da acumulação capitalista no país, do início do século, a produção dos bens primários de exportação.

Os elementos norteadores das proposições de Simonsen, em nível econômico mais amplo, aparecem pela primeira vez em

um discurso de saudação ao Ministro da Agricultura, Pádua Salles, em dezembro de 1918.

Logo no começo da fala, Simonsen explicita genericamente sua preocupação central: a *produção organizada cientificamente* tendo em vista a *eficiência*. Referindo-se ao esforço de reconstrução da Europa no pós-guerra, assinala que os povos que desejassem “produzir na acepção econômica da palavra” teriam “de organizar em seus mínimos detalhes o sistema de produção”, tendo em vista “a máxima eficiência na aplicação de todos os seus elementos”. E, numa precisão maior, indica que “para produzir [...] não é mais bastante o trabalho simples, descuidado, ao Deus dará”, pois a “produção para ter eficiência econômica precisaria [...] assentar em bases científicas”²⁷.

Simonsen, no entanto, logo abandona essa generalidade inicial pois sua preocupação com a organização científica da produção está bem direcionada. Pensa nas possibilidades de tornar a agricultura brasileira mais eficiente a partir de sua remodelação segundo os princípios do gerenciamento moderno, tendo como parâmetro ideal a agricultura norte-americana.

Mesmo sob pena de excesso de citações, convém acompanhar seu entendimento da equação agrícola capitalista norte-americana, pois esta será o padrão de organização aspirado para a lavoura nacional:

O cultivador americano transportou para o campo os ensinamentos da moderna organização industrial, da organização científica; dirige sua fazenda como uma manufatura ou casa de comércio, multiplica a capacidade produtiva de suas terras, substituindo

22. Roberto Simonsen. *Op. cit.*, pp. 50-51.

23. *Idem, ibidem*, p. 51.

24. *Idem, ibidem*, p. 53.

25. Heitor F. Lima. *Op. cit.*, pp. 162-163.

26. Esses trabalhos foram reunidos e publicados por Simonsen, em 1932, na coletânea *A margem da profissão*, SP, São Paulo Editora, 1932.

27. Roberto Simonsen. “Orientação agrícola brasileira” in: *A margem da profissão, op. cit.*, pp. 27-28.

o braço custoso e raro pela inteligência, pelo talento inventivo, pela organização. Ele é auxiliado, porém, de um modo decisivo e prático pelo Ministério da Agricultura.

A ação do Estado nada tem ali de burocrática.

Os campos de experiência e demonstração espalhados por toda a República; as publicações gratuitas de propaganda e ensino; a larga distribuição de sementes; os agentes científicos que por todo o globo procuram, sem cessar, novas plantas, novos órgãos, que possam ser introduzidos com sucesso nos Estados Unidos; a difusão do ensino agrícola; os meios de consulta, demonstram a sábia orientação do Estado americano nesse assunto²⁸.

Em suma, pode-se perceber que os aspectos da lavoura norte-americana relevados por Simonsen relacionam-se prioritariamente à questão técnico-organizativa imediata, não referida à sua base essencial, isto é, à subordinação da produção agrícola, nos Estados Unidos, às necessidades do pólo dinâmico da economia, à indústria altamente desenvolvida. A razão desse procedimento ganhará, entretanto, significado acompanhando-se de perto e, ao mesmo tempo, desvendando-se o tratamento sugerido à agricultura brasileira.

Constatando, sem questionar, o peso determinante da atividade agrícola no Brasil, país que "mais do que em qualquer outro, o homem é dirigido à terra", Simonsen propõe o redimensionamento da lavoura no sentido de substituir "a cultura extensiva tão condenável sob todos os pontos de vista" pela "cultura intensiva"²⁹. Nota, entretanto, alguns empecilhos à sua implementação — "as dificuldades de obtenção de adubos químicos e dos meios de transportes", que obrigariam o país a recorrer ao "adubo animal", tornando, por isso, a pecuária uma "necessidade indispensável ao desenvolvimento da nossa lavoura, (...) que por si só constitui uma formidável fonte de receita e uma auspiciosa promessa do nosso enriquecimento futuro"³⁰.

Neste momento a priorização da agricultura na economia brasileira não é criticada, ou entendida como obstáculo ao crescimento nacional. O que se impõe, segundo Simonsen, é seu redimensionamento técnico e produtivo, conforme os parâmetros da racionalização científica.

O fomento da nossa produção exige ainda o estudo do desenvolvimento do crédito agrícola; do problema da mão-de-obra, tão complexo no momento atual pela rarefação havida no mercado de braços; da orientação acertada na escolha dos produtos e do instrumental agrícola, do transporte, a preços módicos, depende, enfim, da organização da produção em bases cientificamente determinadas³¹.

A indústria, como fator de crescimento nacional, está ainda muito longe de suas preocupações. Para Simonsen, neste momento, o problema do Brasil é o atraso na agricultura, carente de um redimensionamento científico. Mas qual o propósito da modernização agrícola pretendida?

O discurso de Simonsen é muito claro:

A nossa posição de fracos exportadores na América, em relação a países muito menores que o nosso como a Argentina e Cuba, precisa, em absoluto, ser alterada. Temos de conquistar o posto a que temos direito pela nossa grandeza e pelos nossos recursos, e isso será somente no dia em que tivermos reconhecido praticamente — como observa o escritor inglês Fraser, em relação aos Estados Unidos — que o "Ministério da Agricultura é a administração mais útil do país"³².

Em suma, neste momento, Simonsen não só não contesta a priorização agrícola, como o fará nas décadas posteriores, como também aceita o tipo de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como nação agro-exportadora. A racionalização pretendida visa à maximização produtiva de modo que a função de país produtor de gêneros

agrícolas exportáveis se otimize, tornando-se eficiente.

Nesse sentido ganha significado a leitura descontextualizada que faz do desenvolvimento técnico da agricultura norte-americana. O que Simonsen tem em mente é a aplicação da racionalização científica, gerada a partir do desenvolvimento capitalista em bases industriais, para uma realidade diversa. Ou seja, a realidade de um país agrícola que deveria atingir a eficiência no papel a que estava destinado. Uma particular mistura de modernização e conservação para que conquistássemos "o posto a que temos direito pela nossa grandeza e pelos nossos recursos"³³.

O que importava absorver, portanto, da experiência norte-americana era a racionalidade científica, genericamente referida, que no Brasil deveria voltar-se à conquista da maximização da produção de artigos primários exportáveis, isto é, à promoção da eficiência na função reservada ao país no âmbito do capitalismo mundial.

Este conjunto temático reaparece, clara e explicitamente, em outros textos elaborados por Simonsen, pouco depois, em 1919. Clareza e explicitação que se explicam pela natureza mesma de seu destino, pois tratam-se de teses, discursos e artigos divulgados em Paris e Londres, para onde viajou, integrando a Missão Comercial Brasileira, em busca de investimentos e ampliação de mercados para os produtos de exportação nacional.

Nesses trabalhos ressurgem as proposições anteriormente esboçadas, nos quais a preocupação com racionalização científica articula-se com a aceitação do papel desempenhado pelo Brasil no conjunto capitalista internacional, de produtor de mercadorias pri-

márias de realização externa. Não se trata, porém, de simples retomada pois alguns elementos novos estão presentes possibilitando melhor apreensão dos componentes definidores do ideário de Simonsen, nesta primeira fase de sua trajetória.

A questão da indispensabilidade da presença do capital estrangeiro, particularmente o inglês, para a viabilização da economia nacional, aparece pela primeira vez no discurso de Simonsen. Vinculando esses capitais aos setores de produção de alimentos e matérias-primas, deixa evidenciado que sua aceitação dos padrões de acumulação vigentes no Brasil passava igualmente pela incorporação dos mecanismos de subordinação do país à comercialização e ao financiamento externos, ou seja, à dinâmica imperialista então existente.

A própria temática da racionalização científica ressurgue de modo diferenciado, não mais simplesmente se articulando a um vago projeto de modernização agrícola. A organização científica aparece agora, também, como base genérica de equacionamento das dificuldades nacionais, como demiurgo do progresso, a suprir o que faltava "na evolução natural dos fatores econômicos" no Brasil e a garantir, ao mesmo tempo, a independência da nação diante do indispensável comprometimento com os capitais internacionais.

Em outros termos, a manifestação modificada de uma característica anteriormente apreendida no pensamento de Simonsen — a mescla de elementos de modernização e conservação representados, de um lado, pela aspiração a uma organização científica da produção e do trabalho, e, de outro, pela aceitação do padrão de acumulação vigente no país, que tinha a agro-exportação como pólo dinâmico.

28. *Idem, ibidem*, p. 29.

29. *Idem, ibidem*, p. 31.

30. 31. 32 e 33. *Idem, ibidem*, pp. 32-33.

A volta aos textos, mais uma vez, permitirá reconstruir a trajetória dessas formulações e recuperar mediações que a indicação sumária dos temas eliminou.

Em seu discurso de despedida, pouco antes de iniciar a viagem à Inglaterra, Simonsen afirma que o mundo havia chegado "à era do industrialismo" que, prestando serviços à humanidade, tornara possível a civilização contemporânea:

A civilização atual é o fruto do rápido industrialismo, que em princípios do século XIX seguiu-se à utilização do ferro e do carvão, à invenção da máquina a vapor, ao desenvolvimento da força elétrica³⁴.

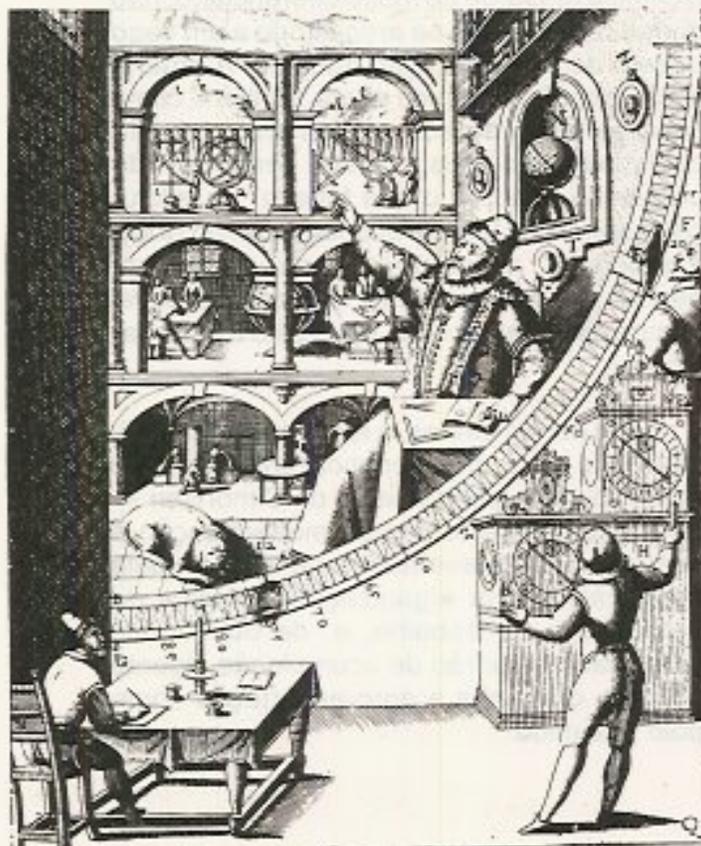
Este, entretanto, não tinha sido o caminho trilhado pelo país, pois "o Brasil sem minas de carvão, no estado atual da ciência, tinha de ser naturalmente, em primeiro lugar, agrícola e pastoril"³⁵. E, lamentando a

fatalidade natural, lembrava que, "o combustível barato atrai a indústria; o salário alto atrai o braço e conseqüentemente a população; o povoamento condensado amplia o mercado e valoriza as terras criando riquezas e formando organizações"³⁶.

Estamos aqui, portanto, diante de dois elementos destacados nas colocações de Simonsen. De um lado, a valorização do "industrialismo" identificado à "civilização", ao progresso, e, de outro, o reconhecimento da especificidade agrícola do Brasil imposta a partir de entraves de ordem natural, isto é, a inexistência dos recursos naturais condicionantes da civilização industrial.

Um terceiro elemento, entretanto, irá se agregar a estes dois para evidenciar que não estavam vedadas as possibilidades de melhoria das condições brasileiras, apesar das dificuldades impostas pela natureza. Esse tórcio será, como veremos, a *organização científica*, pois segundo Simonsen, "enquanto a evolução da ciência não tornar mais prático e mais economicamente acessível o uso da energia hidroelétrica, pelo aproveitamento das quedas de água, de que somos o país mais rico do mundo, a nossa situação só poderá melhorar, com a rapidez que desejamos, por processos de organização cientificamente determinados"³⁷.

A organização científica, concebida de forma ampliada e genérica, é agora apontada como elemento de superação das dificuldades nacionais, supridora do que faltava na "evolução natural dos fatores econômicos". O exemplo concreto de viabilização dessa possibilidade vinha do Japão colocado, segundo ele, "a par com as mais adiantadas nações do mundo" por ter "num admirável e inteligente lance" mandado "tudo o que de melhor tinha sua mocidade, em levas consideráveis de jovens, aprender, nos grandes centros da ciência, assimilar os seus progressos e as possibilidades de aplicá-los em seu país!"³⁸.



Percebe-se então que, apesar da correlação inicialmente estabelecida entre "industrialismo" e "civilização", para Simonsen, em países atrasados como o nosso, com os limites impostos à industrialização pela natureza, os caminhos para o progresso poderiam ser trilhados a partir de uma correta aplicação dos conhecimentos científicos.

Essa crença quase messiânica nas possibilidades da racionalização científica combina-se, porém, pragmaticamente, com o reconhecimento de que a solução das carências nacionais não poderia dispensar, de imediato, o auxílio dos capitais estrangeiros e a estimulação do comércio exterior. Com esse sentido, afirma explicitamente que:

O maior problema brasileiro é incontestavelmente o econômico em toda a sua complexidade; é o problema da formação, organização e desenvolvimento de nossas riquezas, porquanto o Brasil é, evidentemente, um repositório de riquezas latentes. Carecemos de capitais estrangeiros e necessitamos da intensificação do intercâmbio para que se torne fácil o nosso desenvolvimento.³⁹

Uma proposição de tal natureza punha evidentemente como questão o risco de desnacionalização do país. Mas essa ameaça, reconhecida por Simonsen, também poderia ser afastada a partir de uma adequada organização científica. É o que denota sua afirmação categórica:

Arrastada assim à luta econômica, a nossa geração tem sobre os ombros a grande responsabilidade de não deixar o país desnacionalizar-se; temos de nos organizar e de nos aparelhar convenientemente para que os capitais que nos procuram (...) não nos custem taxas excessivas que absorvam parte considerável do fruto de nosso trabalho; temos de nos preparar suficientemente para que no aumento do intercâmbio, paguemos os produtos que importamos somente com

o fruto de nosso trabalho e de nossa terra, mas nunca com sua própria produtividade, empobrecendo o país e o legado de nossos antepassados!⁴⁰

Isso seria objetivado "pelo desenvolvimento do preparo de nossos homens, pelo esforço e tenacidade do nosso governo, pela organização científica, suprimindo o que nos falta na evolução dos fatores econômicos!"⁴¹. Daí a recomendação enfática para se "estudar a fundo os problemas nacionais, [...] vulgarizar com rapidez a educação econômica e os ensinamentos da ciência, como obra indispensável de patriotismo, para que, no concerto das nações, venhamos a ocupar a posição a que temos direito pela nossa grandeza e pelas aptidões da nossa raça"⁴².

O que se percebe a esta altura é que, para Simonsen, o progresso e a independência nacional seriam possíveis nos marcos do padrão de acumulação então vigente no país, compatíveis portanto, com a agro-exportação submetida aos mecanismos imperialistas de comercialização e financiamentos externos. E isso desde que fossem convenientemente aplicados os ensinamentos científicos e estruturada uma organização científica de modo a suprir a carência de "fatores econômicos".

A referenda à acumulação capitalista de base agrária e a subsunção, em última análise, de sua compreensão da realidade à dinâmica desse sistema, faz com que sua preocupação modernizadora assumia a feição de uma abstrata aspiração à racionalização científica. Racionalização que, em razão mesmo dessa abstração, torna-se a solução mágica para grande parte das mazelas nacionais: da carência dos elementos econômicos, genericamente referidos, aos perigos da desnacionalização em função da subordinação aos capitais externos.

34. 35. 36 e 37. Roberto Simonsen. "Missão à Inglaterra", in: *A margem da profissão*, op. cit., p. 62, (grifos nossos).

38. 39 40 e 41. *Idem*, *ibidem*, p. 64.

42. *Idem*, *ibidem*, p. 65.

Se a questão da organização científica — a dimensão modernizadora das colocações de Simonsen, neste momento — assume um caráter abstrato-formal, suas proposições quanto às formas de participação do capital internacional na economia brasileira apresentam-se, no entanto, objetivamente formuladas. Essa participação é concebida tendo em vista a dinâmica do setor de produção de bens primários de exportação, numa perspectiva tradicional, reiteradora de algumas formas típicas da atuação do capital transnacional, no início do século, em nosso país: investimentos estrangeiros nos transportes indispensáveis à produtividade do setor exportador, exploração direta de matérias-primas e alimentos exportáveis, fornecimento de máquinas etc.⁴³.

Nos discursos na Inglaterra, nos artigos publicados no *Times* de Londres e na tese apresentada em Paris, o Brasil, concebido por Simonsen como “um repositório de riquezas latentes”, à espera de iniciativas e capitais externos, é oferecido à burguesia européia (notadamente inglesa) como uma vasto *hinterland* com grandes disponibilidades de terras, florestas, minérios à disposição de investimentos que transformassem a natureza em matéria exportável. Os capitais externos deveriam ser direcionados ao setor de transportes — área já tradicional de aplicação dos investidores ingleses —, à pecuária, ao beneficiamento de minérios, à extração de madeiras, ao plantio de algodão. Além do fornecimento de máquinas indispensáveis ao beneficiamento interno de matérias-primas.

Assim é que, discursando em Birmingham, a 30 de junho de 1919, Simonsen lembrava aos ingleses que o Brasil, com “35 vezes o tamanho do Reino Unido” tinha apenas “20.000 milhas de estradas de ferro”, em razão de dificuldades financeiras e topográficas. Mas que agora o país, “compreendendo o alcance econômico e civilizador da intensificação das vias de comunicação”,

estava empenhado “em planos de rodovias”, contando com isso com a “sagacidade e habilidade” dos ingleses em “cooperar [...] no desenvolvimento de sistemas de tração nas estradas de rodagem da mesma forma que [...] no passado, para a construção das nossas estradas de ferro”⁴⁴.

Já em outro momento, em artigo no *Times* de 19 de julho de 1919, Simonsen procurava sensibilizar a burguesia britânica para o investimento de capitais em terras, gado, transportes e venda de máquinas frigoríficas no Brasil, afirmando que com “a cooperação dos ingleses” estaríamos “dentro de pouco tempo em condições de abastecer de carne os mais exigentes consumidores”⁴⁵.

Ressaltando as qualidades das pastagens de Mato Grosso — “tão boas quanto as da Argentina e superiores em média às daquele país” — frisava que “imensas extensões de terra [...] estão franqueadas às empresas inglesas”, terras que “servidas por estradas de ferro valorizaram-se em cerca de 100% durante os dois últimos anos” constituindo, porém, “sempre um ótimo emprego de capital, pois que ainda estão muito baratas”⁴⁶.

Em outro artigo, de semelhante teor, também publicado no *Times*, Simonsen punha à disposição da Europa as reservas florestais do Brasil, lembrando que, “este país, onde a área florestal atinge 48% do total do seu território, tem a oportunidade de ir em socorro das necessidades mundiais de suprimento de madeiras”. Investimento seguro para capitais ingleses pois, “a exploração em larga escala das florestas virgens do Brasil oferece oportunidade excepcional, pois que, afora a grande variedade de ricas madeiras de lei apropriadas para construções civis, construções navais, obras de marcenaria, dormentes, encontra-se grande porção de espécies botânicas aproveitáveis para fins industriais podendo-se ainda utilizar as madei-

ras brancas restantes no preparo da celulose para a fabricação do papel”⁴⁷.

O mesmo espírito presidia o pequeno discurso dirigido ao presidente da Bolsa de Metais, de Swansea. Dizendo-se originário de “um país reconhecidamente rico em minérios de toda sorte”, Simonsen lembrava enfaticamente: “Vós tendes a experiência e o capital; nós, a matéria-prima e a ânsia de progresso”, para arrematar a seguir — “o estabelecimento de sucursais de vossas indústrias em nosso país e a colaboração de vossos elementos de trabalho no desenvolvimento de nossas riquezas naturais concorrerão sem dúvida para o estreitamento do intercâmbio anglo-brasileiro”⁴⁸.

Reiterando a tendência até aqui explicitada, está também a tese apresentada por Simonsen, em setembro de 1919, no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, realizado na França. Nesse congresso, atuando como delegado único do Brasil, fez uma longa comunicação ao Comitê Internacional do Algodão, com o propósito de interessar as indústrias européias de tecidos no algodão brasileiro.

Seu objetivo transcendia o aumento imediato das vendas do produto nacional na Europa, pois ao lado dessa óbvia intenção estava a busca de investimentos estrangeiros para o plantio de algodão no Brasil. Do mesmo modo como oferecera, anteriormente,

pastagens em Mato Grosso para os ingleses, punha agora à disposição da burguesia européia vastas regiões do Nordeste propícias à cultura algodoeira. Dizia ele frente ao Comitê: “Tudo indica [...] que o Brasil será um grande produtor de algodão dentro de algum tempo”, mas “essa previsão poder(á) ser precipitada por um grande empreendimento dos interessados mundiais no consumo do produto”. Lembrava então das dificuldades brasileiras e das boas oportunidades para os investidores estrangeiros:

Nos estados do Norte do Brasil faltam o capital e elementos brasileiros devidamente organizados para levarem a efeito um grande cometimento imediato em bases comerciais. No entanto, o Norte e o Nordeste brasileiros oferecem vastíssimas regiões em que poderiam ser instaladas rapidamente as maiores plantações mundiais de algodão com todos os requisitos aconselháveis pela técnica moderna. As margens do rio São Francisco e outras regiões oferecem zonas feracíssimas em que poderia ser praticada a irrigação muito economicamente⁴⁹.

Simonsen concluía, finalmente, sugerindo que a Federação Internacional dos Industriais de Algodão enviasse ao Brasil uma delegação para estudar as possibilidades de instalação de grandes plantações algodoeiras no Nordeste⁵⁰.

O que se conclui é que nesta fase — a mais recuada de sua produção ideológica

43. Sobre as formas de intervenção do capital estrangeiro no Brasil, no início do século, e a situação de dependência e subordinação estrutural da economia brasileira consultar: Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil*, SP, Brasiliense, 1976, cap. V; E. Caron. *A república velha (instituições e classes sociais)*, SP, Difusão Européia do Livro, 1972, pp. 129 e 143; Francisco de Oliveira. *A economia da dependência imperfeita*, RJ, Graal, 1977, cap. 1.

44. Roberto Simonsen. *Op. cit.*, p. 71.

45. *Idem, ibidem*, p. 75.

46. *Idem, ibidem*, p. 76.

47. *Idem, ibidem*, p. 80.

48. *Idem, ibidem*, p. 83.

49. *Idem, ibidem*, pp. 98-99.

50. Isso efetivamente ocorreu pois em 1920 chegou ao Brasil o secretário geral da Conferência Internacional dos Industriais de Algodão, Arno Pearce. Os resultados de suas pesquisas, no entanto, restringiram-se à publicação de um livro sobre a agricultura algodoeira nacional, *Brazilian cotton*. Cf. H.F. Lima. *Op. cit.*, p. 162 e R. Simonsen. *Op. cit.*, pp. 91 e 99.

— Simonsen dista muito do líder industrialista que foi no período pós-30. Seu discurso contém, sem dúvida, elementos de uma preocupação modernizadora, expressa na questão da racionalização científica, problemática desenvolvida, em nível geral, a partir das exigências da acumulação e reprodução do capitalismo em sua feição industrial. Mas que, ao ser tematizada no Brasil do início do século, sofre as contingências do chão social em que se põe, ou seja, os limites impostos pelo ritmo lento e intermitente da acumulação fabril na Primeira República e pelo predomínio incontestado da lavoura exportadora.

A racionalização científica ao ser colocada enquanto aspiração para o âmbito societário abrangente (o mundo fora da empresa) aparece diluída numa generalidade abstrata. Ela é pensada como demiurgo do progresso, genericamente referido, e apontada como solução para a maior parte das mazelas do país atrasado, desde as mais amplas carências econômicas até os perigos da desnacionalização em função da inevitável associação aos capitais externos.

Malabarismos do imaginário, possíveis em razão da forma abstrata como a racionalização científica é tematizada, ou seja, apenas enquanto afirmação de princípios genéricos, distantes de uma operacionalidade efetiva.

Esse componente modernizador aparece intimamente associado, ou mesmo subordinado, a outro de nítida conservação — a aceitação do padrão de acumulação capitalista do Brasil do período. Simonsen não contesta a priorização agrícola no país, nem

a entende como obstáculo ao crescimento nacional, chegando mesmo a sugerir seu redimensionamento técnico e produtivo segundo os parâmetros da racionalidade científica. E isso tendo em vista que a função produtora de gêneros primários se otimizasse.

A aceitação desse processo de acumulação, vigente durante a Primeira República, passa evidentemente pela incorporação do aspecto nodal do sistema, ou seja, a subordinação do país à comercialização e ao financiamento externo, em suma, à dinâmica imperialista então existente. Assim, a questão da indispensabilidade da presença do capital estrangeiro na economia brasileira, tão longamente tratada por Simonsen, surge vinculada às necessidades da dinâmica do setor de produção primária exportável.

Esta tríade temática — racionalização científica, associação com o capital estrangeiro e estimulação da lavoura agro-exportadora — não é abandonada quando Simonsen deixa para trás essa primeira fase de sua trajetória. Ele a leva consigo pelas décadas seguintes, agregando alguns novos elementos a esse núcleo original e redimensionando seu tratamento de acordo com a perspectiva do projeto de industrialização nacional elaborado nos anos 30 e 40. A agricultura de exportação estará, então, evidentemente deslocada do centro de suas formulações aparecendo, no entanto, como elemento imprescindível ao seu projeto industrial. Processo semelhante ocorrerá com a questão da racionalidade científica e com o recurso aos capitais estrangeiros, ambos tematizados a partir da perspectiva dos interesses do setor fabril, de acordo com o novo padrão de acumulação por ele projetado.

ROUPAS DE ESCRAVOS E DE FORROS

Julita Scarano

Professora Adjunta da UNESP
e Pesquisadora do CNPq.

Necessidade material, proteção aos rigores do frio e do calor, o vestuário apresenta também uma vertente simbólica. A roupa sempre foi encarada como representativa de categorias econômicas e sociais, de cargos e de funções. Possui significado religioso, militar e outros. Ultrapassa o mero desejo ou a possibilidade individual: tem significado e valor social e mesmo seus supérfluos e seus aspectos meramente decorativos nos levam a melhor compreender um local e um período histórico.

Em nossa terra ainda faltam estudos a respeito do vestuário e, mais ainda, em se tratando daquele das gentes de cor nas Minas Gerais do século XVIII, assunto de minhas pesquisas. Essa deficiência tem seu óbice na real deficiência de fontes capazes de propiciar tal estudo, sejam elas escritas ou iconográficas. Não existem obras descritivas daquele período mineiro, capazes de, como acontece na *Ilíada* e na *Odisséia*, por exemplo, nos contar como eram os elmos, as perneiras, as armas dos guerreiros e as roupas de habitantes, inclusive de mulheres. No caso da Grécia, há possibilidade de se obter inúmeros informes da vida diária nas obras teatrais, como fez Kitto com grande propriedade¹.

No Setecentos mineiro a literatura segue a moda da época e se mostra pouco descritiva em pormenores de vida cotidiana. Não se encontra também uma rica iconografia

que trate desses assuntos miúdos, como acontece nos túmulos egípcios e etruscos, para mencionar somente exemplos muito conspícuos. Mesmo na Idade Média se fizeram obras no gênero de *Les très riches heures* e inúmeros breviários² que mostram pessoas no trabalho, seus trajes e suas moradas e outras informações que nos levam a melhor compreender a vida e o modo de ser das pessoas de diferentes categorias econômicas e sociais. Ao menos até o momento, não foram encontradas obras como muitas que se conhecem em terras européias e asiáticas, capazes de informar e trazer conhecimentos bastante específicos sobre um passado tão mais distante do que nosso século XVIII!

Também a parte iconográfica, ainda pouco analisada nesse ponto de vista, e inclusive os ex-votos, trazem escassa informação sobre o vestuário dos grupos desfavorecidos. As cartas e relatórios enviados a Lisboa pelas autoridades locais tratam pouco e mal da vida cotidiana. Esses aspectos não podem ser esquecidos, pois, impossibilitam conclusões sobre inúmeros assuntos e impedem um conhecimento mais perfeito da vida no período. A respeito da gente de cor ainda é mais complicado, pois, aqueles que informavam sobre a região, quase sempre num enfoque mais econômico, esqueciam o que se relacionava com os que consideravam mão-de-obra. Era como se se tratasse de máquinas de trabalho e os outros aspectos

1. H.D.F. Kitto. *The greeks*, Londres, Penguin Books, 1951.

2. Como um exemplo entre inúmeros podemos citar *Les très riches heures du duc de Berry* e o *Breviario de Martin de Aragon*, dos inícios do século XV.

eram deixados nas sombras. Alguns relatos dedicam mais linhas e considerações sobre cavalos e inúmeras vezes há mais pormenores a respeito dos animais.

O vestuário da gente de cor pode ser examinado por diversas vertentes. Delas, três me parecem mais significativas e inclusive oferecem material documental relativamente menos escasso, possibilitando sua compreensão. O primeiro diz respeito às roupas fornecidas pelos donos a seus escravos, para cristãmente "cobrir suas vergonhas", conforme falavam desde a época dos descobrimentos. Cobriam a nudez de povos que usavam pouca roupa, diferentemente da Europa nesses séculos. A roupa fornecida tem a finalidade de levar os povos encontrados na América e aqueles que vieram como escravos a participar do universo dos conquistadores, o único que, etnocentricamente, consideravam digno e valioso. Faz parte do esforço de introduzir as colônias no âmbito das terras cristãs.

Essa finalidade de afastar a nudez leva apenas a distribuir uma roupa precária, mínima e pobre. Para quem trabalha diretamente na extração mineral, o parco vestuário se explica também pelo tipo de serviço, os pés e pernas mergulhavam na água, o torso ficava ao sol. Muita roupa dificultaria o trabalho e os poucos desenhos e representações iconográficas que encontramos do período ou mesmo dos inícios do século XIX nos mostram pretos seminus ocupados em extrair ouro ou diamantes. A sunga que vestem foi, algumas vezes, complementada por um chapéu de palha.

O pouco vestuário servia também para dificultar que se escondessem ouro e pedras. Facilitava-se o controle e se impedia a ocultação de alguma coisa de pequeno formato mas de substancial valor de troca.

Entretanto, não foram muito diferentes das mineiras as roupas fornecidas aos escla-

vos em outras partes do Brasil para o trabalho das roças. Aliás, nas Minas Gerais, havia um substancial número de trabalhadores agrícolas e o vestuário não diferia. No litoral, como é o caso do Engenho de Sergipe do Conde³ compravam-se lonas para cuero dos negros, usados no trabalho e também seriguilha, lã grosseira, para agasalho. Julgavam que dois anos seria um bom intervalo para se comprar novas roupas, tanto para os homens como para as "fêmeas", conforme dizem nessa documentação sobre o século XVII. Também se fala em compra de capotes para os barqueiros, mas, o preço do vestuário é muito inferior ao gasto com alimentação. De resto, os panos eram comprados e tecidos na vizinhança.

Esse padrão de vestuário que deve ter sido estabelecido desde os primórdios da colonização portuguesa tinha a precípua finalidade de não ferir frontalmente os costumes da gente da Europa cristã; apenas as crianças podiam tranqüilamente circular nuas, e as variações que sofreram as vestimentas foram circunstanciais, no decorrer da época colonial.

Que eram poucas e insuficientes na região das minas, podemos aferir pelas palavras de D. Lourenço de Almeida que, escrevendo ao Rei⁴ diz que os senhores trazem seus escravos nus e os sustentam mal, mas assinala que os negros procuravam o que comer e o que vestir.

As sungas e calções curtos que eram usados nas terras minerais eram de baeta ou outro material de baixa qualidade, mesmo os que eram chamados "fazenda de preto"⁵ originários de Malabar ou tecidos similares. Mesmo de sacos, pois, em uma lista de despesas com vestuário da escravatura do Serro do Frio⁶ estão elencados 136 sacos.

Nas listas de compras de vestuário para escravos encontramos muitas camisas, a maioria delas em algodão. Parte deste era

cultivado na área, a qual segundo Cunha Matos chegava a exportar o produto, mas encontramos também algodão vindo de fora, pois havia intenso comércio de troca de produtos. Em São José, por exemplo, sabemos que se fabricavam tecidos de algodão, principalmente para uso de escravos.

O uso de camisas é comum entre os livres e mesmo entre cativos que ocupam alguma posição mais significativa, como em trabalhos de mineração, quando, por exemplo, servem de vigias. Estes, conforme desenhos do período, usam casacos e chapéus que aparentemente não diferem da roupa usada pelos brancos.

Além das camisas, encontramos muitos jalecos, véstias etc. Algumas dessas são de encerado ou de materiais capazes de proteger do frio. Havia também cobertores, pois nas terras mineiras o frio é relativamente intenso, se comparado com o das demais regiões do Brasil que receberam um número avantajado de escravos no decorrer da época colonial. Naquele período, aliás, se julgava que se deveria andar bem protegido para se gozar de boa saúde. Oliveira Martins apregoava a necessidade de se manter os escravos bem cobertos e nos inícios do século passado, Spix e Martius afirmavam que faz mal mudar de roupa quando se sente calor e se transpira. Entretanto, era mínima a preocupação com vestuário em relação à saúde e os senhores de escravos, por mesquinha economia, não seguiam tais preceitos.

As informações são escassíssimas em relação ao vestuário das mulheres. Nos inícios e mesmo em todo o decorrer do século XVIII elas eram em número muito menor que os homens. A maior parte das escravas exerciam funções domésticas e as pretas e

pardas livres, bem como as prostitutas, fosse qual fosse a sua situação jurídica, tinham maior possibilidade de obter roupas melhores.

Mas, de modo geral não encontramos na região o requinte e o luxo de algumas áreas de nosso litoral, com suas escravas luxuosamente ataviadas. Entretanto, havia intensa venda de produtos de vestir. Comerciantes, mascates e mesmo negras de tabuleiro ofereciam tecidos, roupas e o mais que se desejasse e pudesse comprar.

Não havendo tanto requinte em relação aos serviços domésticos, faltava a competição ostentatória entre as diversas famílias, o que as levaria a oferecer trajes mais luxuosos a seus serviçais. Mesmo os membros da Real Extração de Diamantes, como um exemplo de autoridades poderosas, usavam escravos pagos pelo Erário para seu serviço, mas a maior parte dos trabalhos consistia em fazer hortas e pomares, carregar lenha e similares, poucos dos quais pediam requintes de vestuário. Os trabalhos da mineração e os da agricultura, que ocupavam a maior parte da população ativa, não pediam isso. O bem trajar seus escravos não constituía preocupação dos mineiros.

A maior parte dos forros pertencia à categoria dos desfavorecidos. Para eles, o vestuário, o abrigo para o frio, constituía problema quase sempre mal resolvido. Aqueles que estavam em melhor situação financeira, sendo mesmo donos de escravos, seguiam os padrões de vestuário dos demais elementos da população. A área, nesse aspecto, não foi das mais requintadas.

O material usado para a confecção das roupas, principalmente para os grupos menos abonados era, portanto, tecido na região ou vindo de áreas não muito distantes. O feito

3. Câmara Cascudo. *Dieta africana*.

4. RAM, ano XXXI, 1980.

5. Luis Antonio de Oliveira Mendes. *Memória a respeito de escravo...* apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793.

6. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, vol. 2525, 1778, ms.

de tais roupas era geralmente local. Havia alfaiates que costuravam para pessoas de maior categoria econômica e em relação aos escravos nota-se que se comprava muita linha, agulha, botões, nas listas de despesas com vestuário dos cativos. Encontramos também pagamento do feitiço de roupas para escravos⁷.

Mas, se não faz parte das preocupações dos donos o bem trajar seus negros, a gente de cor, livre ou cativa, tem grande interesse pelo assunto. Há uma surda e contínua luta entre os habitantes de cor branca, inclusive as autoridades locais e os pretos e mulatos tendo o traje como *leitmotiv*. Os primeiros faziam todo o possível, inclusive se queixando continuamente às autoridades e lhes pedindo que os segundos fossem impedidos de usar "galas", o que, na linguagem do momento, significava mostrar os símbolos de conspícua posição social.

O grupo dominante tentava constrianger os que considerava "de categoria inferior" a se vestir de modo a não oferecer possibilidade de serem confundidos com eles. Tudo o que poderia significar sinal de distinção era encarado como proibido a determinados grupos e, ao mesmo tempo, procurado pelos membros desses grupos.

Esse aspecto não caracteriza apenas o Brasil escravista, mas era bastante difundido, basta lembrar, por exemplo, que na França, um decreto da Convenção em 1793 é que acabou com tal constrangimento e as pessoas, ao menos diante da Lei, gozavam de liberdade de vestuário, paralela à liberdade de expressão⁸.

Vemos aí um aspecto peculiar e significativo da real situação nas Minas Gerais do período, com suas contradições e ambivalências: por maior que fosse o esforço dos grupos dominantes, eles não conseguiam impor sua vontade, ou seja que a gente de cor não usasse "galas". A contínua reitera-

ção das leis proibitivas mostra que, apesar das proibições e dos castigos prometidos pelo não-cumprimento dessas leis, elas não eram postas em prática. Se fossem, não haveria motivo para as repetir e reafirmar depois de pouco tempo. As relações entre brancos e gente de cor que se desejava separadas totalmente, e completamente hierarquizadas, não funcionavam na prática. Ao menos do modo que alguns desejavam, pois havia um meandro de relações e de negócios quase sempre escusos que impediam que as coisas fossem levadas a ferro e a fogo. Eram as brechas e as cunhas que foram circunstancialmente se estabelecendo no sistema, aparentemente coeso e monolítico, mas na realidade repleto de frinchas, de exceções e de casos pessoais substituindo e tomando o lugar da Lei estabelecida e sancionada.

O maior ponto de discussão entre autoridades e de atritos na vida diária era constituído pelo uso das armas, pois, tal uso significava fidalguia. Estar armado significava ter superioridade de defesa e de ataque, características nada desprezíveis naquela sociedade, mas era também um símbolo de distinção.

O problema das armas foi mencionado praticamente desde a chegada de cativos a Portugal. Desde 1521, D. João III, por Alvará de 8 de julho dizia que "qualquer escravo ou negro cativo" não-acompanhado de seu senhor e que tivesse consigo espada ou punhal deveria ser castigado com açoites. Nas terras do Brasil há um contínuo expedir de leis que reiteram tais proibições e parecem ainda mais repetidas nas regiões mineiras, reafirmando com vigor o seu aspecto simbólico. Mesmo porque muitas queixas se referem aos mulatos, assinalando que eles se julgam importantes e são cheios de soberba.

Nenhum negro, carijó, mulato, bastardo ou qualquer outra pessoa que não tiver nobreza tem permissão para usar qualquer

tipo de arma de fogo, afirma D. Braz Baltazar da Silveira em 1713⁷. Conforme se vê, mulatos, além dos demais, mesmo que sejam livres, caem nessa proibição. As facas também devem ser entregues aos senhores⁸ e, de resto há proibição de que a gente de cor use espadim e nesse caso muitas vezes se explica que ele não deixa de ser um símbolo de nobreza. Inconformados, estes pedem que seja permitido seu uso, como é o caso dos homens pardos da Confraria de São José em Vila Rica que desejam usar espada ou espadim.

Apesar de toda a celeuma a tal respeito, as facas constituem um dos prêmios que se ofereciam aos escravos considerados, por qualquer razão, merecedores. Em quase todas as listas de compras de prêmios encontramos as assim chamadas “facas flamengas” — bastante numerosas. Além delas, encontramos também canivetes e tesouras oferecidos como prêmios.

Apesar de terem outras utilidades e, talvez por isso sejam continuamente ofertadas, conforme as listas de prêmios aos escravos, podem também ser usadas como armas. Esse também é um ponto ambíguo, pois, mesmo temendo revoltas de escravos e principalmente a ação de quilombos, armas brancas constituem prêmios, certamente bastante desejados, pois são relativamente freqüentes.

Os prêmios, sem dúvida, eram objetos almejados pelos escravos e constituíam um chamariz para qualquer ação considerada economicamente, e talvez em outros aspectos, meritória. No ponto de vista da mineração, são vistos como incentivo para que principalmente se encontre um bom veio ou uma

pedra de valor, e que se entregue o que foi encontrado. Caso contrário, isto é, se o presente não fosse desejado, de nada adiantaria acenar com ele. Não haveria nenhum resultado prático.

Assim, a gente de cor, livre ou cativa, procurava usar trajes que lhes possibilitassem sair do rol dos miseráveis e buscar uma certa distinção sempre que isso fosse possível. Nesse aspecto, os prêmios oferecidos ocupam singular papel.

Mesmo que alguns destes não passassem de roupas corriqueiras, significando apenas uma troca ou muda, como diziam, não deixam de ter importância, pois os pretos se queixam de senhores que não lhes dão roupas para trocar. Dentre os prêmios elencados nas listas de compras, sobretudo nas da Real Extração de Diamantes, e mesmo em outras, como as das Santas Casas, por exemplo, há as véstias (casaco curto, espécie de jaqueta) de chita ou de baeta, além de camisas simples e outras roupas para uso diário.

Há, entretanto, prêmios de maior valor, camisas que custam 1\$500 réis, enquanto as de soldados pedestres custam 1\$200 réis, mas há também camisas de linho, sempre um material nobre e camisas que valem 2\$500 réis cada. Calções e coletes também são oferecidos, muitos de linho e inclusive ceroulas desse material e camisas, inclusive de cetim, bem como calções desse material e especificamente fala-se na oferta de roupas de gala¹¹. Uma vez que o encontro de diamantes muito valiosos (em 1786 só com maiores de 1 oitava de peso) possibilitava a alforria, pedras valiosas mereciam prêmios condignos.

7. Lisboa, TC, Erário Régio, vol. 4084, 1786, ms.

8. Tal liberdade não se estende ao uso de roupa masculina pelas mulheres ou vice-versa, mas visa apenas abolir a diferenciação social obrigatória por meio do traje.

9. APM, AC 09-24-7-1713, ms.

10. APM-SC 27, Lisboa, AHU, MG c. 45 (classif. antiga) mss.

11. Nas listas de prêmios aos negros oferecidos pela Real Extração de Diamantes se encontram em Lisboa TC, ER em livros de Despesa e também no Rio de Janeiro Arquivo Nacional, Documentação da Real Extração de Diamantes, vol. 2525, ms.



Mas o costume de premiar não se limitava apenas a assuntos de diamantes, mesmo informações de particulares e autoridades nos mostram que tal costume era visto como normal e interessava aos proprietários e também a seus escravos. Para os primeiros era um meio relativamente fácil de estimular a procura de pedras ou veios levando a um rendimento maior, pois tal serviço depende bastante do esforço e engenho humanos. O prêmio era a contrapartida do castigo e deveria ser bastante eficaz. Os donos de escravos não se interessavam grandemente por problemas relativos às “galas” ou ao uso de armas brancas, contanto que isso não os prejudicasse diretamente. Essas questões afetavam mais especificamente as autoridades locais ou as pessoas que não dependiam basicamente de grande mão-de-obra escrava para trabalhar na mineração ou no eito. Esses

eram os que desejavam manter presos ou condenar pesadamente os escravos que haviam cometido crimes ou eram considerados arruaceiros, enquanto os donos envidam o melhor de seus esforços no sentido de manter seus cativos livres e trabalhando, mesmo que fossem criminosos. A ânsia de lucro estava sempre em primeiro lugar.

Para a gente de cor, possuir roupa ou enfeite fora do comum era sinal de distinção, proporcionando respeito e admiração de seus pares, quiçá mesmo dos demais. A vida miserável que era a regra entre os escravos da região fazia com que determinados objetos pudessem ser encarados como requinte e nesse rol encontramos lenços e bocetas para fumo, ambos oferecidos em apreciável quantidade como prêmios. Em apenas uma lista de “Prêmios para a Escrava-

ria" encontramos 81 lenços, muitos de linho. Coletes, inúmeros de linho, também eram cobijados. Esses coletes, também feitos em outros materiais nobres, não têm função essencialmente prática, não servem grandemente para abrigar do frio, não são suficientes como proteção nas terras de mineração. Para isso existem os jalecos, que constam da lista de compras para vestimenta dos escravos, além de véstias e outras. Os coletes se encontram arrolados apenas nas ofertas de prêmios.

O escravo e as demais pessoas de cor compram, sempre que possível, roupas para seu uso. Alguns cativos tinham possibilidade e permissão de trabalhar aos domingos e dias santos para si próprios. Como isso contrariava os preceitos da Igreja, há vasta documentação com críticas de eclesiásticos e outros, a esse respeito. Essa permissão de trabalho se mostrava vantajosa para inúmeros senhores, que assim evitavam gastos maiores, pois não precisavam complementar a alimentação e o vestuário dos seus escravos. Aliás isso não deixava de suscitar a ira de religiosos.

O que a gente de cor comprava para si própria era muito variado, desde a muda da precária roupa que usavam até vestimentas e objetos mais requintados. Os vendedores ambulantes, de ambos os sexos, ofereciam chitas e tecidos diversos, como durantes, baetas e outros. Havia um grande número de alfaiates, pessoas que costuravam, além de sapateiros¹² e todos esses eram em maioria mulatos e crioulos, "uns forros e outros ganhando para a alforria". Há também venda de fitas e outros enfeites, sobretudo para vestimentas das mulheres. Aliás, havia importação desses enfeites para traje¹³.

De resto, o vestuário feminino da gente de cor, conforme vemos nas obras de Debret e de Rugendas, posteriores ao período em

estudo, mas não essencialmente diferente dele, nos mostram o quanto eles eram enfeitados.

Relatórios enviados para Lisboa por autoridades encarregadas de mostrar a situação na região das minas afirmam que negros de determinadas lavras são seguramente desencaminhados, pois usam casacas de chita, calções de cetim e até mesmo veludo, além de enfeites. Segundo os informantes, isso só pode ser fruto de roubo e contrabando e resulta do desejo de se sobressair.

Evidentemente, a sociedade como um todo se preocupava com o luxo das pessoas de cor que tivessem alcançado a liberdade. Principalmente os mulatos eram alvo dessa má vontade que acompanha todo o século XVIII. Sem dúvida, pretos e mulatos livres, sempre que tivessem tal possibilidade se vestiam e usavam os enfeites dos grupos mais favorecidos.

Buscavam de algum modo ter alguma coisa que lhes pertencesse e lhes desse alguma espécie de distinção. O maior símbolo de riqueza era, sem dúvida, a propriedade de escravos. Além do desejo de enriquecer, uma vez que todo o trabalho estava assentado na mão-de-obra cativa, há também o prestígio que isso traz, na raiz da posse de escravos por mulatos e negros livres ou forros. Assim, fosse qual fosse a cor da pele, logo que possível se comprava um escravo. Sem dúvida, para as pessoas de cor isso não era tão simples e poucas tiveram significativo número de cativos. Estes eram indispensáveis para se obter a posse de terras.

As casas, que poderiam demonstrar riqueza e boa posição social, não eram grandemente valorizadas. As mais comuns e encontradas eram muitas vezes frágeis e precárias e, como valor eram, de certo modo, quase equiparadas aos trajes. Não valiam

12. Lisboa, TC ER 4088, Exposição dos abusos, de 1780, trata de muitas dessas questões, além de outras fontes, como o Bando de 1º de dezembro de 1720, in: B.H. APM, SC 07 e outros.

13. Luis Lisanti. *Negócios coloniais*, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado, 1973.

muito mais em um período no qual roupas velhas e puidas constavam de inventários. Dentre os inúmeros documentos que tratam de questões de herança e nos mostram esse aspecto, encontramos na correspondência de Rafael Pires Pardiniho¹⁴ a menção de que, com o falecimento de um Cabo, se fizera o rol de suas roupas a fim de serem vendidas e o dinheiro apurado enviado para Lisboa. Continua dizendo que a isso se juntaria o resultado da venda das casas que "ainda se conservam de pé". As roupas se viam equiparadas às propriedades urbanas.

Assim, o que se usava no próprio corpo constituía o modo mais fácil e acessível para se alcançar certa distinção, no seio de seu grupo e mesmo na sociedade como um todo. De resto, a roupa sempre teve o papel social de separar e de distinguir categorias. No Brasil dos primeiros séculos isso é manifesto.

O calçado tinha no período um aspecto peculiar. A documentação praticamente não menciona a questão do calçado relacionado com o escravo e mesmo com a gente de cor. Entretanto, a iconografia nos mostra pretos¹⁵ vigiando o trabalho da mineração e eles estão vestidos com trajes completos, que abrangem calções, meias, coletes, chapéus e inclusive estão calçados. Trajes em tudo similares aos dos brancos de categoria. Mas isso era raro.

De qualquer modo notamos que o traje, os enfeites e as armas são vistos como sinais de distinção, um modo de se sobressair, se distinguir dos mais miseráveis que nada tinham.

Nota-se que existia uma peleja contínua entre os donos do poder e a gente de cor. Os primeiros buscavam separar nitidamente as categorias e expedem contínuas acusações contra os outros, sobretudo a respeito do uso das armas e também sobre o uso de luto e de outras prerrogativas de vestuário que consideram monopólio seu.

Há uma surda luta no sentido de manter o menos igualitária possível aquela sociedade essencialmente desigual.

Sem as contingências das vilas e arraiais, a situação no quilombo deveria ser diversa. Não encontramos, entretanto, documentação capaz de esclarecer a situação de vestuário em uma sociedade segregada daquela geral, e que vivia suas próprias características não sofrendo dos mesmos problemas. Entretanto, até o momento, não há possibilidade de se analisar essa questão. É certo que aspectos relativos à defesa e mesmo à alimentação teriam aí um peso maior.

No decorrer do século XVIII houve na região mineira épocas de maior abundância e outras de escassez. Entretanto, como um todo, a gente de cor e mesmo os escravos tinham possibilidade de caçar, pescar, criar animais, plantar pequenas roças. Há escasso número de habitantes e muitas terras, inúmeras delas cobertas por matas que foram exploradas e mesmo destruídas. Se não havia possibilidade absoluta de complementar a própria alimentação, tal complementação é sempre mencionada, desde o tempo de D. Lourenço de Almeida, que aliás, assinala ser o vestuário uma das preocupações da gente de cor. Não notamos, como mostra Robert Darnton, em relação à França de determinadas épocas, que todas as preocupações e desejos tinham por assunto a comida¹⁶.

A pintura, essencialmente religiosa do período, com seus anjos e santos não é informativa a respeito dos trajes das pessoas de cor. Mas, alguns ex-votos, como é o caso do que representa um milagre da Senhora Santa Anna e que se encontra em Ouro Preto¹⁷, são bastante significativos e nos dão algumas informações, pois mostram um preto sendo curado por milagre da santa numa reprodução que segue fielmente as convenções. Como era de uso, o pedinte está deitado em belo leito recoberto por colcha vermelha e na cabeça tem uma touca

de dormir, com borla. Ex-voto típico de situação de pedido de socorro em caso de doença, esse, como outros, segue as regras e manifesta os requintes de pessoas bem colocadas socialmente e capazes de encomendar um tipo de representação característica e convencional. Para sua execução deve ser escolhido alguém especializado e o encomendeiro se vê colocado em posição de respeito. Seja a encomenda feita pelo doente ou sua família, ou por outrem, houve procura de uma integração na sociedade bem estante e convencional.

Evidentemente apenas poucos elementos da comunidade de pretos e mulatos podiam buscar no traje um meio de ascensão. Mas, sempre que possível, eles procuravam uma participação que os levasse a se destacar da multidão anônima e isso era vivamente sentido pelos grupos dirigentes locais, que reclamavam para a Europa e pediam continuamente medidas coercitivas, afirmando que a gente de cor era "rebelde e soberba". Não se esquecem de mencionar o que consideram abusivo em termos de vestuário.

Os pretos e mulatos, por sua vez, trajando como os brancos procuravam enfatizar a separação discriminatória apenas em termos de situação jurídica: livres e escravos, mas na prática a discriminação também se baseava na cor.

Quanto à roupa desejada ou sonhada, ela era usada apenas em determinadas circunstâncias. Trata-se de traje excepcional e é possível dizer-se que se liga miticamente ao passado, um passado muitas vezes mais sonhado e imaginado do que real.

No desejo de se sobrepor, ultrapassar a difícil condição a que estavam subme-

tidos, busca-se um imaginário que tem por meta as terras africanas, transformadas e mitificadas, inclusive porque muitos sequer as conheciam. Constituía um modo de modificar uma situação constrangedora, ocupar posição diversa da de um cotidiano hostil. Era um ideal de liberdade, de posse de seu próprio corpo, de busca, ao mesmo tempo de sobrevivência e de adaptação na terra desconhecida na qual estavam como cativos.

A idealização do passado atingia tanto ou mais aqueles que o conheciam apenas pela boca de outros e a impossibilidade de se reencontrar tal passado real ou imaginário levava muitos a procurar na realidade americana um lugar que lhes desse melhores condições de existência, e lhes oferecesse um certo prestígio.

O quilombo oferecia a possibilidade mais radical de se alcançar melhor situação de vida ou ao menos a posse de si mesmo e a oportunidade de se atingir uma posição prestigiosa no seio de sua própria sociedade. Nas Minas Gerais os quilombos foram muito numerosos, segundo a documentação, mas quase todos tiveram existência efêmera. Se a mineração permitia a seus habitantes a sobrevivência pela agricultura, mas principalmente pela garimpagem, esse aspecto vai constituir uma das grandes facetas da fragilidade da existência desses agrupamentos.

A garimpagem os obrigava a um contato contínuo com grupos marginais das vilas e arraiais mineiros e a própria existência de ouro e de pedras em lugares explorados pelos quilombolas levava a uma expansão do povoamento feito pelos brancos, expulsando, com o auxílio da tropa oficial, quase sempre, os quilombolas para outros lugares, quando não à destruição e morte dos habi-

14. Lisboa, ANTT, Manuscritos do Brasil, Livro nº 5, ms.

15. Lisboa, AHU, há coleção de trabalhos mostrando a mineração do diamante, na qual se pode notar com clareza o traje dos mineradores e dos feitores.

16. Robert Darnton. *O grande massacre dos gatos*, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

17. Alguns ex-votos nos mostram o doente preto de modo similar ao deste de Ouro Preto.

tantes do quilombo. Assim, essa situação faz do quilombo, em geral, um enclave temporário, destruído à medida que cresce a população e se expande o povoamento oficial.

Na vida diária, a gente de cor numericamente mais significativa, que se encontrava quer escravizada, quer na quase sempre precária situação dos desfavorecidos, procurava melhorar sua condição individual. As festas eram um modo de sair, ainda que momentaneamente, dessa dura realidade em que se encontravam, na qual eram discriminados e maltratados por serem escravos ou pela sua cor. O mundo temporário e diverso trazido pelas situações festivas constituía uma maneira capaz de satisfazer de algum modo o desejo de prestígio. Mesmo que por poucos momentos era um modo de se sobressair.

O vestuário tinha a função de manifestar visivelmente a ruptura com a vida diária, o encontro com uma posição elevada e distinta acima dos demais.

Entrava-se no tempo mítico da festa¹⁸, no caso e no período, festas do catolicismo, temperadas, porém, com danças e cantos africanos quase sempre, e que traziam muito valorizadas oportunidades de se exibir um valioso vestuário. É o momento em que personagens fora do comum e da realidade local tomam corpo e participam integralmente no dia-a-dia da comunidade. É a ruptura com o curso normal de trabalho e miséria esgotante, de comida repetitiva e monótona, de trajes pobres e indesejados.

A maneira mais visível de mostrar essa violação da realidade cotidiana e corriqueira é representada pelo traje. Afirmam uma situação diversa daquela diária; colorida e festiva, ainda que efêmera. Constitui um momento em que a gente de cor não se vê posta de lado, empurrada para uma pobreza obscura e apagada. Os reis nas festas de irmandades, os reis do Congo, as rainhas e mesmo a corte eram eleitos e, segundo Bastide¹⁹,

essa situação paradoxal se estendia a toda a América católica.

Nos livros das irmandades da gente de cor sempre se fala com grande respeito dos reis e das rainhas, mesmo daqueles que o foram no passado²⁰. Os demais membros da comunidade também se mostravam considerados com essas autoridades efêmeras. Podiam assim apaziguar os ânimos, controlar a gente de cor e lhes proporcionar o "circo", uma vez que o "pão" fornecido era amargo e parco.

As tradições africanas, ao menos as dos bantos, se aproximavam desse tipo de festas, com suas cores vivas, que constituíam a característica do vestuário dos principais personagens dessas comemorações, com seus reis, rainhas, príncipes e princesas, porta-estandarte e mordomos, personagens variando conforme o local. Nas Minas Gerais, pelo que pudemos notar, não havia restrições em relação à participação de pessoas das mais variadas etnias africanas, não havendo impedimento para se alcançarem as cobiçadas distinções. Isso se refletia também nos senhores de escravos escolhidos, e estes muitas vezes se empenhavam para a escolha de quem lhes pertencia.

A feitura dos trajes parte de características tipicamente européias. Koster, por exemplo, descrevendo as roupas do rei e da rainha, assinala que são à moda antiga, ou seja, repetem trajes europeus já em desuso no velho continente. Mas nota também que as cores são vivas e variadas. Usavam grandes saias e justos corpetes, com muitos enfeites e os homens seguiam os trajes de corte, primando pela suntuosidade e mesmo extravagância, em determinados casos.

Nas festas comuns a todos os habitantes da Capitania, tais como Corpus Christi, do Espírito Santo ou na Semana Santa e outras, como foi o Triunfo Eucarístico em Ouro Preto, por exemplo, a gente de cor

que delas participavam ativamente por meio de suas irmandades timbrava em se vestir como os demais, com o mesmo luxo e qualidade. As opas são de seda, inclusive branca, usam capelinhos e enfim tudo o que os levasse a participar condignamente das festividades, em situação similar à dos demais. É quando a gente de cor consegue ocupar um lugar que não alcança atingir na vida cotidiana e lembra a nobreza perdida, quando, no século XVI, alguns africanos visitaram Portugal como convidados de El-Rei e não violentamente obrigados a servir como cativos.

A ocasião festiva, quando o preto pode exibir decoro e luxo, constitui uma ruptura das normas e das relações entre os grupos que vivem colocados em situações antagônicas de escravo-senhor ou preto-branco e, por um tempo muito breve, se pretende esquecer o preconceito habitual. É quando é possível se colocar miticamente em face a uma realidade transcendente, quando, chegava-se às conseqüências radicais das crenças que os senhores afirmavam praticar. É um reinado do efêmero, uma situação de sinal trocado, mas mesmo assim não se economizavam esforços para que essa situação, como no nosso carnaval, tivesse seu brilho e seriedade.

Também diferente da situação habitual e precária, a representação de santos de cor nos altares católicos mostra e afirma a auto-valorização. Tomando apenas os trajes e

os atavios como referência, notamos que São Benedito, Santa Efigênia e Santo Antonio de Catagerona usam roupagens similares a de todos os demais santos. Inúmeros sinais externos de importância e grandiosidade assinalam que esses santos deveriam ser vistos como figuras do panteão celeste, fosse qual fosse a cor de sua pele.

Nas igrejas de irmandades de gente de cor, são muito numerosas e ricas as representações desses patronos, mas mesmo em igrejas de brancos eles são encontrados. As figuras esculpidas seguem o estilo vigente e as roupagens e mantos se desdobram em pregas e em desenhos dourados, como as dos demais. As modificações de estilo seguem a moda do momento, sem interferência de outras considerações.

Alguém que mereceu a honra dos altares também merece trajes de prestígio e posição majestática. Como acontece com as representações dos ex-votos, notamos que mesmo os habitantes brancos das terras mineiras são, muitas vezes, devotos de santos de pele escura.

O traje do santo de origem africana constitui, do mesmo modo que as roupas de rei e de rainha, uma maneira de manifestar importância e valor em face a uma sociedade que tudo fazia para manter a dicotomia preto e branco.

18. Agnès Villadary. *Fête et vie quotidienne*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1968.

19. Roger Bastide. *Les Amériques noires*, Paris, Payot, 1967.

20. Julita Scarano. *Devoção e escravidão*, São Paulo, Nacional, 1979.

DISCURSO DO REI LUÍS XVI

Daniel Fresnot*

Poeta, formado em literatura, é doutor pela Sorbonne.

Sou o pai desta Nação que meus antepassados forjaram com a vontade e a graça de Deus. Quem fez a França? Oito séculos atrás, um pequeno feudo, Ilha de França, à mercê de qualquer invasor. Trinta e três reis depois, a maior Nação da Europa e do Mundo. Meus familiares criaram e reinaram para que isto fosse possível. O que querem agora? Usar a idéia de povo contra a de Nação.

Sou o pai desta Nação. Pode alguém duvidar desta expressa vontade divina? Pode alguém negar a santidade de Luís nono, a vitória de Bouvines ou a luta constante de Luís décimo primeiro do nome? Não quis Deus que a França crescesse e vingasse sob uma mesma família? O que querem agora? Que os filhos se revoltam contra o pai. Pois assim como Deus é o nosso pai sou, por via de consequência, o pai desta Nação.

A vida e a morte, o poder e a revolta não são frutos da nossa pequena razão humana. São obras da Divina Providência, do que Deus quer como nosso destino. São filhos dos atos nobres e bons ou então fru-

tos podres do mal, da desgraça que sempre carrega a desordem. Queira Deus que a França não volte à idade das trevas.

No meu reinado aboli a tortura da questão. No meu reinado resolvi aceitar a convocação dos Estados Gerais, Nobreza, Clero e Terceiro Estado para ouvir a todo o país. Para remediar aos males que afligem parte dos franceses. Resolvi aceitar a convocação dos Estados Gerais e isto foi interpretado como uma fraqueza.

De meu reinado sempre me neguei a derramar o sangue do meu povo com uma guerra civil e isto foi interpretado como uma fraqueza. Sempre respeitei nossa mãe, a Santa Igreja, e lutei de todas as minhas forças contra a instituição diabólica do juramento aos sacerdotes. Isto foi considerado uma traição.

Diante da ameaça à integridade física dos meus filhos e a da Rainha, procurei fugir ao estrangeiro. Isto foi interpretado como uma fraqueza e uma traição.

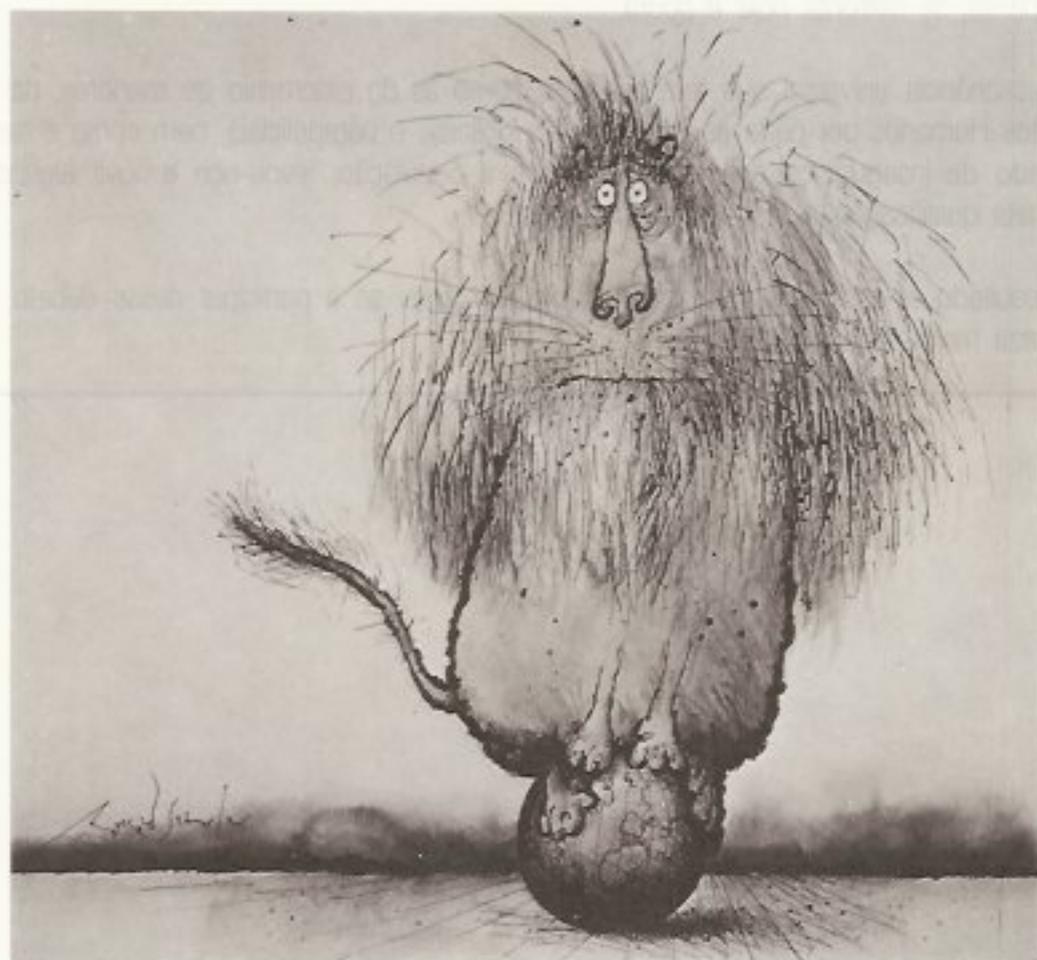


E por último o que é talvez o meu único pecado. Enquanto não me juntei aos meus primos monarcas da Europa contra o meu próprio povo, isto foi considerado uma fraqueza. Quando o fiz, movido pelo desespero da situação francesa, Deus é testemunha que foi na tentativa de evitar desgraças maiores. Mas os agitadores sempre lograram ocultar a nobreza, a sinceridade e a retidão de cada um dos meus atos.

Que Deus proteja e abençoe meu filho, futuro Rei de França. Que Deus dê saúde e

bênção às suas irmãs, Princesas de França. Que Deus possa perdoar aqueles todos que me traíram assim como perdoe minhas falhas e pecados.

Agora estou de mãos atadas e não de cortar a minha cabeça. O rufar dos tambores cobre a minha voz. Vocês não podem ouvir este meu último discurso. Dentro de minutos Deus me receberá. Porque sou o pai desta Nação que meus antepassados forjaram com a vontade e a graça de Deus.



* Daniel Fresnot nasceu na França, passou metade de sua vida em Paris e outra metade no Brasil. Formado em literatura, é doutor pela Sorbonne, sendo também poeta e autor de vários livros, entre eles *A Terceira Expedição* e *Sete Histórias da História*.

VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

Roberto Emerson Câmara Benjamin

Professor do Mestrado em Administração e
Comunicação Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco e
Promotor de Justiça atuando na 6ª Vara Criminal do Recife.

Os grupos de extermínio das áreas metropolitanas têm raízes semelhantes aos grupos que atuaram na repressão política. Surgem ordinariamente em grupos de pessoas que, ligados ou não aos sistemas de repressão oficial, consideram a ação legal do Estado insuficiente à preservação de certos valores e direitos, que eles elegeram como fundamentais da Sociedade Brasileira. Essas pessoas acreditam ser, por sua formação e posição social, portadoras desses valores e direitos e no dever de suprir a incapacidade do Estado na proteção da Sociedade. Isto é, no dever de tutelar a sociedade e preservar esses valores. É essa "nobre intenção" que alimenta o espírito corporativo e a solidariedade de pessoas bem intencionadas, embora ingênuas e mal informadas, que sem se envolver diretamente nos extermínios, dão sustentação indireta a esses grupos, através de sua atuação em posições elevadas do empresariado, da política, da polícia, do Judiciário e do Ministério Público, dos meios de comunicação e até no alto clero de religiões cristãs. Não é grande a distância entre a conivência indireta e a participação efetiva, bastando um envolvimento pessoal (um assalto por exemplo) para que se estabeleça a travessia. Por outro lado, a prática dos grupos de extermínio pouco conserva da "nobre intenção", embora o espírito corporativo e os comprometimentos ideológicos obscureçam esse aspecto para os coniventes indiretos.

Enquanto a repressão política, em sua quase totalidade, foi executada por agentes dos órgãos oficiais de Segurança do Estado, os grupos de extermínio, além de uma modalidade ligada diretamente ao aparelho policial, têm uma grande variedade de modelos de atuação, financiamento e recrutamento de pessoal.

Somente com o passar do tempo poder-se-á concluir se houve *vontade política* na determinação da apuração destes crimes pelo governo Collor. Até hoje nenhum governo, seja federal ou dos estados, revelou tal vontade. O caso de Pernambuco é exemplar. Em sua campanha eleitoral, há pouco mais de quatro anos, Miguel Arraes acusou o governo Roberto Magalhães de conivência com os grupos de extermínio e se propôs a extingui-los em 30 dias. O seu Secretário de Segurança, General Evilásio Gondim, em ocasiões em que discutia o assunto com Promotores de Justiça do Estado, afirmou que a eliminação física dos criminosos higieniza a sociedade. Durante o governo Arraes, a ação dos grupos de extermínio cresceu assustadoramente, especialmente em relação ao homicídio de menores.

Nunca houve, por parte dos governos estaduais, a preocupação séria de erradicar tais grupos e nem ao menos coibir os excessos dos seus agentes. Todas as medidas tomadas são para anestesiar a opinião pública, afastar as suspeitas de um comprometimento institucional, "esfriar" o noticiário da imprensa e superar as pressões.

A apuração dos crimes dos grupos de extermínio como se fossem fatos isolados constitui uma estratégia para negar a sua existência e favorecer a impunidade. A organização e funcionamento do Poder Judiciário facilita o encaminhamento dos inquéritos individualizados, a maioria dos quais sem autoria definida (e destinados ao arquivo), a diferentes Varas, para a apreciação por diferentes Juízes e Promotores, as mais das vezes desavisados ou coniventes, resultando julgamentos isolados, consumando a impunidade dos agentes.

A aceitação dos crimes dos grupos de extermínio como fatos isolados, praticados por autores diversos descaracteriza a sua ação de grupo e mantém os fatos na competência da apuração pelas Polícias Estaduais e julgamento pela Justiça Comum. A aceitação dessa situação é politicamente conveniente aos ocupantes do Governo Federal por lhe permitir estar ausente da repressão aos grupos de extermínio, com os quais alguns dos seus setores estão solidários, sem ter

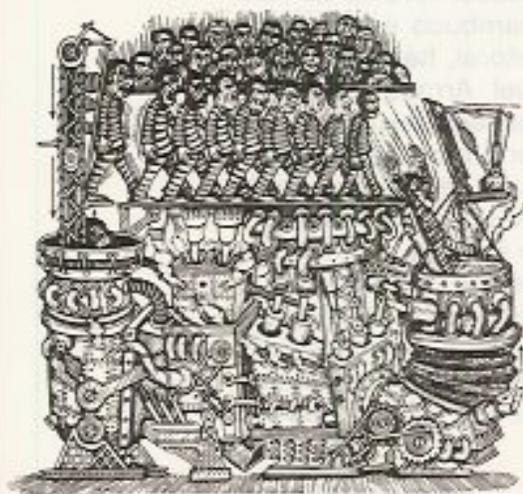
que assumir o ônus dessa solidariedade. Portanto, não é de se estranhar que somente a denúncia de entidades internacionais tenha levado o Governo Brasileiro a se pronunciar.

Entre policiais é comum a diferenciação de três tipos de indivíduos: os cidadãos acima de qualquer suspeita (os próprios policiais, os militares, os juizes e promotores, os grandes empresários, o

alto clero católico etc); os cidadãos comuns; os marginais (negros, pobres, favelados, analfabetos, desempregados, hippies etc). Aos primeiros é dado um tratamento privilegiado — contra eles não se levantam suspeitas, é preciso que haja provas concretas para sofrerem qualquer tipo de ação policial; os segundos podem ser suspeitos e averiguados; os terceiros, independentemente de suas ações, apenas pelo estigma da pobreza, têm que provar a sua inocência. A favela é o *locus do marginal* e o barraco o seu *refúgio*. Não sendo *marginal* um *cidadão*, a favela não é um bairro habitado por *cidadãos* e o barraco, um *domicílio inviolável*, na mentalidade policial vigente. Somente a reversão dessa mentalidade poderá assegurar o tratamento igualitário a todos os cidadãos e garantir-lhes os seus direitos.

Os seqüestros, como ação recente e sistemática do *crime organizado*, parecem resultar da excessiva concentração de renda no país e, ao menos em alguns casos, da formação de fortunas por meios ilícitos. Não apenas os policiais, mas vários outros segmentos da sociedade acreditam que as grandes fortunas tenham sido construídas pelo trabalho lícito dos seus possuidores ou dos seus ancestrais. Mesmo quando se suspeita da ocorrência de crimes contra a economia popular, ainda se considera que não houve propriamente ações ilícitas ligadas ao *crime organizado*. Dificilmente se admite que certas empresas de pessoas de projeção social sejam simples fachadas para a lavagem de *dinheiro sujo* procedente do tráfico de drogas, jogo do bicho e outros, prostituição, operações irregulares com moeda estrangeira e assaltos. Há evidências de que em alguns seqüestros ocorreu apenas acerto de contas entre criminosos, ou quebra de compromissos de *venda de proteção* etc, ficando claro que os seqüestradores conheciam a verdadeira situação financeira dos seqüestrados (ou familiares) inclusive a sua capacidade de pagamento em dólares, mais do que os órgãos responsáveis pelo Imposto de Renda. E que os seqüestrados (ou seus familiares) estavam de uma forma ou de outra envolvidos com o crime organizado.

A sociedade não tem como proteger-se de promessas miraculosas do fim da violência. Só o tempo demonstra a falácia dessas promessas, enquanto o povo continua a alimentar a esperança de que elas se concretizem. A livre informação através de meios de comunicação não-monopolíticos, a organização da sociedade civil, e o acionamento de dispositivos legais já existentes podem contribuir para a ação concreta do Estado contra a violência. Um desses dispositivos é o controle externo da atividade policial, confiado pela Constituição ao Ministério Público. Todavia, passados dois anos da promulgação nada foi feito para instrumentalizar tal dispositivo na maioria dos estados brasileiros.



A DEMOCRACIA DISSIMULADA

Plínio Guimarães Moraes

Mestre em Ciência Política pela Unicamp.

Uma das características mais acentuadas da cultura brasileira tem sido a facilidade com que ela se deixa fascinar pela dissimulação, pelas fantasias, pela farsa. Não é por acaso que se tenha aqui arraigado mais profundamente o Carnaval, que não encontrou outro canto do planeta mais propício para sua ode ao disfarce.

Assim é com a política. Após a promulgação em 1988 da nova Constituição Federal, uma grande colcha de retalhos, diga-se de passagem com alguns avanços paralelos e outros retrocessos, muitos começaram a sonhar que havíamos adentrado numa democracia. E ainda por cima, com as eleições majoritárias em 1989, as convicções aumentaram.

Todavia, o que se constata é que a conquista de alguns instrumentos formais das democracias burguesas não é suficiente para transformar o país num recanto civilizado. O que há é uma "democracia para inglês ver", como ocorria nas antigas leis anticativeiro do século XIX, quando os traficantes de escravos conseguiam burlar as intenções de alguns parlamentares brasileiros e os ingleses, interessados na implantação concreta do capitalismo por aqui, ficavam a ver navios.

Terminado formalmente o Estado Burocrático-Autoritário (BA) no Brasil em 1985 com o retorno dos militares à caserna, muitos dos procedimentos do BA se incorporaram ao dia-a-dia do país. A dominação continua a ser exercida por pequenas frações da elite oligopolista transnacionalizada e a despolitização das questões sociais vem desarticulando os setores subalternos. É só conferir os estudos de Guilherme O'Donnell sobre o tema.

O governo neoliberal do presidente Collor, ao utilizar intensamente o *marketing* político como fumaça para esconder a exclu-

são da maioria, ainda consegue ludibriar algumas camadas da população. Do *jet-ski* ao mirage, a imagem de autoconfiança destemida, própria dos espíritos juvenis, continua a envolver setores da sociedade. E com isso, as diferenças acumuladas em quase 500 anos recebem um novo verniz, de um lado pela absorção dos resquícios do BA, de outro pelo "teatro de Veneza" que o titular da presidência impõe.

Isso posto, é difícil acreditar na sinceridade e vontade política do Governo Federal no que concerne à erradicação da miséria, dos assassinatos infantis, dos conflitos rurais, dos seqüestros de empresários, da defesa dos direitos essenciais do cidadão. A ilustrar esse doloroso quadro, segundo a FAO, existem hoje por volta de 53 milhões de brasileiros vivendo sob o regime de fome e, que se saiba, a ONU ainda é um organismo com estatísticas confiáveis.

Dessa forma, nestes tempos de muros derrubados e novas máscaras forjadas, sobra a reorganização da sociedade civil na defesa de seus interesses. A perspectiva é de que o Estado hoje existente — e aí temos que englobar também segmentos do Legislativo e do Judiciário — não tenha o menor interesse em implementar as profundas transformações de que necessitamos. Por mais que esse Estado deva ausentar-se de algumas áreas para melhor se dedicar a outras, dado que realmente cresceu em excesso, ele não pode ser neutro num país subdesenvolvido, quer no combate às injustiças, quer na administração dos diversos conflitos de interesses.

Não se confunda soluções adotadas para os países centrais como bálsamo para os países periféricos. Estes têm que conseguir antes o essencial, pois muitos, nem democracia verdadeira conseguiram. Só o fizeram no papel.

MORTES PREMATURAS: POR QUÊ?

Alba Zaluar

Professora do Departamento de Antropologia do IFCH da Unicamp

É sempre um grande risco montar teoria conspiratória para explicar os processos históricos, no mais das vezes resultantes das ações múltiplas de agentes variados. O grave e extremamente complexo problema da violência urbana não foge à regra. Nele, o grande número de mortes de crianças e adolescentes nos centros urbanos brasileiros, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, é um dos efeitos de uma cadeia provocada pela situação de caos institucional, ou seja, fora de controle. Nessa situação, muita coisa acontece em prejuízo dos mais fracos. Os menores, ou seja, as crianças e adolescentes pobres são um desses. Mas colocar todas as suas mortes na conta de grupos de extermínio organizados ou pressupor uma aliança entre empresários da economia "oficial" ou formal da nação e esses grupos, com a bênção do Estado, seria cair na armadilha da retórica antiestatal e no maniqueísmo de descobrir apressadamente um inimigo comum, agente de todo o mal, que funcione também como explicação total.

Sem dúvida, o vigilantismo brasileiro, embora não seja único no mundo, tem características marcadamente sinistras. Isso porque, de fato, pequenos e médios empresários (no mais das vezes comerciantes locais) costumam contratar para seus serviços de segurança, sejam empresas especializadas, sejam indivíduos, mas sempre envolvendo policiais e ex-policiais, militares e civis que "complementam" seus baixos salários oferecendo assim os seus serviços. Em outras palavras, a segurança, um direito dos cidadãos e serviço público do Estado, passa a ser privatizada e garantida apenas a quem pode pagar por ela. É consequência, pois, do enfraquecimento do Estado

enquanto coisa pública e da limitação da cidadania enquanto direito a serviços estatais e ao controle desses serviços. Mas concluir que, por causa dessa ausência de controle da polícia ou do governo sobre os seus "agentes da segurança pública", o Estado tem interesse na morte desses menores é pressupor um plano diabólico e um conluio do qual não há evidências. Interesse há, sim, da parte de pequenos e médios comerciantes que contratam esses serviços para limpar o local dos pequenos criminosos que cometem furtos e roubos nas vizinhanças de seus negócios.

Mas pouco ou nada se sabe acerca do funcionamento das empresas de segurança, do modo como se relacionam com os políticos e os governos locais. O que se sabe é que, diante da ausência de controles, a "pena de morte" estava sendo aplicada a quem incomodasse os comerciantes que financiavam o empreendimento, ou os policiais que o levavam a cabo. Até na zona sul do Rio de Janeiro, jovens foram mortos por ninharrias: porque se sentaram à mesa de um bar colocada na calçada de Copacabana, porque reclamaram da conta de um restaurante na Gávea. Não é preciso mencionar o despreparo desses policiais em serviço privado.

Na outra ponta sinistra da deterioração da segurança enquanto direito do cidadão, reclamado por favelados, moradores da periferia e moradores dos bairros mais abastados, por brancos e negros, por homens e mulheres, fica a participação da polícia com o crime organizado e as alianças de políticos mais e menos graduados, no Legislativo e no Executivo, com as principais personagens das organizações criminosas. Estas já padecem

daquela ambigüidade que não permite identificá-las claramente como tal. Os mesmos empresários do jogo do bicho e do tóxico participam de negócios lícitos nos quais "limpam" o dinheiro vindo do ilícito, que é a atividade principal da "empresa". Os menores têm aí uma posição crucial para o sucesso do empreendimento. Como são ininputáveis criminalmente pelas leis brasileiras, são eles os escolhidos para executar as tarefas mais perigosas e mais visíveis, isto é, as que poderiam levar seus autores à prisão. Muitas delas estão levando esses jovens escolhidos à morte: no enfrentamento dos bandos inimigos, na venda do tóxico na rua, nos assaltos, os jovens se expõem aos tiros alheios. Além disso, o próprio envolvimento nas quadrilhas, segundo o depoimento deles mesmos, acarreta o aparecimento de inimigos interessados na sua morte. A guerra entre quadrilhas é uma constante na vida desses jovens. Na pesquisa que fiz na Cidade de Deus, muitos jovens morreram desde que "a guerra", como eles chamam, começou, e quase todos por tiros trocados entre eles mesmos.

Isso não tira, porém, a responsabilidade do Estado, visto que, como todos sabemos, jovens e crianças pobres não fabricam armas. Essa é uma das maneiras pelas quais o crime junta traficantes, contrabandistas, policiais, ex-militares, sabe-se mais quem, para levar armas das mais mortíferas e entregá-las nas mãos desses menores que vão fazer o serviço pesado de "defensor" da boca-de-fumo com a qual todos lucram: o traficante, o seu gerente, o comerciante das armas, o policial que recebe a sua propina etc, numa cadeia que se estende para fora das fronteiras do país. O círculo de interesses econômicos é muito extenso e se alicerça em cima da coragem que o jovem tem de enfrentar a morte para provar que é "homem". Esse círculo vicioso, que ilude o jovem e gera lucros fabulosos para os demais, talvez seja o mais difícil de dismantelar. Mas é o mais necessário para acabar com o morticínio que



escandaliza o mundo e destrói nossa juventude. Não é à toa que os maiores opositores de qualquer movimento de legalização do jogo do bicho e das drogas sejam os que mais lucram com a sua proibição: policiais corruptos, bicheiros, traficantes ricos etc.

Outro problema bem diferente é o dos linchamentos. Esse modo de fazer justiça pelas próprias mãos envolve as próprias concepções arraigadas de justiça da população mais pobre do país, a que participa de linchamentos, e dos próprios prisioneiros, quase todos vindos desses mesmos setores populacionais. Autores de crimes vistos com horror por essa população — estupro e assassinato de crianças, por exemplo — são mortos por ação coletiva de populares e de prisioneiros. Categorias profissionais — como os taxistas, por exemplo — defendem-se dos assaltantes e assassinos matando-os em grandes reuniões coletivas, avisadas pelo rádio-taxi. Essas manifestações de justiça popular, no entanto, só ocorrem em virtude da incapacidade do Estado de realizar a justiça e garantir a segurança pública. É preciso, portanto, prestar atenção a esse clamor popular por mais segurança, provocado pelo *aumento real das taxas de criminalidade violenta* que vem ocorrendo desde o início da década de 70, quando se expandiu o crime organizado, especialmente o ligado ao tráfico de drogas. É bom lembrar que oficiais do Doi-Codi, como o notório Capitão Guimarães, e outros agentes da repressão, abandonaram-na em troca das atividades mais lucrativas do crime organizado. Essa história ainda está por ser reconstituída.

O modelo teórico que usamos para interpretar esses fenômenos precisa ser modificado a fim de que possamos dar conta das funções econômicas, políticas e culturais do crime organizado. O assunto é muito vasto. Para começar, não se pode mais ficar no esquema que vincula o Estado à economia formal, deixando a sociedade civil e a economia informal do outro lado, do lado do oprimido e do marginal que irá revolucionar esse estado de coisas. Isso porque a economia informal comporta todas essas atividades empresariais já mencionadas que, fazendo parte da cultura do capitalismo, florescem à margem do Estado auferindo lucros inacreditáveis e desconhecidos nos setores formais, ou melhor, oficiais da economia justamente por serem ilegais. A marginalidade é o que permite o caráter oligopolístico e, às vezes, monopolístico que adquirem, além de liberá-las de qualquer tipo de controle estatal nas relações trabalhistas, nos direitos dos assalariados, nas condições de trabalho etc. Por isso mesmo, é o setor preferido pelos que querem enriquecer rapidamente sem nenhum tipo de limite ou controle. Falar então no Estado manter-se neutro nos conflitos entre seqüestradores e empresários revela desconhecimento da organização capitalista do crime organizado.

As soluções não são miraculosas, nem simples. Mas certamente passam pela concretização dos direitos da cidadania: os sociais, os políticos e os civis, que incluem o direito a participar nas instituições encarregadas de fazer a justiça e a controlá-las.

ELEMENTOS PARA UMA TEORIA MARXISTA DA SUBJETIVIDADE*

Ricardo Antunes

Professor de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e autor,
entre outros, de *A rebelião do trabalho*, Ed. da Unicamp.

Este livro tematiza sobre uma dimensão central do ser social: seus autores têm como preocupação comum o resgate da problemática da subjetividade, isto é, buscam entender a questão da individualidade na história, das formas de subjetivação que lhe correspondem, conforme a Apresentação de Paulo Silveira que, junto com Bernard Doray, foi responsável pela organização do livro.

Tema desconsiderado por diversas vertentes do pensamento "marxista" (basta pensar na brutalização staliniana e stalinista, de um lado, e na negação do sujeito presente nas leituras de corte estruturalista e anti-humanista). Este livro procura resgatar os nexos existentes entre a subjetividade e a objetividade, entre a coisidade do mundo real e as formas da consciência.

O ensaio de Paulo Silveira procura acompanhar o pensamento de Marx, desde a formulação acerca da Alienação e do Estranhamento até o fetichismo, centrando esse resgate nos *Manuscritos de 1844*, em um pequeno excerto dos *Grundrisse* e na tematização da mercadoria feita em *O capital*. Trata-se, segundo o autor, de apreender a dialeticidade "do sujeito e do objeto, do homem e da natureza, do homem consigo mesmo e com os outros homens, do homem e da coisa, do homem e do fetiche, do homem e da história, do homem na história, numa

palavra: da práxis humana", e desse modo procurar captar os elementos centrais constitutivos da teoria marxiana da subjetividade, suas complexas conexões com o mundo da materialidade, enfim, daquilo que, nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx chamou de atividade humana sensível.

Paulo Silveira parte da importante e pouco usual distinção entre Alienação (*Entausserung*) e Estranhamento (*Entfremdung*): o primeiro, diz, refere-se à "alguma forma de perda, de privação, por parte de um sujeito" e o segundo designando "um alheamento (implicando a autonomização de um poder hostil), que se situa do lado do objeto, ainda que seja referido a um sujeito", para, ao final desse percurso, indicar nexos possíveis, a partir da análise do fetichismo, entre essa formulação marxiana e a psicanálise de inspiração freudiana. Em suas palavras: "Marx, como vimos, distinguiu a alienação e o fetichismo da religião dos mesmos processos em relação à mercadoria; aqueles por circunscreverem-se à dimensão da consciência e estes últimos por abrangerem a própria vida efetiva. Essa distinção não apenas permite que se considere o fetichismo da mercadoria irreduzível às formas de consciência, como o situa como uma internalização, a tal nível de profundidade que, indiscutivelmente, não pode ser outro senão o do *inconsciente*".

* Paulo Silveira e Bernard Doray (org.), Ed. Vértice, SP, 1989, pp. 208.

No ensaio “Da produção à subjetividade — referências para uma dialética das formas”, o psiquiatra francês Bernard Doray também caminha tentando apreender elementos de conexão entre marxismo e psicanálise: ambos “não se situam no mesmo terreno, e todas as tentativas de síntese ‘freudo-marxistas’ forçadas revelaram-se geralmente estéreis. No entanto, se, como penso, a teoria psicanalítica é algo bem diferente de uma fenomenologia dos processos induzidos pelo tratamento, então, o marxismo, por levar em conta os homens reais, deve aprender a assimilar de maneira crítica o que a psicanálise nos ensina sobre a subjetividade”.

Além destes, o leitor encontrará um conjunto abrangente e multidisciplinar de ensaios, como o da filósofa francesa Michèle Ber-

trand (“O homem clivado - a crença e o imaginário”), do filósofo argentino León Rozitchner (“Marx e Freud: a cooperação e o corpo produtivo”), e dos franceses Lucien Sève (“A personalidade em gestação”) e Yves Clot (“O marxismo em questão”), todos buscando redimensionar as questões referentes “ao caráter relacional e histórico do homem e da natureza, do sujeito e do objeto e das próprias relações dos homens entre si e consigo mesmo”.

Este livro é, portanto, uma contribuição na busca do entendimento das múltiplas formas de estranhamento, que têm tolhido e impossibilitado a efetiva identidade entre indivíduo e gênero humano. E essa *desidentidade*, que se universaliza na sociabilidade do capital, obsta a efetivação da individualidade humana emancipada.

CAMINHOS DA MUSICOTERAPIA*

Luise Bundy

FE/Unicamp

Ávida por maiores conhecimentos referentes à área de Musicoterapia, procurei obtê-los através da leitura da obra *Caminhos da musicoterapia* de Even Ruud. No entanto, deparei-me com uma pesada colcha de retalhos elaborada pelo autor com a bibliografia por ele consultada.

Nos dois primeiros capítulos e principalmente no terceiro, "Teorias psicanalíticas", pude encontrar uma verdadeira salada bibliográfica. Autores não-consultados são citados através de terceiros. Em grande parte desses capítulos, fragmentos de diversas obras são reproduzidos, ou então resumidos, sem que haja uma conexão lógica, ou uma seqüência de idéias que nos leve a alguma das conclusões que Ruud apresenta, vez ou outra, ao longo desses capítulos ou no seu final. Além disso, faltam críticas, comparações e análises dos autores citados.

Por outro lado, ao longo de toda a obra são mencionados e comentados livros que não aparecem em notas de rodapé ou na bibliografia final. Esse é também o caso de Freud, que acredito ter sido consultado através de terceiros e a partir daí analisado e criticado.

No conjunto tem-se a impressão de que essa obra de Ruud é um trabalho confuso, elaborado sem grandes cuidados.

Quanto à redação do texto, pode-se notar que diversas frases foram compostas de tal forma que se torna difícil o seu entendimento. Isso nos leva a pensar em duas hipóteses:

ou o autor teve dificuldades para expor as suas idéias de modo fluente, ou então a tradução não soube exercer adequadamente as suas funções. Provavelmente as duas hipóteses são verdadeiras, o que gerou uma obra de difícil leitura. Em diversas páginas podemos encontrar erros, construções indevidas de frases e repetições de palavras idênticas num mesmo parágrafo.

Mas, apesar de tudo isso, pode-se encontrar um referencial bibliográfico útil para quem queira iniciar uma pesquisa sobre o que vem a ser Musicoterapia.

Quanto às intenções do autor, não fica muito claro se ele tentou escrever um texto destinado a principiantes ou a especialistas, pois nenhum dos grupos é plenamente atendido.

Pelo modo como se apresenta, *Caminhos da musicoterapia* não se destina a esgotar o assunto, pois salta de um enunciado para outro, sem nada abordar com o devido cuidado ou profundidade. Nesse caso deveria servir como apresentação ou introdução para um estudo da Musicoterapia, destinado aos que não têm nenhum conhecimento sobre o tema. Mas, isso também não acontece. O autor perde a oportunidade de fazê-lo no breve histórico que apresenta nas páginas 16 e 17 desse seu trabalho. Para atender aos leigos deveria apresentar um linguajar mais simplificado, sendo mais explícito em suas conexões da Musicoterapia com as outras ciências.

Deste modo, baseando-se em resumos de enunciados, Ruud não consegue deixar

* Even Ruud. Trad. Vera Wrobel, São Paulo, Summus, 1990, p. 107.



claro o que vem a ser a Musicoterapia e como a mesma "funciona" junto aos pacientes. Tem-se a impressão de que ele trata de uma "ciência vaga", ou de algo que ainda não pode ser caracterizado como ciência.

Ao longo de todo o texto sente-se a falta de uma visão sobre o mecanismo da Musicoterapia. O autor não deixa explícito qual é a sua linha de trabalho, apresentando grande número de teorias que se destacam pela sua não-vinculação com o assunto ora em pauta.

Muitas são também as contradições apresentadas ao longo desse livro. Por exemplo, na introdução, Ruud parece apoiar o modelo médico. Porém, no capítulo 2, "Teorias do modelo médico", passa a apresentar hipóteses de autores contrários a esse modelo, não deixando clara a sua posição.

Ele não se define entre um ponto de vista e outro. Ainda nesse capítulo, cita a teoria de Laing, referente à psicose e à família, que provavelmente poderia ser bem mais aproveitada no terceiro capítulo, no qual discute as teorias psicanalíticas. Mas, nem numa parte, nem na outra são estabelecidas conexões suficientes com a dinâmica da Musicoterapia. Os capítulos 2 e 3 desse livro foram redigidos apenas para enunciar que o autor não desconhece a existência de alguns dos elementos citados. Ao mesmo tempo ele deixa claro que não conseguiu estabelecer algum ponto de destaque para ser aproveitado em sua dissertação.

Já no capítulo 4, "Teorias behavioristas", a linguagem se torna bem mais fluente e a confusão entre os autores citados é menor. E aí finalmente é dado destaque a uma teoria (behaviorista) com a qual a Musicoterapia, segundo Ruud, tem algo em comum. Finalmente, na página 52, que integra esse capítulo, consegui encontrar as primeiras noções sobre Musicoterapia, de fato, fornecidas pelo autor em questão.

De forma lamentável, no capítulo seguinte, "A tendência humanista/existencial em psicologia", novo caos é estabelecido. Freud e Kierkegaard são discutidos através da visão de outros autores. Seguem-se breves referências à Musicoterapia e depois, na página 76, uma "pesquisa qualitativa", perfeitamente dispensável, assim como muitos outros trechos da obra.

Algum proveito pode ser tirado da página 82, na qual são discutidas as consequências da afiliação da Musicoterapia para a formação do musicoterapeuta. Mas, apesar de apresentar alguns parágrafos que podem trazer informações sobre o assunto em pauta, a obra termina sem críticas, argumentações ou conclusões brilhantes sobre o tema.

LE TIERS ESPACE – ESSAI SUR LA NATURE

Célia Maria de Toledo Serrano

Historiadora e mestranda em Sociologia na Unicamp

O planeta nos tem “lembrado” recorrentemente sua existência e uma reprogramação de nosso olhar vem (re)colocando a natureza, e nossa relação com ela, como um objeto passível de reflexão. Por um lado, são os fenômenos naturais a suscitar esse deslocamento. As projeções apocalípticas ganhando força para além de seu terreno religioso primordial, secularizando-se. Por outro lado, numa acepção mais ampla, os rumos tecnológicos da civilização ocidental, defrontando-se com os limites dos recursos naturais e com seus limites internos, além dos próprios valores da sociedade, são repensados atualmente através de prismas díspares como a “ecologia profunda” ou o “ecocapitalismo”¹.

Esse novo olhar tem descoberto, então, dimensões insondadas do relacionamento homem/natureza, e passado a informar análises as mais distintas, como distintas também são as disciplinas que sobre ele se debruçam. Em *Le tiers espace — essai sur la nature* (Paris, Méridiens Klincksieck, 1990, p. 152), ainda não traduzido para o português, Jean Viard* ensaia uma reflexão bastante peculiar neste campo.

Desejando ter construído uma “máquina de fazer pensar” ele nos leva, por uma trilha sinuosa atravessando tempos e espaços distintos e distantes como a América dos colonizadores puritanos e a França dos “neo-rurais”, a refletir sobre a reorganização espacial da sociedade, conseqüência da inauguração de um novo uso concreto e imaginário do espaço.

Para Viard, num mundo que se reconhece como espacialmente finito, a cartografia que divide os espaços em campo e cidade vai se achar alterada por aquilo que interpreta como “a emergência de territórios mentais e geográficos consagrados à natureza, lugares inventados à ausência do homem”, territórios materializados nos parques nacionais ou reservas equivalentes. Surgido originalmente em 1872, nos Estados Unidos, esse tipo de parque vai se disseminar pela Europa, e depois pelos outros continentes, inaugurando uma nova modalidade do culto e da proteção da natureza².

Além de se inserir na trajetória da idéia ocidental de natureza, esse novo uso do espaço (e da natureza) se dá num contexto espacial polarizado entre cidade e campo.

1. Sobre este ponto, ver o artigo de Eduardo Viola em *Ecologia e política no Brasil*, coletânea organizada por J. Augusto Pádua (Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/luperj, 1987).

* Jean Viard é sociólogo e pesquisador no CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*).

2. É certo que a história do culto e da proteção da natureza não começa aí. Para citar apenas o caso inglês, mais característico, é útil lembrar de *Senhores e caçadores*, de E.P. Thompson (São Paulo, Companhia das Letras, 1987); *O homem e o mundo natural*, de Keith Thomas (*idem*, 1988) e *O campo e a cidade*, de Raymond Williams (*idem*, 1989). Nessas obras, sob enfoques e tratando de períodos diversos, aparecem vários aspectos da preocupação com o natural, destacando-se o exemplo das *forests* ou reservas florestais. Contudo, as atitudes preservatórias até então não apresentavam a peculiaridade da criação dos parques nacionais. Apenas nesses vai se concretizar a visão de uma natureza atemporalizada, destinada à preservação absoluta. Na expressão de B. Kalaora, um *museu verde*.

Ainda que essa oposição não significasse a inexistência de aspectos híbridos, representados por usos intermediários como as casas de veraneio e mesmo os subúrbios. E da mesma forma que as zonas industriais e as residências peri-urbanas, ou mais recentemente as cidades-dormitório, a instituição dos territórios naturais encontrar-se-ia inserida numa problemática espaço-temporal peculiar, num movimento de fragmentação do mundo — no qual a divisão do espaço assemelha-se à do trabalho.

Para Viard, além de relacionar-se, contemporaneamente, com uma política do Estado de zoneamento do território, essa nova configuração espacial é precedida pela invenção de conceitos novos e assim, nesse contexto fragmentário, a natureza é inventada como um espaço próprio, e como um território novo. Algo como a definição pelo homem de espaços a serem protegidos dele mesmo ocorre, esse terceiro espaço trazendo em si uma reflexão sobre o próprio homem. Tornando-se um “espaço-reflexo” das questões que a humanidade se coloca. De uma perspectiva temporal, vinculada à busca de dominação do tempo pelo homem (realizada através do estudo e conservação de marcas das civilizações antigas), também ocorreria no novo espaço uma tentativa de restauração do passado, voltada para o futuro, tornando-o lugar do tempo absoluto.

Entretanto, Viard lembra que o discurso que define e institui o terceiro espaço é quase sempre negativo. Interdito ao trabalho e ambigualmente dedicado à conservação de espécies, do patrimônio histórico, de culturas locais, e ao turismo, ele tem encontrado dificuldades para se legitimar. Nesse ponto, o autor reconhece a limitação de seu ensaio — por analisar tão somente o caso francês, muito particular, e não tocar nas realidades alemã ou inglesa, tradicionalmente associadas à proteção da natureza.

Mas, além dessa abordagem geossociológica, *Le tiers espace* abriga ainda uma

tese: a do papel do protestantismo na proteção (precoce) da natureza. Em seu percurso, o autor retoma Weber e observa, ressaltada a obra de Marcel Gauchet *Le désenchantement du monde* (Paris, Gallimard, 1985), a inexistência de estudos sobre o lugar da natureza nas várias formações culturais originadas das diferentes religiões judaico-cristãs. Porém, para melhor compreender o pensamento de Viard nessa obra é interessante um retorno a dois de seus trabalhos anteriores.

De *La campagne inventée* (Paris, Actes Sud), escrito com Michel Marié em 1977, vem a preocupação e o desejo de investigar os vínculos entre as religiões e o relacionamento homem/natureza. Na monografia construída a partir do estudo do modo de vida e da organização de quatro aldeias vizinhas localizadas na Provença, onde buscam realizar uma arqueologia do desejo pelo campo (o que não se constitui num privilégio francês) na França contemporânea, os autores revelam outras dimensões do solo, além de terra produtiva. Ele é também “forma, imagem, signo e memória” e, a partir da mesma montanha e de um fundo religioso protestante comum, as quatro aldeias compõem culturas originais. Entretanto, apesar de considerarem nesse estudo os múltiplos aspectos da vida das aldeias, o papel da religião permaneceu intocado; Viard busca agora suprir essa lacuna.

Por razões de ordem metodológica, é necessário voltar a *La dérive des territoires* (Paris, Actes Sud, 1981). Aí ele parte em busca de outros modos de pensar o espaço, o território. De sua auto-interrogação, da interrogação daquilo que o cerca, dos deslocamentos espaciais vivenciados — ele abandona a cidade para viver no campo em 1976 — surgindo reflexões sobre o esvaziamento dos tradicionais termos cidade, campo, território. Numa perspectiva geral, ele conclui em *La dérive...*: “não temos mais sistemas de pensamento aptos a pensar o mundo que cria a mutação técnica e científica”. Ao que Edgar Morin, no prefácio do livro, acrescenta:

“e não dispomos de pensamento científico e técnico capaz de pensar a ciência e a técnica”.

Da deriva dessa reflexão vai resultar uma proposta metodológica singular, que parte da profundidade individual para atingir aquela mais geral, ou de grupos. Ainda sobre o exemplo da pesquisa de Viard, Morin escreve: “eu desejaria que todo pesquisador, sob forma de tese de doutorado, de trabalho pessoal ou sob qualquer outra forma, consagrasse seu trabalho preliminar não a um ‘objeto’ de pesquisa, mas à pesquisa auto-eco-lógica de si mesmo”. Dito tudo isso, as palavras de Viard na introdução de *Le tiers espace* ganham outros significados, para além do mero depoimento: “eu pratico uma sociologia do olhar e da caminhada, percorrendo as paisagens como os livros, incansavelmente mas sem sistemática. Eu olho, escuto, rumino e busco encontrar sentidos, depois vou almoçar numa hospedaria. O saber não tem bons lugares nem bons momentos; bem-aventurado neste ofício aquele que sabe quando trabalha e quando faz outra coisa. De minha parte, creio na força das palavras forjadas para que as coisas e os seres sejam pensáveis e gostáveis, para que as tensões possam se exprimir em conflitos exprimíveis e criadores. Meu ofício é propor sentidos, um pouco mais que outros talvez, pois sou pago para fazer isso todo dia. Mas isso é tudo, simplesmente tenho mais tempo para isso, não competência particular”.

Associando-se essa declaração de princípios às idéias presentes em *La dérive...*, pode-se visualizar o trabalho de Viard inserido num debate mais amplo, presente em várias disciplinas, relativo ao espaço, e, no caso específico da sociologia, ao espaço social.

Sobre isso, há que se considerar a ampliação a que a noção de espaço vem se submetendo em todas as disciplinas cujos objetos com ela se relacionam — matemática, física, geografia, história, por exemplo. Nas humanidades, a idéia tradicional de



suporte, atuante como base neutra para as relações sociais cede lugar, assim, à idéia de produto social. E, na sociologia, esse movimento amplificador tem se manifestado a partir da década de 60, quando esta assume efetivamente o espaço como objeto, através dos estudos de planificação urbana e zoneamento do território. Aí, o urbano passa a mediatizar a análise do espaço.

No contexto fragmentário constituído desde a autonomização das várias áreas de estudo (minando por algumas vias o acesso à idéia de uma sociologia geral), o que vai ocorrer nesse processo onde o espaço passa a ser conceitualizado, tornando-se instrumento teórico e metodológico, é algo semelhante à referida autonomização interna das partes da sociologia: o estabelecimento de uma pluralidade no interior de sua própria noção.

Além disso, em meio a essa multiplicação de nuances, os estudos envolvendo ou privilegiando a dimensão espacial — agora

não mais justificados de um ponto de vista conceitual — se banalizam, fazendo do espaço um “lugar comum”³. Ainda, em meio a esse mesmo movimento, o que se pode ver são releituras e ressurgências de concepções já perceptíveis anteriormente no pensamento sobre o espaço. Mais que isso, são privilegiadas as relações tempo/espaço, ou mesmo as vinculações entre técnicas de transformação deste, de gestão sócio-política dos territórios ou de organização da produção econômica e a definição de espaço⁴.

É nesse quadro de um pensamento (do) social estilizado que a reflexão de Jean Viard se move. Sua idéia de espaço alternando abstração e concretude; a insuficiência das categorias referentes aos espaços presente em *La dérive...* ressurgindo, reatualizada, e a procura de uma solução, na proposição do terceiro espaço.

Há ainda que se observar a peculiaridade da forma adotada pelo autor para a exposição de suas idéias — o autor não concebe senão o ensaio como meio, consequência da sua reelaboração relativa ao caráter dos saberes que a sociologia produz/deveria produzir. E em *Le tiers espace* ele vai além, assumindo aproximar-se do *récit*, numa atitude que julga traduzir a prudência e trajetória exigidas pelo próprio objeto.

Mas, voltando ao espaço instituído da natureza... Suas origens ele vai buscar no movimento engendrado pelo Renascimento, quando a idéia ocidental de natureza e a idéia de indivíduo se constituem. Esse movimento ocasionando rupturas de várias ordens: espaciais, com a descoberta das novas terras; religiosas, através da Reforma; e artísticas, pelo surgimento do gênero paisagem na pintura. Dessa perspectiva, o Renascimento enquanto elemento desestruturador de uma geografia mística, fundada na religiosidade, possibilitara a constituição de um outro paradigma, no qual a natureza aparece como passível de conquista e de estudo, de conhecimento.

Embora atenha-se basicamente às idéias originadas por essa explosão geográfica e imaginária renascentistas, Viard não se esquece de vincular àquelas a ascensão dos artesãos e comerciantes, o abandono dos campos e a circulação decorrente dessa nova relação espacial, tudo isso gerando um olhar exterior à natureza.

Ao pensar a contribuição protestante à nova configuração geossocial que enxerga na sociedade, ele, como já dito, se interroga acerca das diferenças e similitudes entre os países tradicionalmente lembrados quando o que se aventa é a proteção da natureza. Uma rápida observação sobre as distintas características nesse campo de países como a Alemanha, os Estados Unidos, a Inglaterra, de um lado, e a América do Sul, o Japão, de outro, por exemplo, corrobora sua pista de pesquisa. A França, lembra ainda, sempre esteve “atrasada” nessa questão.

Nesse sentido, ele adianta três séries de questões, que irá analisar detidamente. Uma primeira diz respeito à Reforma enquanto elemento captador e concretizador do espírito de uma época. Outra, à responsabilidade individual, neste mundo, atribuída aos indivíduos dentro do protestantismo — isso influenciando na conquista americana. E, finalmente, o que chama de “efeitos induzidos”: a leitura do Antigo Testamento e o desaparecimento das representações religiosas. “De toda parte emerge a cidade terrestre, não contra, mas ao lado da cidade celeste. E o indivíduo nela se afirma, responsável e cada vez mais senhor e possuidor da natureza; por delegação divina, depois por decisão própria, ao longo dos séculos”, escreve Viard.

Todavia, é certo que o autor relativiza a influência do protestantismo propriamente dito nas relações com a natureza daqueles povos que o adotaram. Não deixa, então, de lembrar Rousseau e o romantismo e de pensá-los no contexto do novo relacionamento com o espaço natural.

Sua "máquina de fazer pensar" levamos também a atravessar a estrada francesa rumo à proteção da natureza, através de uma breve análise institucional do protecionismo naquele país. O sentimento francês de natureza, ainda que subanalizado em favor da questão protestante, portanto exterior, é trabalhado a partir do romantismo e do surgimento do turismo. Maior atenção vai merecer o retorno à natureza dos "neo-rurais" — a migração dos jovens saturados da urbanidade e suas decorrências, ocorrida entre 1968-75. Da mesma forma que o nascimento da paisagem como gênero pictórico.

Por trabalhar exclusivamente com os recortes francês e americano-colonizador-protestante, Viard não leva em consideração a atual busca de formas alternativas à exploração dos recursos, mesmo em reservas, de maneira auto-sustentável (um exemplo seriam as reservas extrativistas que se pro-

cura implantar na Amazônia). Nessa busca, a idéia de "museu verde" ou "ilha de natureza" vai dando lugar, novamente, à ocupação tradicional pelo trabalho. Ainda que essa nova ocupação venha se norteando por um outro paradigma. Um olhar sobre as reelaborações recentes no campo da apropriação/conservação ambiental poderia, quem sabe, resultar em outras imagens das relações homem/espaço/natureza.

Apesar dos limites (ou da ausência destes) colocados por um ensaio, o objetivo de Viard de "retomar espacial e mentalmente a gênese do atual entusiasmo pela natureza, aproximando-se não dos móveis dos atores mas dos esquemas visuais e conceituais por eles portados" se cumpre. As questões levantadas, muitas assumidamente não respondidas pelo autor, instigam a reflexão não apenas sobre o objeto em si, mostrando que a máquina construída por Viard funciona.

3. Cf. o artigo de A. Alvarenga e J. Maltcheff, "Le espace social nouveau paradigme?", in: *Espaces et sociétés*, pp. 34-35, 1980.

4. Cf. o artigo de François Lautier, "L'espace social éclaté", in: *Espaces et sociétés*, pp. 48-49, 1987.

HISTÓRIA DA INDÚSTRIA E DO TRABALHO NO BRASIL*

José Roberto do Amaral Lapa

Professor Titular do Departamento
de História do IFCH da Unicamp.

Desde a sua primeira edição, em 1982, o livro *História da indústria e do trabalho no Brasil* representou uma nova abordagem do tema, pela abrangência que propunha, na qual o trabalhador é situado na interseção do esforço com o local onde ele é exercido, isto é, do trabalho e da indústria.

Mas, não é só isso. Num momento em que as classes operárias como tal já possuíam avantajada biblioteca a contar a sua história, o que sem dúvida nos anos 80 empolgava as ciências sociais, a ponto de as legiões de estudiosos se multiplicarem em formas organizacionais, em congressos e teses, institucionalizando-se enfim. Esse livro recuperava numa visão de conjunto o que ainda se mostrava penumbrado, como o espaço interior da fábrica, o processo de trabalho, a morada e o cotidiano, a "participação" da máquina etc.

São razões mais do que suficientes para reclamar sua reedição, que demorou em sair.

Num prefácio bem comportado, Paulo Sérgio Pinheiro conta, de certa maneira, a história do livro de Foot Hardman, professor da Unicamp e Victor Leonardi, professor da Universidade de Brasília.

Do convívio com ambos, o resenhador tem gratas recordações, quando ainda no velho Instituto de Filosofia e Ciências Humanas era possível um cotidiano interdisciplinar com os economistas e lingüistas, que mais tarde por uma ordem natural de crescimento foram sendo separados por fronteiras, distâncias e gramados, no campus da Unicamp.

Aliás, era um tempo em que éramos felizes, sabíamos disso e não tínhamos medo. Um tempo deliciosamente evocado por Foot

num "Roteiro sentimental", inserto em seu livro *Nem pátria, nem patrão* (1983).

Esta nova edição, revista e atualizada, inclusive com o que de mais expressivo se publicou sobre o tema nestes últimos anos, é ainda enriquecida por ampla cobertura territorial, no sentido do estudo de manifestações industriais e da classe operária em vários estados da federação, nem sempre contemplados na bibliografia convencional, o que significa dizer que os autores rastream arquivos de cidades como Belém, São Luís, Teresina, Salvador, Petrolina, Recife, Juazeiro, João Pessoa, Curitiba, São Paulo, Campinas, Natal, Diamantina, Florianópolis, Santos e outras, sem mencionarmos o fato de a pesquisa ter-se estendido para alguns centros de renome mundial no que diz respeito à história do movimento operário, como é o caso de Amsterdã, Milão, Zurique, Paris, e poder-se-á ter uma idéia do porte do projeto que resultou nesta edição.

A história da lenta e acidentada organização do movimento operário, o regime de trabalho na diversidade de sua natureza no artesanato, na manufatura e na indústria, homens, mulheres e crianças, escravos e livres, louros estrangeiros e caboclos trigueiros são alguns dos temas estudados pelos autores, que sabem apontar suas dimensões econômicas, sociais e culturais.

Dispondo de vasta bibliografia, a história do operário, do trabalho e da fábrica no Brasil já foi capaz de estudar a morada e os acidentes, o vestuário e as greves, os sindicatos e a alimentação, os salários e a produção cultural, mas nenhuma das obras conseguiu a visão de conjunto abrangente que esta propõe.

* Foot Hardman & Victor Leonardi, Editora Ática, Série Fundamentos, v. 69, 2ª ed., São Paulo, 1991.